

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE DIREITO, NEGÓCIOS E COMUNICAÇÃO
GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**ELES NÃO SÃO COMO NÓS: POPULISMO, ISLAMOFOBIA E ALTERIDADE NA
EXTREMA-DIREITA BRITÂNICA E ALEMÃ (2013-2024)**

MARIA ROSA MARTINS DIAS

GOIÂNIA
2026

MARIA ROSA MARTINS DIAS

**ELES NÃO SÃO COMO NÓS: POPULISMO, ISLAMOFOBIA E ALTERIDADE NA
EXTREMA-DIREITA BRITÂNICA E ALEMÃ (2013-2024)**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado à
Escola de Direito, Negócios e Comunicação da Pontifícia
Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para
obtenção do grau de Bacharel(a) em Relações Internacionais.

Orientador(a): Me. Antônio Carlos B. Cunha

GOIÂNIA
2026

Dias, Maria Rosa Martins. 2026.

Eles não são como nós: Populismo, islamofobia e alteridade na extrema-direita britânica e alemã (2013-2024) / Maria Rosa Martins Dias. – Goiânia, 2026. Total de folhas: 100 f. il.

Orientador: Prof. Antônio Carlos B. Cunha

Monografia (Curso de Graduação em Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Escola de Direito, Negócios e Comunicação, Goiânia, 2026.

1. Islamofobia. 2. Populismo de extrema-direita. 3 Pós-colonialismo. 4. Reform UK e AfD. I. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Escola de Direito, Negócios e Comunicação. II. Eles não são como nós: Populismo, islamofobia e alteridade na extrema-direita alemã e britânica (2013-2024).

FOLHA DE APROVAÇÃO

ELES NÃO SÃO COMO NÓS: POPULISMO, ISLAMOFOBIA E ALTERIDADE NA EXTREMA-DIREITA BRITÂNICA E ALEMÃ (2013-2024)

MARIA ROSA MARTINS DIAS

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado à Escola de Direito, Negócios e
Comunicação da Pontifícia Universidade Católica
de Goiás, como requisito parcial para obtenção do
grau de Bacharel(a) em Relações Internacionais.
Orientador(a): Prof. Me. Antônio Carlos B. Cunha

Aprovada em de junho de 2026.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Me. Antônio Carlos B. Cunha (Orientador – PUC Goiás)

Prof. Dr. Pedro Araújo Pietrafesa

Prof. Ma. Sabrina Moreira de M. Oliveira

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus que me fortaleceu, me protegeu e me guiou até este momento. A Ele também sou grata por ter me concedido uma família que me ama, com pais que não mediram esforços para que o sonho do ensino superior, que começou com eles, também se realizasse em mim. À minha mãe, Meirilane, agradeço por todo o apoio financeiro, pelo carinho constante e pela escuta em tantos momentos, desde as conversas mais leves sobre o cotidiano da faculdade até os períodos de maior dificuldade. Ao meu pai, Renato, deixo um agradecimento especial: minha maior referência nas Ciências Humanas, pois foi ele quem, antes mesmo de mim, enxergou que meu caminho estava nas Relações Internacionais. Sou profundamente grata por todo o apoio intelectual, emocional e financeiro, e por sempre acreditar em mim com tanta convicção. Aos meus irmãos, Juliana e Daniel, agradeço pelo apoio ao longo dessa trajetória. Sou grata também por terem trilhado esse caminho antes de mim, servindo sempre como inspiração. Aos demais familiares, agradeço pela confiança e pelo suporte constante durante toda a graduação.

Aos meus pets, Dalila (*in memoriam*), Geleia, Porquinho, Otávio e aos meus gatinhos que já não estão mais aqui, registro aqui o meu agradecimento. Sei que não saberão e não poderão ler estas palavras, mas faço questão de registrar o meu amor por todos eles. Em todos os momentos, nos dias bons e nos ruins, eles estiveram presentes, oferecendo carinho, amor e uma alegria genuína que tornou essa trajetória mais leve. À Dalila, faço uma menção especial. Este trabalho também é dedicado à ela e aos quatro anos maravilhosos que tivemos juntas. Sua partida aconteceu durante a escrita deste TCC, tornando esse processo ainda mais difícil, e a sua ausência será sentida para sempre. Eu a amo, sinto muito a sua falta e gosto de acreditar que, no céu dos cachorros, ela está vibrando comigo por esta conquista.

Aos meus amigos, que são a família que temos a oportunidade de escolher, deixo um agradecimento especial. Sou profundamente grata por todos que fazem parte da minha história e por todas as amizades que construí ao longo desses anos. Em primeiro lugar, agradeço à minha melhor amiga, Maria Clara, com quem compartilho a vida desde os sete anos de idade. Obrigada por estar ao meu lado em tudo, pelo apoio incondicional, pela ajuda constante, desde os estudos até os momentos mais importantes, e por ser uma amiga que escuta, aconselha e, acima de tudo, sempre me faz rir. Sua presença é uma das maiores certezas da minha vida, e sou imensamente grata por isso.

Agradeço também ao meu melhor amigo, Luquinhas, a quem tenho a sorte de considerar quase como um cunhado. Obrigada por ser exatamente quem você é, por todo amor e pela alegria que traz à minha vida. Você e a Maria Clara foram presenças essenciais na minha trajetória, e não consigo imaginar esse percurso sem vocês ao meu lado. À minha amiga Laíza, agradeço por todas as conversas, escutas e desabafos compartilhados nas nossas idas e vindas da UFG. Obrigada por ter estado ao meu lado em uma rotina tão cansativa e intensa. Você foi essencial para que eu encontrasse forças para continuar conciliando as duas graduações, e sou muito grata por ter tido em você minha grande amizade dentro da História. À minha amiga Maria Rita e à sua família, agradeço por todo o carinho, incentivo e confiança ao longo desses anos. Mesmo à distância, vocês continuaram presentes na minha vida e acreditando em mim desde 2019. Eu amo vocês e espero, de coração, que a nossa amizade dure por muitos e muitos anos.

Aos meus amigos e *mutuals* do Twitter, que sempre estiveram ao meu lado, ainda que de trás de uma tela, e que acompanharam toda a minha trajetória desde o ensino médio até aqui, deixo também o meu agradecimento. Foi, em grande medida, por causa de vocês que surgiu o meu interesse em estudar mais profundamente as redes sociais, e em especial o X. Em um espaço onde circulam muitos discursos agressivos, também nasceram amizades pelas quais sou muito grata.

E, por fim, às pessoas que tornaram todos os meus dias, nesses quatro anos, os melhores da minha juventude: minhas amigas, companheiras e futuras colegas de profissão, minhas *dolls*: Helena, Maria Eduarda (Madu), Valkyse (Valval), Letícia (Lets) e Daniel. Eu amo muito vocês. Obrigada por cada trabalho em grupo, cada saída, cada risada, cada conversa e cada gesto de carinho. Vocês tornaram essa caminhada mais leve, mais feliz e inesquecível. Desde que nos juntamos, sinto que vivo aquelas experiências universitárias de filmes *Coming of Age*, e por isso, sem vocês, a faculdade não teria sido o que foi. Levo cada uma das memórias que fizemos juntas comigo, e espero, de coração, que a nossa amizade permaneça para sempre, e que ainda compartilharemos muito mais do que só as Relações Internacionais.

Por último, agradeço ao meu orientador, Antônio Carlos, por ter aceitado o desafio de orientar um trabalho que extrapola sua zona de conforto, mas que não o impediu de conduzir esse processo com bom humor e escuta. Registro também um agradecimento especial ao professor Pedro Pietrafesa, por toda a ajuda, apoio e conselhos fundamentais para que este trabalho se concretizasse. A todos os demais professores e funcionários da PUC Goiás que contribuíram para a minha formação, registro o meu sincero agradecimento. Enfim, internacionalista!

“O que não significa que a extrema-direita está morta. Longe da autópsia ou da missa de sétimo dia, ela possui capilaridade social, ideias que seduzem, poder econômico, mecanismos de manipulação, sede de poder e ódio” (Dias, 2025).

RESUMO

O trabalho investiga como a islamofobia se consolidou como narrativa política estruturante dos discursos do Reform UK e da Alternative für Deutschland (AfD) entre 2013 e 2024, analisando de que forma esses partidos construíram o muçulmano como ameaça cultural, securitária e identitária. A pesquisa parte da hipótese de que a islamofobia atua para além da reação a eventos migratórios ou terroristas, funcionando como recurso político capaz de reorganizar identidades coletivas e redefinir as fronteiras simbólicas da comunidade europeia. O referencial teórico articula perspectivas pós-coloniais à teoria do populismo de direita. A metodologia combina análise qualitativa de discurso com o processamento quantitativo de um corpus de 60 *tweets* coletados nos perfis do Reform UK, Nigel Farage, AfD e Alice Weidel no X, utilizando o software R para análise lexical, distribuição de tonalidade discursiva e padrões de engajamento. Os resultados mostram que os dois partidos compartilham uma mesma lógica de construção da ameaça, adaptada às condições de cada país, e que a ambiguidade discursiva funciona como estratégia de expansão do alcance político. A pesquisa conclui que a islamofobia contemporânea não é uma reação espontânea à presença muçulmana, mas sim um recurso de construção política do outro, cuja força reside na capacidade de adaptar sua forma ao longo do tempo sem perder sua função no discurso da extrema-direita.

Palavras-chave: Islamofobia; Populismo de extrema-direita; Pós-colonialismo; Análise de discurso; Reform UK; AfD.

ABSTRACT

The study investigates how Islamophobia became a structuring political narrative within the discourses of Reform UK and Alternative für Deutschland (AfD) between 2013 and 2024, analyzing how these parties constructed Muslims as cultural, securitarian, and identitarian threats. The research is based on the hypothesis that Islamophobia operates beyond reactions to migratory flows or terrorist events, functioning as a political tool capable of reorganizing collective identities and redefining the symbolic boundaries of the European community. The theoretical framework combines postcolonial perspectives with theories of right-wing populism. The methodology combines qualitative discourse analysis with the quantitative processing of a corpus of 60 tweets collected from the X accounts of Reform UK, Nigel Farage, AfD, and Alice Weidel, using the R software for lexical analysis, distribution of discursive tone, and engagement patterns. The results show that both parties share a common logic of threat construction, adapted to the conditions of each country, and that discursive ambiguity functions as a strategy for expanding political reach. The research concludes that contemporary Islamophobia functions as a way of constructing the “other”, whose strength lies in its ability to adapt its form over time without losing its role within far-right discourse.

Keywords: Islamophobia; Far-right populism; Postcolonialism; Discourse analysis; Reform UK; AfD.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AfD - *Alternative für Deutschland* (Alternativa para a Alemanha)

CDU - *Christlich Demokratische Union* (União Democrata-Cristã)

CSU - *Christlich-Soziale Union* (União Social-Cristã)

ECHR - *European Convention on Human Rights* (Convenção Europeia dos Direitos Humanos)

Europol - Agência da União Europeia para a Cooperação Policial

ISIS - *Islamic State of Iraq and Syria* (Estado Islâmico do Iraque e da Síria)

LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais e outros

ONU - Organização das Nações Unidas

SPD - *Sozialdemokratische Partei Deutschlands* (Partido Social-Democrata da Alemanha)

UE - União Europeia

UKIP - *UK Independence Party* (Partido de Independência do Reino Unido)

UNHCR - *United Nations High Commissioner for Refugees* (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	16
3 A ASCENSÃO DA EXTREMA-DIREITA E O CONTEXTO POLÍTICO EUROPEU	18
3.1 Crises econômicas, migratórias e reorganização política na europa pós-2008.....	18
3.1.1 Crises de legitimidade e ascensão autoritária.....	18
3.1.2 A crise de 2008 e a reorganização política europeia.....	19
3.1.3 A crise de refugiados de 2015 e a securitização da imigração	21
3.2 Da contestação econômica à radicalização: Reform UK e AfD.....	23
3.2.1 Origens eurocéticas e contestação à integração europeia	24
3.2.2 Transformação estrutural e reorientação de agendas.....	26
3.2.3 Institucionalização e normalização política	30
3.3 Plataformas digitais e viralização do discurso de ameaça	31
4 PÓS COLONIALISMO, POPULISMO E DISCURSO POLÍTICO	34
4.1 Pós-colonialismo e a produção do “Outro” muçulmano.....	34
4.2 Populismo de direita e a mobilização do medo	38
4.3 A análise de discurso e a produção de sentido político	41
5 ISLAMOFOBIA E POPULISMO NO TWITTER (X): REFORM UK E AFD.....	45
5.1 Nigel Farage e Reform UK.....	45
5.1.1 Islã e extremismo	45
5.1.2 Migração e segurança nacional	49
5.1.3 Valores e identidade nacional	52
5.2 Alice Widel e a AfD	55
5.2.1 Islã e extremismo.....	56
5.2.2 Migração e segurança.....	59
5.2.3 Valores e identidade.....	62
5.3 Discursos comparados: Reino Unido e Alemanha	65
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
REFERÊNCIAS	75
APÊNDICES.....	89

ANEXOS 92

1 INTRODUÇÃO

Entre 2013 e 2024, a política europeia passou por diversas transformações, nas quais crises econômicas, migratórias e culturais criaram condições para a ascensão da extrema-direita e para a reconfiguração do debate público em torno de identidades, valores e pertencimentos. A crise financeira de 2008 e seus desdobramentos, como o desemprego, as políticas de austeridade e a erosão da confiança institucional, abriram espaço para narrativas *anti establishment* e favoreceram o crescimento de partidos como o UK Independence Party (UKIP), no Reino Unido, e a Alternative für Deutschland (AfD), na Alemanha (Krugman, 2009; Taggart, 1998; Ford; Goodwin, 2014; Arzheimer, 2015).

Esse movimento ganhou ainda mais força após a crise migratória de 2015 e a intensificação do terrorismo jihadista, fenômenos que contribuíram para a securitização da imigração e para a consolidação da figura do muçulmano como ameaça cultural e moral no espaço público europeu (Leonard, 2010; Triandafyllidou, 2016). Nesse contexto, torna-se necessário compreender de que maneira essas transformações discursivas passaram a estruturar a mobilização política de determinados partidos europeus. Assim, este trabalho parte da seguinte questão de pesquisa: como a islamofobia foi mobilizada como narrativa política por partidos de extrema-direita na Europa contemporânea e de que forma essa narrativa contribuiu para reorganizar suas agendas políticas e estratégias de mobilização?

A investigação concentra-se especificamente nos casos do Reform UK e da AfD, observando como a construção discursiva da ameaça muçulmana passou a ocupar posição central em suas plataformas e intervenções públicas (Brubaker, 2017; Mudde, 2004). Dentro dessa conjuntura, a islamofobia tornou-se progressivamente um eixo estruturante da mobilização política de partidos de extrema-direita, deslocando temas que anteriormente ocupavam posição central em suas agendas, como o euroceticismo ou a crítica econômica (Kallis, 2015).

Diante disso, parte-se da hipótese de que a islamofobia atua para além da reação a eventos migratórios ou securitários, tornando-se parte de uma narrativa política estruturante mobilizada por partidos de extrema-direita a fim de reorganizar identidades políticas, ampliar sua capacidade de mobilização eleitoral e redefinir fronteiras simbólicas da comunidade europeia. O objetivo geral deste trabalho consiste em analisar comparativamente como a islamofobia se consolidou como eixo de mobilização política no Reform UK e na AfD entre 2013 e 2024, com os objetivos específicos de contextualizar o surgimento e a consolidação desses partidos no Reino Unido e na Alemanha no contexto das crises políticas, econômicas e

migratórias que marcaram a Europa no período; examinar os discursos públicos de líderes dessas legendas no X (antigo Twitter), identificando a incorporação e a centralidade da islamofobia como estratégia de mobilização política; analisar de que modo esses discursos se articulam a marcadores de gênero e sexualidade, observando a presença de elementos de femonacionalismo e homonacionalismo como mecanismos discursivos de legitimação moral; e investigar como essas narrativas populistas reatualizam lógicas identitárias e civilizacionais no debate político europeu, estabelecendo fronteiras simbólicas entre a comunidade política europeia e a população muçulmana.

O recorte temporal adotado, entre 2013 e 2024, corresponde ao período de formação e consolidação dessas duas forças políticas no cenário europeu. O ano de 2013 marca a fundação da AfD na Alemanha e coincide com o fortalecimento do UKIP no contexto das crises da zona do euro e do crescimento do euroceticismo britânico (Arzheimer, 2015; Ford; Goodwin, 2014). Ao longo da década seguinte, esses partidos passaram por processos de transformação organizacional e consolidação eleitoral que ampliaram sua presença no debate político europeu e fortaleceram sua capacidade de mobilização social, fenômeno amplamente observado na literatura sobre populismo europeu contemporâneo (Mudde, 2004; Brubaker, 2017).

A escolha deste tema se justifica pela relevância crescente da islamofobia como linguagem política transnacional no continente europeu e pela necessidade de compreender como discursos antes periféricos passaram a ocupar o centro da disputa pública europeia. Esse processo também dialoga com um debate acadêmico crescente sobre a relação entre populismo de direita, identidades culturais e securitização da imigração na Europa. Embora já exista uma ampla literatura sobre populismo europeu e sobre islamofobia como fenômeno social e político, ainda são relativamente limitados os trabalhos que investigam comparativamente como partidos específicos mobilizam esses discursos em contextos nacionais distintos (Mudde, 2004; Brubaker, 2017; Hafez, 2014).

A comparação entre o Reform UK e a AfD permite identificar convergências e variações na instrumentalização política da islamofobia, contribuindo para a compreensão da circulação transnacional de narrativas identitárias na extrema-direita europeia contemporânea. Ao examinar esses dois partidos, torna-se possível perceber como organizações de tradições e países distintos convergem em um repertório comum de exclusão, elemento importante para a compreensão da extrema-direita contemporânea (Brubaker, 2017).

A interpretação proposta por este trabalho se ancora no pós-colonialismo, que permite compreender a islamofobia como atualização de estruturas coloniais de longa duração. Said

(1978), Bhabha (1994) e Hall (1992) demonstram que o “Oriente”, historicamente construído como espelho negativo do “Ocidente”, continua operando como conceito legitimador de práticas de diferenciação e hierarquização. A islamofobia contemporânea, portanto, reorganiza imaginários de pureza civilizacional, autenticidade cultural e ameaça externa. Essa lógica é aprofundada por análises como as de Mbembe (2018), que discute a produção de hierarquias entre vidas consideradas desejáveis e descartáveis, e por Farris (2017) e Puar (2007), que mostram como gênero e sexualidade podem ser utilizados como instrumentos de legitimação moral em processos de exclusão política. A literatura recente também indica que esses discursos circulam não apenas na extrema-direita, mas também em setores do *mainstream* político, como demonstram Brookes e Curry (2024) e Doerr (2021).

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos deste trabalho baseiam-se em uma abordagem qualitativa e comparativa orientada pela análise de discurso, voltada à investigação das estratégias narrativas utilizadas por partidos de extrema-direita na Europa contemporânea. A pesquisa concentra-se nos casos do Reform UK, no Reino Unido, e a Alternative für Deutschland (AfD), na Alemanha, analisados por meio de uma comparação estruturada que permite identificar padrões e variações na mobilização política da islamofobia em contextos nacionais distintos (Lijphart, 1971; George; Bennett, 2005).

O material analisado é composto por conteúdos produzidos pelos partidos e por seus principais líderes em publicações realizadas na rede social X (antigo Twitter), plataforma na qual se observa grande parte da circulação contemporânea de discursos populistas e identitários. A análise concentra-se na identificação de categorias e padrões narrativos recorrentes, como ameaça cultural, civilização, segurança, identidade e valores morais, buscando compreender de que maneira esses conceitos são mobilizados para construir fronteiras simbólicas entre a comunidade política europeia e a população muçulmana. Essa estratégia metodológica permite examinar como narrativas islamofóbicas são produzidas, difundidas e normalizadas no debate político europeu contemporâneo, contribuindo para a compreensão das transformações recentes do populismo de extrema-direita.

A construção do conjunto de dados foi realizada por meio do mecanismo de busca avançada do X, com o auxílio de uma assinatura do X Premium, combinando o operador de autoria (from:), palavras-chave temáticas e delimitação temporal entre 2013 e 2024. Um exemplo de consulta utilizada foi: from:Nigel_Farage (migration OR immigration OR Islam OR Muslim OR security) since:2013-01-01 until:2024-12-31. A coleta concentrou-se nos perfis @Nigel_Farage e @reformparty_uk, no caso britânico, e @Alice_Weidel e @AfD, no caso alemão, selecionados por representarem, respectivamente, a liderança política e a comunicação institucional dos partidos. A partir de uma coleta inicial de mais de 100 publicações, foram selecionados 60 *tweets*, distribuídos igualmente entre os dois casos e organizados em três categorias temáticas: Islã e extremismo, migração e segurança, e valores e identidade. Essa divisão foi definida com base na literatura sobre populismo de direita e islamofobia, que aponta a articulação entre construção do Islã como alteridade, fluxos migratórios e defesa de valores nacionais como eixo central desses discursos (Buzan et al., 1997; Huysmans, 2000; Sayyid, 2018; Hall, 1992).

Cada *tweet* foi registrado em uma planilha do Excel com dados de autoria, data,

tradução, categoria temática, tom discursivo e métricas de engajamento (curtidas, *retweets* e comentários). Os *tweets* em inglês foram traduzidos pela autora, e os em alemão foram traduzidos via Grok, com verificação em casos de inconsistência via Chat GPT. A classificação dos tons discursivos irônico, neutro, crítico, agressivo e alarmista, foi realizada manualmente, a partir de critérios analíticos definidos com base na leitura integral dos *tweets* e no diálogo com a literatura sobre populismo. O tom irônico foi atribuído a postagens que utilizavam sarcasmo, ambiguidade ou inversão de sentido para produzir crítica indireta; o neutro foi a comunicações predominantemente informativas, sem carga valorativa evidente; o crítico foi identificado em *tweets* que expressavam discordância ou oposição, mas sem recorrer demais à intensificação emocional; o agressivo foi caracterizado pelo uso de linguagem confrontativa, acusatória ou polarizadora e o alarmista foi associado a construções que enfatizavam ameaça, urgência ou risco iminente.

Para o tratamento dos dados, utilizou-se o software R, por meio dos pacotes *dplyr*, *tidytext*, *ggplot2* e *ggwordcloud*, que permitiram organizar o banco de dados, realizar análise lexical e produzir as visualizações apresentadas no capítulo 4.3. Cabe destacar que a análise numérica realizada neste trabalho diz respeito exclusivamente aos *tweets* selecionados para o corpus, e não tem por objetivo produzir inferências sobre a totalidade das publicações dos atores analisados ou sobre o fenômeno do discurso islamofóbico em sentido mais amplo. Como não foi realizado um plano amostral, os dados quantitativos devem ser interpretados como tendências observadas dentro do corpus delimitado, e não como resultados generalizáveis.

3 A ASCENSÃO DA EXTREMA-DIREITA E O CONTEXTO POLÍTICO EUROPEU

As transformações políticas observadas na Europa nas últimas duas décadas estão diretamente relacionadas ao impacto das crises que vêm atingindo o continente desde o final dos anos 2000. A crise financeira de 2008, a crise de refugiados de 2015 e a reorganização dos sistemas partidários que se seguiu criaram as condições para a ascensão de forças políticas que combinam crítica às elites, contestação à integração europeia e discursos voltados à identidade nacional e à segurança cultural (Algan et al., 2017; Hobolt, 2016; Mudde, 2019). Este capítulo reconstrói esse processo em três momentos: a reconfiguração do cenário político europeu a partir das crises de 2008 e 2015, a trajetória dos dois partidos desde suas origens eurocéticas até a centralidade da pauta identitária, e o papel das plataformas digitais na amplificação e circulação das narrativas de ameaça que sustentam esses discursos.

3.1 Crises econômicas, migratórias e reorganização política na europa pós-2008

3.1.1 Crises de legitimidade e ascensão autoritária

Em "O Manifesto Comunista" (1998), Karl Marx afirma que o capitalismo é marcado por crises estruturais cíclicas, e que esses momentos de disrupção sistêmica não podem ser reduzidos a colapsos econômicos. Eles representam, sobretudo, momentos de quebra da legitimidade política vigente. Segundo Gramsci (2024), a chamada crise moderna surge a partir de uma crise de autoridade, momento em que a classe dominante deixa de exercer direção cultural, moral e política e passa a se sustentar apenas pela coerção. Isso significa que as massas já não acreditam nas ideologias que anteriormente organizavam o consenso social. Assim, o "velho" perde credibilidade antes que o "novo" consiga se consolidar, ou seja, antes que um novo projeto histórico consiga reorganizar a concordância coletiva e oferecer uma direção política estável.

Quando a hegemonia se enfraquece, Gramsci (2024) afirma que nasce a possibilidade de formação de uma nova ordem cultural e ideológica, porém essa mudança não acontece automaticamente. Uma crise econômica pode revelar os problemas de um sistema e abrir espaço para transformações democráticas, mas isso só se concretiza se houver organização política capaz de dar direção a esse processo. Quando isso não ocorre, o período de incerteza se prolonga e a insatisfação pode ser canalizada por alternativas autoritárias, em vez de gerar mudanças estruturais positivas (Gramsci, 2024).

A teoria gramsciana ajuda a compreender os processos políticos que marcaram a Europa no período entre-guerras, cujos desdobramentos podem ser comparados, ainda que em contextos históricos distintos, aos do pós-crise de 2008. Na Itália e na Alemanha daquele período, o colapso das ordens tradicionais não gerou reorganização democrática, mas abriu um interregno¹ no qual movimentos de extrema-direita converteram o descontentamento popular em projetos autoritários, mobilizando o medo como afeto político central (Paxton, 2007; Evans, 2010).

Ainda que o contexto político, econômico e institucional da Europa no século XXI seja bastante distinto daquele do período entre-guerras, a crise financeira global de 2008 também produziu abalos significativos na legitimidade das elites políticas e econômicas. Como destaca Tooze (2018), embora a crise de 1929 seja frequentemente considerada o maior colapso da história do capitalismo moderno, o choque de 2008 foi ainda mais sincronizado, atingindo simultaneamente economias interdependentes e transnacionais. Essa dimensão global conferiu à crise um impacto estrutural que ultrapassou o plano financeiro e atingiu diretamente a confiança nas instituições responsáveis por gerir o sistema político e econômico (Algan et al., 2017; Salguero, 2025).

Assim como no entre-guerras, o abalo econômico abriu espaço para questionamentos sobre representação, soberania e direção política, reconfigurando o cenário europeu dos anos 2000 (Algan et al., 2017; Salguero, 2025). Esse paralelo funciona mais como uma aproximação histórica, mas a noção de interregno gramsciano ajuda a compreender o período posterior a 2008, marcado por uma instabilidade que não produziu automaticamente uma alternativa democrática consolidada. Foi justamente nesse cenário de crise e indefinição política que partidos como o Reform UK e a AfD encontraram espaço para crescer.

3.1.2 A crise de 2008 e a reorganização política europeia

A crise financeira de 2008, seguida pela adoção generalizada de políticas de austeridade, marcou um ponto de inflexão no funcionamento político da União Europeia (UE). Originado no colapso do sistema financeiro norte-americano, o choque rapidamente se disseminou para o continente europeu, afetando a relação entre cidadãos e instituições políticas e produzindo efeitos de longo prazo sobre padrões de confiança, responsabilização e

¹ Termo que designa o período de instabilidade entre a dissolução de uma ordem política e a consolidação de outra, caracterizado pela coexistência de elementos do antigo e do novo sem que nenhum deles seja capaz de impor sua hegemonia (Gramsci, 2024).

comportamento eleitoral (Algan et al., 2017; Hobolt, 2016; Kriesi, 2012). Como demonstram Algan et al. (2017), regiões que experimentaram aumentos mais intensos no desemprego após a crise registraram quedas mais acentuadas na confiança nas instituições políticas, tanto nacionais quanto europeias. As políticas de disciplina orçamentária também aprofundaram essa percepção de abandono, ao serem associadas à incapacidade ou mesmo à indisposição das elites políticas em proteger os cidadãos dos efeitos da crise (Algan et al., 2017; Bojar et al., 2022; Salguero, 2025).

Ao mesmo tempo, as respostas à recessão contribuíram para a intensificação da centralização decisória nas mãos da União Europeia. Conforme argumenta Salguero (2025), o período foi marcado por uma "cascata de centralização", na qual competências fiscais e mecanismos de supervisão foram progressivamente deslocados para instâncias supranacionais. A atuação da *Troika*² reforçou essa dinâmica ao vincular a implementação de reformas estruturais a acordos financeiros que limitavam a autonomia legislativa dos Estados, tornando mais evidente o grau de constrangimento externo sob o qual os governos nacionais passaram a operar.

Como destacam Bojar et al. (2022), políticas de austeridade associadas a condicionalidades internacionais tendem a gerar custos políticos elevados, reduzindo a popularidade governamental e intensificando a punição eleitoral. Muitos cidadãos passaram a perceber que decisões com grande impacto social estavam sendo definidas fora do âmbito nacional, e a concentração da autoridade em arenas supranacionais e tecnocráticas aprofundou a percepção de perda de controle democrático. Como observa Merkel (2014), ao deslocar decisões para essas instâncias, reduziu-se a percepção de que ainda havia escolhas políticas efetivas dentro do sistema representativo europeu. Quando essas medidas são comunicadas sob uma suposta lógica de inevitabilidade, o espaço de contestação pública tende a se reduzir, aprofundando ainda mais o sentimento de impotência entre os cidadãos (Bojar et al., 2022; Algan et al., 2017; Salguero, 2025).

Esse sentimento tornou-se fundamental para a reorganização política europeia do período. A União Europeia passou a ser percebida como coparticipante tanto das decisões de austeridade quanto das falhas estruturais da União Econômica e Monetária, ampliando o foco

² A *Troika* foi um grupo composto pela Comissão Europeia, pelo Banco Central Europeu (BCE) e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), responsável pela negociação e supervisão dos programas de resgate financeiro concedidos a países da zona do euro durante a crise da dívida soberana. Esses programas condicionavam assistência financeira à implementação de políticas de austeridade, reformas estruturais e consolidação fiscal, tornando-se símbolo da governança econômica tecnocrática supranacional e da restrição da soberania orçamentária nacional (Featherstone, 2015; Lütz & Kranke, 2014).

da atribuição de culpa para o nível supranacional (Hobolt, 2016). Dados do Eurobarômetro indicam que a confiança na UE caiu de 57% para 33% entre 2007 e 2012, evidenciando a abrangência desse processo (Tincu, 2022, p. 3). Essa responsabilização difusa contribuiu para uma crise de responsabilização (*accountability*). Hobolt e Tilley (2016) também demonstram que quando os eleitores não conseguem identificar com clareza os responsáveis pelas decisões políticas, os mecanismos tradicionais de punição eleitoral tornam-se menos previsíveis. Paralelamente, a adoção de agendas econômicas similares por partidos tradicionais reduziu a nitidez das diferenças programáticas, tornando menos evidente para o eleitorado a distinção entre centro-esquerda e centro-direita.

Kriesi (2012) observa que crises econômicas profundas tendem a gerar punição eleitoral generalizada; entretanto, no contexto europeu essa dinâmica não resultou uma alternância estável de poder. Similarmente, Berman (2021) aponta que a adesão da social-democracia a políticas de ajuste fiscal comprometeu sua identidade histórica vinculada à proteção social, enquanto partidos conservadores passaram a ser associados à gestão técnica da crise e ao cumprimento de regras externas amplamente contestadas. O conflito político, portanto, deixou de se organizar exclusivamente em torno da divisão entre esquerda e direita, incorporando gradualmente a polarização entre integração europeia e contestação do projeto supranacional.

Nesse ambiente, o euroceticismo ganhou maior visibilidade pública, deixando de ocupar uma posição marginal para se afirmar como resposta política possível ao mal-estar econômico do início da década de 2010, e ampliou-se o espaço para novas forças políticas que mobilizavam discursos de crítica às elites e às instituições europeias (Hobolt, 2016).

3.1.3 A crise de refugiados de 2015 e a securitização da imigração

Se a crise financeira de 2008 abalou a legitimidade das elites políticas europeias, a crise migratória de 2015 deslocou a instabilidade socioeconômica da Europa para o campo identitário. Seu principal fator foi a intensificação dos conflitos armados no Oriente Médio e no Norte da África — sobretudo a guerra civil síria iniciada em 2011 —, a fragmentação estatal na Líbia após a queda de Muammar Gaddafi e a persistente instabilidade no Iraque e no Afeganistão. O agravamento das condições humanitárias nos países vizinhos a Damasco, aliado à saturação dos campos de refugiados, contribuiu para a intensificação das rotas migratórias em direção à Europa, resultando em mais de um milhão de pedidos de asilo na União Europeia apenas em 2015 (UNHCR, 2016; Triandafyllidou, 2018; Melo, 2023, p. 14-15, 24).

Embora não seja uma consequência direta da crise de 2008, o aumento dos fluxos migratórios ocorreu em um contexto europeu já marcado por austeridade fiscal e deslegitimação institucional. Nesse cenário, a chegada de refugiados foi progressivamente trabalhada pela oposição de direita como sinal de desorganização e fragilidade do sistema europeu, contribuindo para a percepção de que o continente atravessava uma crise de controle e de continuidade política (Hobolt, 2016; Kriesi, 2018; Melo, 2023). Assim, a transformação da imigração em questão de segurança resultou de um processo de reinterpretação discursiva conduzido por atores políticos e institucionais.

Conforme a Escola de Copenhague³, uma questão é securitizada quando passa a ser apresentada como ameaça existencial a um objeto referencial, como o Estado, a nação ou a identidade coletiva, legitimando a adoção de medidas extraordinárias para sua proteção (Buzan et al., 1997). No setor societal, a segurança refere-se à preservação da identidade enquanto continuidade simbólica da comunidade política, e a imigração passa, nesse contexto, do campo da gestão administrativa para o da proteção identitária, potencializada pela produção política do medo. Huysmans (2000) demonstra que a imigração pode atuar como *meta-issue*, um eixo capaz de condensar inseguranças econômicas, sociais e culturais sob uma mesma narrativa de ameaça. A questão migratória passou a funcionar, portanto, como ponto de convergência de ansiedades já presentes no contexto pós-2008, reorganizando o debate público em torno de riscos percebidos à ordem social e simbólica.

Esse processo também foi reforçado por percepções de fragilidade na governança migratória europeia. Divergências entre Estados-membros quanto à quantidade e redistribuição de refugiados por país, tensões na gestão das fronteiras externas e a ampla visibilidade midiática das rotas migratórias contribuíram para a construção de uma imagem de incapacidade institucional do bloco em lidar com a crise (Melo, 2023). Como argumenta Bigo (2002), práticas institucionais de classificação e vigilância tendem a transformar determinados grupos em portadores de risco, naturalizando uma lógica de antecipação permanente, na qual a ação estatal se orienta pela prevenção de ameaças presumidas, frequentemente baseadas em estereótipos e hierarquizações.⁴

³A Escola de Copenhague, formulada a partir dos trabalhos de Barry Buzan nos anos 1980 e influenciada pelo construtivismo, propõe o alargamento da agenda de segurança para além do setor militar, incorporando dimensões política, societal, econômica e ambiental (Buzan et al., 1997).

⁴Os dados disponíveis não confirmam uma relação direta entre a chegada de refugiados a partir de 2015 e perdas materiais para a população nativa. Estudos da OCDE mostram que os imigrantes contribuíram em impostos e contribuições sociais mais do que receberam em benefícios assistenciais na maioria dos países do bloco no período, respondendo por boa parte do crescimento da força de trabalho europeia (OCDE, 2013 apud Melo, 2023, p. 21). O apoio ao discurso antimuçulmano parece, assim, menos ligado a uma perda econômica objetiva do que à percepção de insegurança e descontrole sobre o fluxo migratório (Melo, 2023, p. 22-24).

A associação entre imigração e terrorismo, fortalecida após os ataques de 11 de setembro de 2001, foi o que tornou essa lógica politicamente viável no debate europeu. A partir da perspectiva da macrosecuritização, descrita por Buzan e Wæver (2009), diferentes ameaças podem ser articuladas sob uma narrativa superior que lhes confere coerência, e o terrorismo associado ao jihadismo passou a atuar como esse referencial que integrava distintas percepções de risco. A partir de 2015, essa estrutura foi retomada especialmente após os atentados em Paris (novembro de 2015), Bruxelas (2016) e Berlim (2016), permitindo que a imigração, a presença muçulmana e a violência fossem todas colocadas sob um mesmo horizonte de ameaça (Europol, 2016, 2017).

Assim, a islamofobia tornou-se um dos principais canais desse processo. Conforme argumenta Sayyid (2018), a islamofobia pode ser compreendida como um tipo de discurso que posiciona o Islã como problema político, associando-o a risco, atraso ou incompatibilidade com valores europeus. A rejeição não se apresenta predominantemente como oposição direta aos indivíduos praticantes da religião, mas sim como uma suposta defesa legítima da ordem social e da segurança cultural. Nesse sentido, o medo passou a estar presente no próprio discurso institucional, sendo progressivamente incorporado às políticas públicas e à linguagem oficial de segurança em países como França, Alemanha e Reino Unido⁵.

Entretanto, essa construção não surgiu de forma historicamente neutra. A representação do "muçulmano" como alteridade ameaçadora dialoga com heranças coloniais anteriores. A produção do Oriente como espaço de irracionalidade e atraso, analisada por Said (1978), estruturou um imaginário civilizacional que ainda sustenta distinções contemporâneas entre "Europa" e "Outro". A substituição da linguagem racial por categorias culturais não elimina essa hierarquização, apenas a reinterpreta, trocando a diferença do plano biológico para o civilizacional (Hall, 1992). Logo, a islamofobia contemporânea pode ser interpretada como uma atualização de padrões coloniais sob a forma de gestão do risco cultural, definindo critérios de pertencimento e exclusão no interior das sociedades europeias.

3.2 Da contestação econômica à radicalização: Reform UK e AfD

⁵ Na França, a Lei n.º 2010-1192 proibiu o uso de véu integral (Niqab e Burca) em espaços públicos, sendo posteriormente justificada pelo governo como instrumento de defesa da laicidade e da coesão republicana, especialmente após os atentados de 2015 (Bowen, 2012; Fernando, 2014). Na Alemanha, houve o endurecimento das leis de asilo e a ampliação de dispositivos de vigilância após os ataques de 2016, juntamente com proibições de véu integral para funcionárias públicas e militares em 2017 (Kallis, 2015; Brubaker, 2017). No Reino Unido, o programa *Prevent*, parte da estratégia contrterrorista *Contest*, foi criticado por produzir vigilância preventiva e estigmatização desproporcional de comunidades muçulmanas, reforçando a associação entre identidade islâmica e suspeição securitária (Heath-Kelly, 2013; Abbas, 2019).

3.2.1 Origens eurocéticas e contestação à integração europeia

Foi dentro desse cenário de interregno político aberto após 2008, marcado pelo desgaste das formas tradicionais de representação e pelo aumento da desconfiança em relação às elites políticas, que partidos eurocéticos e nacionalistas passaram a ampliar seu espaço na Europa. O surgimento do UK Independence Party (Partido de Independência do Reino Unido), em 1993, popularmente conhecido como UKIP, está diretamente ligado ao aprofundamento do processo de integração europeia após o Tratado de Maastricht⁶. Desde sua fundação pelo professor Alan Sked, o partido se organizou como uma força praticamente monotemática centrada na retirada do Reino Unido da União Europeia, sendo classificado por Ford e Goodwin (2014) como uma expressão do euroceticismo radical. Diferentemente de setores conservadores que defendiam revisões pontuais do arranjo institucional europeu, o UKIP estruturou sua identidade política na oposição total à transferência de soberania para instâncias supranacionais.

Essa crítica assumia um formato institucional bastante claro. O partido argumentava que o Parlamento britânico teria perdido capacidade decisória em áreas estratégicas como comércio, regulação e fronteiras em nome de uma legislação europeia cada vez mais ampla. A UE era descrita como uma arquitetura de governança na qual decisões relevantes eram formuladas por elites políticas e técnicas distantes do eleitorado nacional e da real vontade popular (Ford e Goodwin, 2014). A questão central levantada pelo UKIP, portanto, ultrapassava a integração em si, focando especialmente na percepção de deslocamento da autoridade democrática para longe do controle britânico.

Na sua fase inicial, a imigração aparecia vinculada a esse debate, sobretudo, como consequência institucional da livre circulação de pessoas prevista pelos tratados da União Europeia. O problema era colocado como uma questão de poder de decisão do Estado: como membro da UE, o Reino Unido estava juridicamente limitado em sua capacidade de controlar fluxos migratórios provenientes de outros Estados-membros, ainda que o país nunca tenha integrado o Espaço Schengen e mantivesse controles próprios de fronteira (Ford e Goodwin, 2014). Naquele momento, o debate político em Londres girava em torno do conflito entre soberania nacional e autoridade supranacional, não ainda em torno de identidade cultural ou religiosa.

⁶ O Tratado de Maastricht, assinado em 7 de fevereiro de 1992 e em vigor desde 1º de novembro de 1993, fundou a União Europeia, transformando a cooperação econômica em uma união política e monetária. O acordo estabeleceu o euro, instituiu a cidadania europeia e criou uma estrutura de três pilares: Comunidades Europeias, Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e Justiça e Assuntos Internos (JAI) (Parlamento Europeu, s. d.).

Após 2008, o discurso eurocético ganhou mais força. A crise financeira internacional e, posteriormente, a crise da zona do euro⁷ tornaram mais visível o papel das instituições europeias na coordenação de políticas econômicas e na definição de parâmetros fiscais, intensificando o debate sobre o alcance e os limites da integração (Hobolt, 2016). Mesmo fora da moeda comum, o Reino Unido acompanhou a forma como decisões de grande impacto econômico eram articuladas no nível europeu, o que reforçou a narrativa de que a governança supranacional poderia restringir margens de escolha doméstica. Paralelamente, a narrativa antielitista que vinculava a integração europeia ao afastamento das elites políticas em relação ao eleitorado se fortaleceu. Segundo Ford e Goodwin (2014) e Begum (2017), uma parcela significativa do eleitorado que aderiu ao UKIP percebia os Trabalhistas e Conservadores como amplamente alinhados na defesa da permanência do Reino Unido na União Europeia. Nesse cenário, o UKIP passou a ser visto como a única alternativa que rompia com esse consenso, e a crítica à UE tornou-se um meio de manifestar descontentamento com elites políticas consideradas pouco atentas às demandas populares.

Uma dinâmica semelhante pode ser observada no caso alemão com a fundação da Alternative für Deutschland (Alternativa para a Alemanha), de sigla AfD, em 2013. O partido emergiu diretamente do debate sobre a crise da zona do euro e das políticas de resgate financeiro adotadas no contexto da união monetária (Arzheimer, 2015; Lees, 2018). Diferentemente de outras formações históricas da extrema-direita alemã, a AfD inicialmente se apresentou como um projeto centrado na crítica ao euro e ao modelo institucional da união monetária, sendo inclusive apelidada de *Professorenpartei* ("partido dos professores") devido ao perfil acadêmico de seus fundadores. Sob a liderança de Bernd Lucke, economista e professor universitário, o partido assumiu um discurso vinculado à argumentos técnicos e jurídicos, especialmente voltados à sustentabilidade da moeda comum e às políticas de resgate da zona do euro (Arzheimer, 2015; Franzmann, 2016; Serrano et al., 2019).

O partido criticava especialmente o fato de que a Alemanha assumia grande parte dos custos e garantias financeiras dos programas de resgate do bloco (Berbair; Lewandowsky; Siri, 2014; Decker, 2016). Para a AfD, o euro ampliava as responsabilidades fiscais do país em nível europeu sem que os eleitores alemães tivessem controle direto sobre essas decisões. Assim como no caso britânico, a crítica econômica rapidamente se transformou em um debate sobre legitimidade e representação, no qual a AfD denunciava um "déficit democrático" na condução

⁷A crise da zona do euro refere-se ao período, especialmente entre 2010 e 2012, em que países como Grécia, Portugal e Irlanda enfrentaram dificuldades severas de financiamento da dívida pública, exigindo programas de resgate conduzidos por instituições europeias e pelo FMI (Arzheimer, 2015; Lees, 2018).

das decisões europeias e defendia maior consulta popular em temas de transferência de soberania (Arzheimer, 2015; Decker, 2016).

Nesse estágio inicial, tanto o UKIP quanto a AfD não tinham a imigração como um dos principais pilares de seus programas. A pauta da legenda alemã concentrava-se na moeda, na governança fiscal e na crítica ao consenso pró-europeu dominante entre a CDU/CSU e o SPD⁸ (Franzmann, 2016; Lees, 2018). A oposição à integração europeia estruturou a identidade partidária e ampliou o espaço político à direita nos dois sistemas, tanto no alemão quanto no britânico. Diante disso, uma dimensão institucional importante diz respeito às diferenças entre os sistemas eleitorais britânico e alemão, que influenciam diretamente a capacidade desses partidos de converter votos em representação parlamentar. O Reino Unido adota o sistema majoritário em distritos uninominais (*first-past-the-post*), que tende a favorecer partidos grandes e dificultar a conversão de votações dispersas em cadeiras. Já a Alemanha opera com um sistema misto proporcional, com cláusula de barreira de 5%, o que facilita a entrada de novas forças no Bundestag⁹, mas exige negociações para a formação de coalizões governamentais (Nicolau, 2004). Essas diferenças terão consequências diretas sobre a trajetória eleitoral dos dois partidos, como será discutido adiante.

3.2.2 Transformação estrutural e reorientação de agendas

O referendo do Brexit¹⁰ de 23 de junho de 2016 marcou um ponto de inflexão na trajetória do UKIP. Até então, o partido organizava sua identidade em torno de um objetivo claro: retirar o Reino Unido da União Europeia. Esse processo ocorreu em um cenário político marcado pela intensificação de disputas em torno de discursos e pela emergência do que passou a ser denominado "pós-verdade", termo escolhido pelos dicionários Oxford como palavra do ano de 2016. Nesse contexto comunicacional, argumentos baseados em fatos verificáveis passaram a ter menor peso no debate público do que narrativas capazes de mobilizar paixões e alinhadas às crenças prévias dos eleitores, favorecendo campanhas políticas estruturadas em

⁸A CDU (União Democrata Cristã) e a CSU (União Social Cristã) formam um bloco conservador que atua em conjunto no parlamento federal alemão, com a CSU restrita ao estado da Baviera. O SPD (Partido Social-Democrata da Alemanha) é o principal partido de centro-esquerda do país e um dos mais antigos da história política alemã. Juntos, CDU/CSU e SPD dominaram a competição partidária alemã no período pós-guerra, sendo frequentemente descritos pela literatura como os pilares do consenso político da República Federal (Lees, 2018).

⁹O Bundestag é o Parlamento federal da República Federal da Alemanha e constitui o principal órgão legislativo do país (Deutscher Bundestag, s. d.).

¹⁰O termo Brexit refere-se ao processo de retirada do Reino Unido da União Europeia, aprovado por meio do referendo convocado pelo governo do conservador David Cameron. Na consulta popular, 51,9% dos eleitores votaram pela saída do bloco, inaugurando um processo político e jurídico de negociação entre Londres e Bruxelas sobre as condições de desvinculação institucional e comercial do país em relação ao bloco (Hobolt, 2016).

torno de percepções de ameaça, identidade nacional e desconfiança em relação às instituições supranacionais (Seixas, 2019). No caso britânico, essa dinâmica contribuiu para que a campanha do Brexit se consolidasse como um momento de forte polarização social e política, no qual diferentes atores disputavam a interpretação da crise europeia e do lugar do Reino Unido no bloco e no continente (Hobolt, 2016).

Com a vitória do *Leave*¹¹, o objetivo do partido deixou de ser uma promessa e passou a integrar a agenda governamental. Nesse novo cenário, o Partido Conservador assumiu a liderança da implementação do referendo, absorvendo parte significativa do espaço político que o UKIP ocupava (Hobolt, 2016). Lynch et al. (2012) e a literatura sobre partidos de nicho mostram que legendas organizadas em torno de uma causa única enfrentam dificuldades quando sua pauta central é institucionalizada ou apropriada por partidos maiores. Foi exatamente isso que ocorreu com o UKIP após 2016: a apropriação do euroceticismo pelo Partido Conservador mudou o foco da disputa e eliminou o diferencial competitivo que havia sustentado o crescimento do partido ao longo da década anterior (Tournier-Sol, 2023).

Entre 2016 e 2018, essa tensão tornou-se visível. O partido enfrentou sucessivas mudanças de liderança, perda de relevância eleitoral e disputas internas quanto à redefinição programática. A saída definitiva de Nigel Farage, cuja figura carismática havia sido decisiva para desenvolver o discurso *antiestablishment* e mobilizar setores socialmente conservadores e eurocéticos, aprofundou ainda mais a fragmentação organizacional (Ford; Goodwin, 2014). É nesse contexto que surge o Brexit Party, em 2019, sob liderança de Farage. A nova sigla reorganizou a narrativa da extrema-direita do Reino Unido, tirando o foco do "direito de sair" para a denúncia de que o Brexit estaria sendo diluído ou traído pelas elites políticas britânicas. Goodman (2021) afirma que, nesse período, o debate público britânico circulava intensamente sob a noção de ameaça como forma de pressionar decisões institucionais, o que reforçou ainda mais a retórica de urgência e antagonismo explorada pelo partido.

Em janeiro de 2021, ele foi formalmente renomeado como Reform UK, após a conclusão do processo de saída do Reino Unido da UE em 31 de janeiro de 2020. A mudança consistiu em um reposicionamento estratégico destinado a ampliar a agenda política para além da entrega do Brexit, e não a criação de uma nova legenda partidária. Com o seu objetivo fundador formalmente alcançado, tornou-se necessário redefinir um novo eixo de mobilização

¹¹O termo *Leave* diz respeito à campanha favorável à saída do Reino Unido da União Europeia no referendo do Brexit. A disputa opôs os defensores da permanência (*Remain*) aos que defendiam a retirada do bloco, e foi estruturada em torno de temas como soberania, controle migratório e autoridade legislativa nacional (Hobolt, 2016).

a ser trabalhado, sinalizando também uma reconfiguração estrutural do campo populista à direita no Reino Unido (Tournier-Sol, 2023).

A soberania britânica, que inicialmente era debatida em termos jurídico-institucionais, passou a assumir uma dimensão cultural e identitária com o avanço do debate sobre a saída do bloco europeu (Sobolewska; Ford, 2020). Hobolt (2016) já havia mostrado que a campanha do *Leave* articulou fortemente o controle de fronteiras como um dos principais mecanismos de mobilização eleitoral. Contudo, entre 2017 e 2019, a agenda migratória mudou de alvo: se antes a UE era a principal acusada por impedir que o Reino Unido controlasse seus próprios fluxos, agora o governo britânico passava a ocupar esse lugar, por não ter resolvido o problema mesmo com o Brexit em vista. Tournier-Sol (2023) observa que a associação entre soberania e imigração já estava presente no repertório do UKIP antes do referendo, mas foi no contexto pós-Brexit que ela passou a se destacar na estratégia discursiva da direita inglesa.

Nesse processo, intensificou-se a securitização da imigração, retratada como risco à ordem social e à segurança nacional. Syeda e Molkenbur (2023) observam que a islamofobia no Reino Unido não se restringe a atores da extrema-direita, circulando também em espaços *mainstream* especialmente quando se faz a associação entre imigração e segurança. Parte da explicação para essa circulação mais ampla está no que Brookes e Curry (2024) identificam ao mostrar que, ao longo dos anos 2000 e 2010, a imprensa britânica já vinha reproduzindo representações que conectavam Islã e ameaça, criando um repertório consolidado que a extrema-direita pôde mobilizar sem precisar construí-lo do zero.

O episódio da Turquia durante o referendo ilustra como esse instrumento funcionava. Onay (2024) mostra que a possível adesão turca à União Europeia em 2016 foi interpretada pelo conservadorismo britânico como um "desastre anunciado", que abriria caminho para uma imigração muçulmana descontrolada e um aumento do risco terrorista. Ainda que a adesão fosse improvável no curto prazo, apenas sua menção já produziu efeitos políticos concretos no Reino Unido, revelando que a migração muçulmana funcionava como argumento com vida própria, capaz de mobilizar medo independentemente da relação formal com a UE.

A trajetória da AfD apresenta uma lógica paralela. Com origem no contexto da crise da zona do euro, a legenda passou, ao longo da década de 2010, por uma mudança de agendas, abandonando gradualmente a contestação à integração europeia em favor de uma pauta identitária e securitária. A virada ocorreu em 2015, quando a crise migratória alterou profundamente o debate político alemão e incidiu diretamente sobre as disputas internas do partido (Arzheimer, 2015; Berbuir; Lewandowsky; Siri, 2014; Franzmann, 2016).

Até então, havia uma tensão clara entre uma ala mais liberal-conservadora, vinculada

à crítica econômica ao euro, e setores que defendiam maior centralidade para temas culturais e migratórios. A intensificação do fluxo de refugiados e a decisão do governo Merkel de suspender a aplicação do Regulamento de Dublin¹², aceitando mais de quatrocentos mil pedidos de asilo somente em 2015, colocaram a Alemanha no centro da crise migratória europeia (Triandafyllidou, 2018; Melo, 2023). A medida, conhecida na imprensa alemã como *Wir schaffen das* ("nós vamos conseguir"), dividiu a opinião pública e a própria coalizão de governo. Setores da CDU/CSU consideravam a abertura das fronteiras unilateral e questionavam seus custos políticos e administrativos, enquanto a oposição de esquerda cobrava maior rapidez na integração dos recém-chegados.

Foi nesse intervalo, entre uma direita que considerava a medida excessiva e uma esquerda que a considerava insuficiente, que a pauta identitária encontrou espaço para se impor sobre a crítica econômica que até então organizava o discurso da AfD. O resultado foi uma reorganização interna que favoreceu as correntes nacionalistas e enfraqueceu a ala que havia estruturado o partido em sua fase inicial (Decker, 2016; Lees, 2018, p. 7). Essa reorganização não se limitou à troca de lideranças, mas também reconfigurou as prioridades internas da AfD (Decker, 2016).

A ascensão de figuras como Björn Höcke e a consolidação de redes vinculadas ao *Der Flügel*¹³ aprofundaram essa virada, interpretando a crise migratória a partir de uma lente étnico-cultural e de crítica ao multiculturalismo (Heinze; Weisskircher, 2021; Liebel, 2020). A imigração passou a ser apresentada como problema estrutural associado a descontrole estatal e perda de referências culturais, e o Islã assumiu um papel de destaque como marcador de alteridade, vinculado à ideia de incompatibilidade com valores considerados fundamentais para a sociedade alemã (Lees, 2018; Liebel, 2020).

É nesse ambiente que ganhou força a narrativa de "substituição demográfica", segundo a qual mudanças populacionais decorrentes da imigração representariam ameaça à continuidade do "povo alemão". Mesmo quando formulada de maneira indireta ou implícita, essa narrativa foi capaz de conectar imigração, Islã e elite política em uma mesma estrutura de sentido, transformando um debate de política pública em questão de proteção existencial da comunidade

¹² O Regulamento de Dublin estabelece que o pedido de asilo deve ser processado pelo primeiro país da União Europeia em que o solicitante entrou, normalmente os países de fronteira externa do bloco. Ao suspender essa regra para os refugiados sírios em agosto de 2015, a Alemanha passou a aceitar diretamente pedidos de pessoas que já estavam em outros países europeus, o que ampliou significativamente o número de chegadas ao território alemão (Triandafyllidou, 2018).

¹³ O *Der Flügel* (A Asa) foi uma corrente interna da AfD associada à ala nacional-identitária-conservadora liderada por Björn Höcke. Segundo Decker (2016), as disputas entre essa ala e o setor liberal-econômico contribuíram para a radicalização programática do partido e para o fortalecimento de redes internas nacionalistas. Ainda que formalmente dissolvido em 2020, o grupo manteve influência política por meio de quadros e lideranças regionais.

política (Heinze; Weisskircher, 2021; Liebel, 2020; Buzan et al., 1997).

3.2.3 Institucionalização e normalização política

A institucionalização partidária envolve o processo pelo qual novas legendas deixam de atuar apenas como forças de contestação eleitoral e passam a ocupar posições estáveis dentro das instituições políticas. A consolidação da AfD no sistema político alemão pode ser observada a partir de sua entrada no Bundestag nas eleições federais de 2017, quando o partido obteve 12,6% dos votos válidos e 94 cadeiras, tornando-se a terceira maior força parlamentar. Esse resultado alterou a configuração do sistema partidário alemão ao introduzir uma nova força política à direita da CDU/CSU no parlamento federal, garantindo ao partido acesso a financiamento público, estrutura parlamentar e participação em comissões legislativas, elementos que contribuíram para sua estabilização organizacional (Arzheimer, 2015; Bundeswahlleiter, 2017).

A evolução eleitoral seguinte confirmou essa consolidação. Nas eleições de 2021, a AfD registrou 10,3% dos votos e 83 cadeiras, com desempenho particularmente elevado nos estados da antiga Alemanha Oriental, onde o partido alcançou cerca de 24,6% na Saxônia e aproximadamente 18,1% em Brandemburgo. Como o sistema eleitoral alemão permite a eleição de candidatos diretamente nos distritos, essa concentração regional sustenta a representação parlamentar do partido mesmo quando os resultados nacionais recuam.

A queda de 2021 em relação a 2017 não indica necessariamente um enfraquecimento, pois o partido manteve bancada relevante, preservou sua base no leste do país e seguiu sendo a principal força à direita da CDU/CSU no Bundestag, ainda que com dificuldade de expansão para além dessas bases (Bundeswahlleiter, 2021; Lees, 2018; Arzheimer, 2015). Nas eleições para o Parlamento Europeu, a AfD obteve 11% em 2019 e 15,9% em 2024, indicando ampliação do apoio ao longo do período analisado. Embora as eleições europeias apresentem dinâmicas distintas das federais, esses dados mostram que o partido manteve desempenho competitivo em diferentes arenas eleitorais dentro do recorte temporal deste trabalho (Bundeswahlleiter, 2024).

No Reino Unido, onde o sistema majoritário dificulta a conversão de votações dispersas em cadeiras no parlamento, a evolução eleitoral do campo associado ao Brexit seguiu uma trajetória diferente. Nas eleições europeias de 2019, o Brexit Party obteve aproximadamente 30,5% dos votos e 29 cadeiras, tornando-se o partido britânico mais votado naquele pleito e revelando a existência de um eleitorado expressivo disposto a apoiar formações situadas à direita do Partido Conservador (BBC, 2019; Ford; Goodwin, 2014). No entanto, nas

eleições gerais do mesmo ano, ainda sob a denominação Brexit Party, o partido obteve cerca de 2% dos votos nacionais e não conquistou cadeiras na Câmara dos Comuns¹⁴.

Nas eleições gerais de 2024, já como Reform UK, a legenda registrou expansão significativa, alcançando aproximadamente 14,3% dos votos nacionais, mais de 4 milhões de votos e apenas 5 cadeiras parlamentares. A desproporção entre votos e cadeiras demonstra diretamente o efeito do *first-past-the-post*: o apoio ao partido estava distribuído por todo o território nacional sem concentração suficiente nos distritos certos, o que impediu a conversão dessa votação expressiva em representação proporcional. Em termos comparativos, o Partido Liberal Democrata, com 12,2% dos votos, conquistou 72 cadeiras, enquanto o Partido Conservador, com 23,7%, obteve 121. Esses números evidenciam uma fragmentação crescente no campo da direita britânica e mostram que o Reform UK consolidou uma presença eleitoral real, ainda que o sistema institucional limite sua tradução em poder parlamentar (BBC, 2024; Electoral Reform Society, 2025).

3.3 Plataformas digitais e viralização do discurso de ameaça

A consolidação eleitoral do Reform UK e da AfD, descrita nas seções anteriores, não pode ser dissociada do ambiente comunicacional em que esses partidos atuam. A europeização contemporânea da islamofobia pode ser compreendida como um efeito estrutural gerado pela lógica das redes digitais, cujas regras de visibilidade e recomendação tendem a dar mais destaque a conteúdos que remetem à crise, à ameaça e ao conflito moral. Com a publicidade mediada, o que se torna público não precisa mais acontecer no mesmo lugar nem ao mesmo tempo que sua audiência, o que amplia enormemente o alcance da visibilidade e altera a forma como o poder e a exposição funcionam (Thompson, 1998). Nesse contexto, o poder político aprende a administrar essa visibilidade mobilizando emoções capazes de influenciar a opinião pública, e a islamofobia, quando elaborada como "defesa de valores" e "ameaça civilizacional", torna-se útil a esse processo por combinar medo, urgência e identidade em mensagens de alta transmissibilidade. Essa transmissibilidade, por sua vez, é co-produzida pela "arquitetura algorítmica" e pela "economia da atenção" (Lewis, 2018, p. 31; Literat; Kligler-Vilenchik, 2023, p. 2; Munger; Phillips, 2022, p. 2).

¹⁴A Câmara dos Comuns (*House of Commons*) é a câmara baixa do Parlamento do Reino Unido e constitui o principal órgão legislativo do sistema político britânico. O partido que obtém a maioria das cadeiras na Câmara dos Comuns normalmente forma o governo, e seu líder torna-se primeiro-ministro (United Kingdom Parliament, 2022).

No caso específico do X, antigo Twitter, essa dinâmica assume características próprias. Diferentemente de plataformas voltadas para vídeos longos ou recomendações mais imersivas, o X funciona a partir de fluxos contínuos de informação organizados por linhas do tempo híbridas, que combinam postagens de contas seguidas, recomendações algorítmicas e conteúdos impulsionados por alto engajamento. A visibilidade é amplamente determinada por métricas públicas: curtidas, *retweets*, respostas e visualizações, que funcionam como sinais de relevância e legitimidade daquilo que está sendo dito (Evolvi, 2018).

Dias (2025) afirma que o conceito de redes sociais encontra-se defasado, tendo em vista que as interações na internet vêm se tornando cada vez mais divisivas, sendo muito mais pautadas no ódio e na discordância do que na promoção de um processo de socialização. Por isso, para o autor, o mais apropriado seria chamá-las de redes digitais. Fielitz e Marcks (2019) e Lewis (2018) reforçam esse argumento ao desenvolverem que as plataformas são desenhadas para recompensar conteúdos que geram fortes reações emocionais, como medo, raiva, escândalo e indignação, porque isso mantém usuários conectados e aumenta receita publicitária, transformando a disputa por atenção em disputa por intensidade.

Nesse contexto, a indignação moral funciona como pauta de alta circulação. Narrativas islamofóbicas que associam o Islã à ameaça existencial, ao conflito de civilizações e aos mitos da substituição populacional produzem respostas rápidas e previsíveis, sendo amplificadas pelos algoritmos justamente porque o alto engajamento que geram é interpretado pelas plataformas como sinal de relevância. Ao serem apresentadas sob a forma de humor, ironia ou opinião supostamente contracultural, essas mensagens ainda tendem a perder o caráter de choque e passam a circular como algo comum, retirando o discurso de ódio do campo do extraordinário e inserindo-o no cotidiano (Fielitz; Marcks, 2019).

No X, esse processo se conecta diretamente com a transnacionalização de *frames*¹⁵, formas recorrentes de interpretar a imigração e a religião islâmica que passam a ser compartilhadas entre diferentes contextos nacionais. Froio e Ganesh (2019) mostram que, embora a extrema-direita permaneça majoritariamente nacional em seus *retweets*, a islamofobia funciona como uma "cola" transnacional, pois impulsiona um certo enquadramento cultural, baseado na ameaça aos valores liberais, e um enquadramento securitário, apoiado na associação com terrorismo e criminalidade, que ultrapassam fronteiras linguísticas e partidárias. No caso do Reform UK e da AfD, essas plataformas também assumiram função estratégica ao

¹⁵*Frames* são esquemas interpretativos que orientam a forma como um fenômeno é percebido e apresentado publicamente. Sua transnacionalização ocorre quando esses enquadramentos atravessam fronteiras e passam a organizar o debate político em diferentes países a partir de uma mesma lógica (Froio e Ganesh, 2019).

permitirem comunicação direta com o público e reduzirem a mediação exercida pelos meios tradicionais de imprensa. Nesse ambiente, discursos sobre imigração, identidade nacional e ameaça cultural passaram a circular com maior velocidade e capacidade de engajamento, especialmente quando formulados em linguagem simples, emocional e de forte apelo visual.

Evolvi (2018), ao analisar mais de dois mil *tweets* feitos após o referendo do Brexit, aprofunda o argumento dos autores ao mostrar que essa circulação não fica contida no ambiente digital. Por meio de redes globais, de *trolls* e *bots* e da disseminação de desinformação, o ódio se torna "hipermediado", ou seja, deixa de pertencer a um único suporte ou espaço e passa a circular simultaneamente entre plataformas digitais e ambientes físicos, como manifestações, crimes de ódio e discursos políticos, reforçando-se mutuamente em ambos os contextos.

Esse processo, que Fielitz e Marcks (2019) chamam de "amplificação de enquadramento", faz com que episódios isolados sejam reinterpretados como sinais de uma crise permanente, e que a sensação de ameaça se mantenha em circulação independentemente de qualquer evento concreto. Eventos nacionais passam a ser percebidos como evidência de um perigo continental, ampliando a capacidade de conexão entre diferentes contextos nacionais e consolidando o que a literatura chama de "europeização" dos frames islamofóbicos (Froio e Ganesh, 2019), processo que atravessa diretamente os discursos do Reform UK e da AfD analisados nos capítulos seguintes.

4 PÓS COLONIALISMO, POPULISMO E DISCURSO POLÍTICO

Para compreender a maneira com que a islamofobia funciona como recurso político nos discursos do Reform UK e da AfD, é preciso construir o aparato teórico que permite analisá-la. Este capítulo desenvolve esse referencial a partir de três eixos. O primeiro examina as raízes pós-coloniais da produção do "Outro" muçulmano, trabalhando a partir dos conceitos de Said (1978), Hall (1992), Fanon (1961), Bhabha (1994) e Sayyid (2018). O segundo trata do populismo de direita como forma de organizar politicamente esse repertório, recorrendo a Laclau (2005), Mudde (2004) e Mouffe (2018). O terceiro apresenta a análise de discurso como ferramenta metodológica, discutindo com Moreira e Romão (2011), Evolvi (2018) e Doerr (2021) como a linguagem constitui sentidos políticos nos textos analisados.

4.1 Pós-colonialismo e a produção do “Outro” muçulmano

O capítulo anterior mostrou como o Reform UK e a AfD construíram, ao longo de mais de uma década, narrativas que situam o muçulmano como ameaça à coesão das sociedades britânica e alemã. Antes de examinar os mecanismos específicos pelos quais esse discurso se desenvolve, é preciso entender de onde vem a possibilidade de fazer esse tipo de construção, ou seja, por que a figura do muçulmano ocupa esse lugar de ameaça com tanta naturalidade no debate político europeu contemporâneo. A resposta não se encontra exclusivamente no contexto das crises migratórias dos anos 2010, mas também em um sistema de representação muito mais antigo, produzido no encontro colonial entre a Europa e o mundo que ela chamou de "Outro".

Hall (1992) é um ponto de partida importante para entender esse sistema. Em "The West and the Rest", o autor argumenta que o "Ocidente" se formou historicamente como uma construção discursiva e conceitual, produzida por meio de representações e relações de poder. Para ele, o que chamamos de Ocidente é, antes de tudo, um conceito que organiza sociedades em posições hierárquicas e define o que conta como desenvolvimento, civilização e modernidade. Essa construção só funciona pela diferença. O Ocidente se define pelo que ele exclui, e o "resto" excluído é exatamente aquilo que precisa existir para que ele possa se reconhecer como tal. Sem algo exterior percebido como inferior, atrasado ou perigoso, a identidade ocidental perde sua coerência interna.

Hall (1992) demonstra que essa dinâmica foi produzida historicamente no processo de expansão colonial europeia entre os séculos XV e XIX, que organizou o mundo em termos de

superioridade e inferioridade e criou um repertório de imagens, vocabulários e representações do "Outro" que atravessaram séculos. Said (1978) já havia mostrado como esse repertório se consolidou: o Oriente foi construído por meio de discursos acadêmicos, literários e políticos que o transformaram em realidade objetiva aos olhos europeus, produzindo uma imagem "oriental" marcada por irracionalidade, violência e incapacidade de autogoverno. Mais do que imagens distorcidas, o orientalismo funcionava como um sistema de produção de conhecimento ligado ao exercício do poder colonial, cuja força residia na capacidade de se consolidar como referência e de definir os termos a partir dos quais o Oriente podia ser descrito, interpretado e compreendido, independentemente da veracidade de suas afirmações.

O que Hall (1992) acrescenta a esse argumento ajuda a compreender a atualidade. Para ele, a substituição da linguagem racial por categorias culturais não elimina a hierarquização produzida pelo colonialismo, mas apenas a reorganiza, mudando a diferença do plano biológico para o civilizacional. Isso significa que discursos contemporâneos que descrevem o Islã como culturalmente incompatível com os valores europeus não precisam recorrer explicitamente a categorias raciais para trabalhar sobre o mesmo conjunto de representações que Said (1978) havia identificado no orientalismo. A diferença cultural funciona, nesses casos, como um substituto facilmente reconhecível da diferença racial, e é por isso que esse tipo de narrativa circula com tanta facilidade no debate político sem ser imediatamente identificado como discriminatório.

Fanon (1961) havia antecipado parte dessa questão ao tratar o colonialismo como uma estrutura simbólica que desumaniza o colonizado ao transformá-lo em categoria. O autor descreve como o mundo colonial é um mundo dividido ao meio, no qual a desumanização do colonizado é condição para a afirmação do colono. Essa divisão, porém, não desaparece com o fim formal do colonialismo. Ela até se reorganiza, encontra novos vocabulários e novas formas de legitimação, mas mantém a estrutura fundamental de um Outro que precisa ser contido, gerido ou excluído para que a ordem social faça sentido. Esse ponto ajuda a entender por que a islamofobia contemporânea não pode ser lida como reação pontual a eventos específicos — como os atentados terroristas do início do século XXI — pois ela se insere em uma estrutura que se mantém ao longo do tempo.

É nesse ponto que Bhabha (1994) aprofunda o argumento pós-colonial ao examinar como essa estrutura se mantém em funcionamento no plano do discurso. Para o crítico indiano-britânico, o estereótipo colonial não é simplesmente uma imagem falsa ou simplificada do Outro. Ele é uma forma de conhecimento que oscila entre a certeza e a ansiedade. O discurso que constrói o muçulmano como ameaça precisa ser reiterado continuamente, o que revela uma

difficuldade em fixar esse sentido de forma estável. Bhabha (1994) chama isso de ambivalência: o Outro é ao mesmo tempo objeto de fascínio e de repúdio, e é essa tensão irresolvida que obriga o estereótipo a se repetir.

Bhabha (1994) também identifica a mímica colonial como um segundo mecanismo pelo qual o discurso colonial se sustenta. Em certas situações, o colonizado passa a imitar os valores, a linguagem e os comportamentos do colonizador, e essa imitação gera um efeito desconfortável, pois expõe que a suposta superioridade ocidental não é natural nem inevitável, já que depende de repetição e pode ser reproduzida por outros. Esse conceito ajuda a entender por que discursos civilizacionistas precisam constantemente reafirmar a incompatibilidade do Outro: a necessidade de prova constante é ela mesma o sinal de que a diferença é produzida, não dada.

Esse recurso se torna ainda mais eficaz quando o discurso incorpora vozes do próprio grupo que pretende excluir. A confirmação da hierarquia por alguém que poderia contestá-la é o que Hall (1992) identifica como necessária para que a superioridade ocidental se sustente, e é exatamente esse processo que aparece nos discursos analisados no capítulo 5. Enquanto Said (1978) e Hall (1992) ajudam a entender a formação histórica desse sistema, e Bhabha (1994) mostra como ele se mantém por meio da ambivalência e da repetição, Sayyid (2018) permite avançar na análise pós-colonial da islamofobia ao explicar por que esse padrão ganha tanta força no contexto político europeu contemporâneo. Para ele, o ódio aos muçulmanos e ao Islã não pode ser compreendido como um simples conjunto de preconceitos individuais.

Ele é uma forma de governamentalidade, uma prática sistemática de regulação das expressões de identidade muçulmana em relação ao que ele chama de "horizonte ocidentalizante", definindo o que os muçulmanos podem reivindicar, expressar e ser no espaço público europeu. Sayyid (2018) situa esse processo em um momento de descentramento do Ocidente, pelo qual a Europa e os Estados Unidos perderam progressivamente, ao longo do século XX e especialmente após o fim da Guerra Fria, a centralidade geopolítica e cultural que haviam ocupado desde o período colonial. Nesse cenário, a islamofobia funciona como resposta a uma crise de identidade europeia, e o muçulmano se torna a figura sobre a qual se projeta a ansiedade produzida por esse descentramento.

É nesse quadro maior que se tornam mais claras as diferenças entre os casos britânico e alemão. A memória colonial do Reino Unido é mais direta: o Império Britânico estabeleceu uma relação de longa duração com populações muçulmanas no subcontinente indiano, no Oriente Médio e na África, e os descendentes dessas populações constituem hoje parte significativa da sociedade britânica, o que torna a associação entre presença muçulmana e perda

de controle mais imediatamente disponível como recurso retórico (Brookes; Curry, 2024).

A Alemanha também teve um império colonial, com territórios na África e na Oceania entre 1884 e 1918, mas perdeu esses domínios após a Primeira Guerra Mundial e não desenvolveu os mesmos fluxos migratórios pós-coloniais que levaram populações muçulmanas para o Reino Unido em larga escala ao longo do século XX. A presença muçulmana na Alemanha contemporânea tem origem principalmente na imigração turca dos anos 1960 e 1970, no contexto dos acordos de trabalhadores convidados, o que torna a conexão entre memória colonial e islamofobia menos imediata do que no caso britânico (Lees, 2018).

Ainda assim, Sayyid (2018) observa que o projeto colonial europeu se desenvolvia dentro de um mesmo referencial racial compartilhado que definia o que significava ser europeu em oposição ao não europeu, atravessando fronteiras nacionais e criando formas semelhantes de perceber e classificar populações. É isso que ajuda a entender por que formas análogas de construção do muçulmano como ameaça aparecem também em um contexto onde a ligação colonial com o mundo islâmico é menos direta.

Brubaker (2017) ajuda a entender como esse repertório aparece no debate político contemporâneo ao descrever o que chama de civilizacionismo. Para o autor, o discurso da extrema-direita europeia passa a organizar o conflito em torno de uma oposição entre civilizações nas quais a diferença religiosa é tratada como separação essencial, de modo que o problema deixa de ser o que determinadas pessoas fazem ou acreditam e passa a ser aquilo que elas supostamente são de forma irredutível. Essa transição retoma exatamente o processo que Said (1978) havia identificado como constitutivo do orientalismo, e é também a mesma noção que Bhabha (1994) identificou no funcionamento do estereótipo: a generalização a partir do particular, que nunca precisa ser justificada porque as representações do Ocidente sobre o Oriente já a tornam plausível de antemão.

Nesse contexto, dois desdobramentos do civilizacionismo têm raízes coloniais claras e merecem atenção própria porque aparecem de forma combinada nos discursos analisados. O primeiro é o femonacionalismo, conceito desenvolvido por Farris (2017) para descrever a instrumentalização de pautas feministas por partidos de direita com o objetivo de estigmatizar populações muçulmanas. No femonacionalismo, a igualdade de gênero deixa de ser um projeto de ampliação de direitos e passa a funcionar como critério civilizacional: a mulher muçulmana é construída como vítima do Islã, e essa construção serve de justificativa para políticas de exclusão que não beneficiam as próprias mulheres que dizem proteger.

A autora retoma o que Spivak resumiu em "Can the Subaltern Speak?" (1988) como "homens brancos salvando mulheres marrons de homens marrons", mas o atualiza para um

contexto em que quem reivindica o papel de salvador pode ser também uma mulher, como Alice Weidel, ou um partido que se apresenta como defensor dos valores liberais. O paradoxo é que esse feminismo seletivo não se estende às políticas sociais que afetam as mulheres do próprio país, o que sugere que a igualdade de gênero funciona aqui menos como um compromisso programático real do que como vocabulário disponível para delimitar novas fronteiras de pertencimento.

O segundo desdobramento é o homonacionalismo, conceito de Puar (2007) que descreve um mecanismo similar no campo dos direitos LGBTQIAPN+. A autora argumenta que pautas de direitos sexuais são trazidas a tona para produzir uma divisão entre o “Ocidente tolerante” e o “Islã intolerante”, transformando a homossexualidade também em critério de civilização e utilizando-a para reforçar a exclusão de populações muçulmanas. A título de exemplificação, em uma publicação de 2022, Nigel Farage questiona por que “o *establishment* e a mídia” não falam sobre o “terrorismo islâmico contra a comunidade LGBTQ+”, conectando diretamente o Islã à violência e posicionando o Ocidente como um espaço de proteção e liberdade (Farage, 2022b, tradução nossa).

Todavia, esse movimento não indica uma incorporação de pautas progressistas ao discurso conservador do Reform, e sim um uso estratégico dessas pautas para reforçar fronteiras de pertencimento, fazendo com que a exclusão apareça como defesa de valores amplamente reconhecidos no debate público. Não por acaso, o partido não tem histórico de protagonismo na defesa de direitos LGBTQIAPN+ no Reino Unido, o que confirma que a pauta é tomada de empréstimo no momento em que se torna útil, e não fruto de adesão programática.

4.2 Populismo de direita e a mobilização do medo

Entender como a islamofobia se torna um recurso político organizado exige olhar para como ressentimentos dispersos passam a ser reunidos sob um mesmo projeto de poder. Para isso, o populismo pode ser compreendido como uma forma de organizar o político, voltada para a constituição de fronteiras simbólicas e a articulação de demandas distintas. Nesse sentido, Laclau (2005) retira o populismo do campo das patologias sociais e o reinsere no debate sobre como o político se organiza, ao argumentar que ele descreve uma maneira específica de unir demandas que, de outro modo, permaneceriam fragmentadas.

O ponto de partida dessa discussão vem do conceito de demanda não atendida. Segundo o autor, quando o sistema institucional falha em absorver as solicitações que lhe são dirigidas, cria-se uma frustração acumulada que pode ser reinterpretada, de modo que essas

demandas deixam de ser tratadas como problemas particulares e passam a ser reunidas em torno de um único antagonismo. A partir dos *tweets* do Reform UK e da AfD analisados no capítulo 5, é possível perceber essa construção sistemática de identidade negativa: o "povo britânico" e o "povo alemão" só adquirem consistência como categorias políticas quando contrapostos ao muçulmano, ao migrante ilegal ou à elite que teria permitido a sua presença (Laclau, 2005).

O que permite que questões tão diferentes se reúnam em torno da mesma oposição é o que Laclau (2005) chama de cadeia de equivalências. Trata-se de um processo no qual reivindicações com origens e conteúdos distintos perdem parte de sua especificidade para se tornarem equivalentes em sua contraposição a um mesmo obstáculo. No discurso do Reform UK, o terrorismo islâmico, as chegadas de barcos no Canal da Mancha, os protestos pró-Palestina e o fracasso do multiculturalismo deixam de aparecer como fenômenos separados que exigem respostas variadas e passam a ser reunidos como expressões de um mesmo problema. Para que um símbolo represente uma massa heterogênea de insatisfações, ele precisa ser suficientemente vazio para que grupos com experiências e interesses diferentes possam se reconhecer nele, e é essa imprecisão que está no centro do funcionamento populista (Laclau, 2005).

A dimensão propriamente de direita dessa lógica aparece na análise de Mudde (2004) ao identificar no populismo uma visão maniqueísta que divide a sociedade entre dois grupos homogêneos e antagônicos: o povo puro e a elite corrupta. Para o autor, a extrema-direita entende que a política deveria ser a expressão da vontade geral do povo, e qualquer afastamento dessa vontade é tratado como corrupção ou traição. Em diálogo com Laclau, Mudde (2004) destaca o papel moral do antagonismo populista, em que a divisão entre "nós" e "eles" passa a envolver também um julgamento sobre quem é legítimo e quem deve ser responsabilizado pelos problemas sociais. A incompetência da elite, portanto, não basta como acusação, tendo em vista que ela precisa ser também moralmente condenável por ter se voltado contra aqueles a quem deveria representar.

A figura da traição das elites é, portanto, um elemento fundacional do populismo de direita contemporâneo. Tratando-se especificamente da islamofobia, ela cumpre uma função política ao transformar a continuidade das políticas migratórias em sinal de convivência das elites, fazendo com que soluções graduais passem a ser vistas como fraqueza e a ruptura apareça como resposta legítima. Mouffe (2018) situa historicamente essa lógica ao mostrar que, nas últimas décadas, enquanto os partidos de centro convergiam em torno de um consenso tecnocrático e evitavam o confronto político, os movimentos de extrema-direita se

apresentavam como os únicos dispostos a nomear um inimigo. Com isso, o vácuo deixado pela social-democracia convertida ao neoliberalismo foi preenchido por uma lógica populista que reorganizou o descontentamento popular em termos nativistas e identitários.

No caso britânico, esse papel foi desempenhado pelo UKIP antes de ser herdado pelo Reform UK, e no caso alemão, a AfD pós-Resolução de Erfurt¹⁶ ocupa posição análoga, mobilizando eleitores que Liebel (2020) descreve como "inconformados" e "ameaçados", em outras palavras, os grupos que não se sentiam representados pelos partidos tradicionais. Essa transição entre insurgência e institucionalização merece atenção porque ajuda a entender um padrão dos *tweets* analisados no capítulo 5, em que o discurso assume uma forma institucional mas mantém um conteúdo antissistêmico.

Tournier-Sol (2023) observa que partidos como o UKIP e o Reform UK utilizaram a divisão interna de papéis como estratégia comunicativa, com a liderança pessoal de Nigel Farage absorvendo o risco em postagens mais incisivas que o perfil institucional precisava evitar. Farage pode nomear o Islã diretamente, usar a palavra "invasão" e acusar o governo de encobrimento justamente porque ocupa uma posição que é, ao mesmo tempo, dentro e fora do sistema. Como parlamentar eleito, ele fala de dentro das instituições, mas como líder de um partido que se apresenta como alternativa ao *establishment*, ele mantém a credibilidade de quem supostamente não faz parte dele. No caso alemão, a divisão entre o perfil mais institucional da AfD e o discurso de Alice Weidel, mais direto nas associações entre migração e violência, reproduz a mesma lógica descrita pela autora.

A centralidade da liderança carismática nesse arranjo conecta-se a uma faceta do populismo que análises focadas exclusivamente em conteúdo ideológico tendem a subestimar: o papel dos afetos na constituição de identidades políticas. Mouffe (2018) argumenta que a política é uma mobilização de afetos comuns, e que a incapacidade da esquerda de compreender essa dimensão explica em parte o sucesso da direita em capturar a indignação das classes populares. Laclau (2005), por sua vez, retoma Freud para argumentar que o vínculo afetivo entre o líder e seu público é a forma necessária de coesão de um grupo que se constitui em torno de um antagonismo, fazendo com que demandas políticas deixem de ser questões isoladas e passem a ser compartilhadas como parte de uma identidade coletiva.

Esse uso das emoções para fins eleitorais vai além da mobilização dos já convencidos.

¹⁶A Resolução de Erfurt foi um documento interno aprovado pela AfD em 2015 que marcou a guinada do partido em direção a um populismo de direita mais radical. Liderada por figuras como Frauke Petry e Björn Höcke, a resolução eliminou os moderados e neoliberais das posições de liderança e abriu espaço para um discurso mais explicitamente nacionalista e islamofóbico, tirando o foco do partido das críticas econômicas ao euro para temas de identidade nacional, imigração e islamofobia (Liebel, 2020).

Oztig, Gurkan e Aydin (2020) mostram que o populismo islamofóbico funciona como uma estratégia de maximização de votos que tem por alvo não apenas os eleitores que já nutrem sentimentos hostis em relação ao Islã, mas também os eleitores dos partidos rivais. Ao oferecer soluções simples e urgentes para o que descrevem como o "problema islâmico", os partidos anti-islâmicos posicionam os líderes concorrentes como indiferentes ou cúmplices, forçando-os a reagir dentro dos próprios termos definidos pelo populismo de direita. O resultado é uma polarização do debate público em torno de pautas que favorecem sistematicamente a extrema-direita, independentemente dos números reais de islamofobia nas populações pesquisadas.

Para que essa estratégia funcione em diferentes contextos nacionais, ela precisa ser adaptável. Froio e Ganesh (2019) mostram que, embora a extrema-direita europeia permaneça majoritariamente nacional em seus padrões de circulação digital, a islamofobia atua como uma cola transnacional por combinar uma leitura cultural baseada na ideia de ameaça aos valores liberais, como os direitos das mulheres e das minorias sexuais, com uma leitura securitária, que associa o Islã ao terrorismo e à criminalidade, ultrapassando fronteiras linguísticas e partidárias. O contexto digital potencializa essa dinâmica porque os *tweets* exigem condensação, urgência e oposição binária, o que favorece estruturalmente os enquadramentos populistas que já trabalham a partir da dicotomia entre povo e inimigo.

Essa adaptabilidade, contudo, não é idêntica nos dois casos. No contexto alemão, ela enfrenta uma restrição que o caso britânico não apresenta na mesma medida. A AfD pós-Resolução de Erfurt teve de desenvolver abordagens discursivas e visuais que produziriam os efeitos de uma linguagem racial sem recorrer às categorias que, no contexto alemão, acionariam de imediato a comparação com o nazismo (Liebel, 2020; Doerr, 2021). A acumulação numérica, a ambiguidade visual e a acusação de traição das elites formam um conjunto de recursos que, como será discutido no capítulo 5, cumpre um papel semelhante ao de uma linguagem explicitamente racializada. Essa diferença de vocabulário entre os casos britânico e alemão não apaga a convergência entre eles, pois em ambos o discurso opera a partir da construção de um povo ameaçado, de uma elite traidora e de um "Outro" cuja presença é apresentada como causa do declínio nacional, como descreve Laclau (2005).

4.3 A análise de discurso e a produção de sentido político

O percurso desenvolvido nas seções anteriores mostrou como o "Outro" muçulmano é produzido por sistemas de representação com raízes coloniais e como o populismo de direita

utiliza essa produção para fins de articulação política. Para avançar da discussão teórica para a análise dos discursos em si, é preciso definir com que ferramentas metodológicas se trabalhará. Nesse sentido, a análise de discurso se destaca ao tratar a linguagem como uma prática social que vai além da simples transmissão de informação (Moraes; Machado; Borges, 2021).

O ponto de partida está em recusar a ideia de que o discurso é uma escolha neutra de palavras para descrever a realidade. Moreira e Romão (2011) argumentam que ele deve ser compreendido como um efeito de sentidos produzido na relação entre sujeitos, linguagem e história, e não como simples decodificação de um texto ou transmissão de conteúdo. Isso significa que as palavras não chegam ao debate público sem história, pois carregam sentidos produzidos em outros contextos que continuam atuando mesmo quando o falante não tem consciência disso. Quando Nigel Farage e Alice Weidel nomeiam refugiados como "ilegais" ou descrevem fluxos migratórios como "invasão", não estão apenas escolhendo um sinônimo mais expressivo. Ao contrário, ambos produzem uma leitura de mundo na qual determinados grupos são construídos como portadores de perigo antes mesmo de estes realizarem qualquer ação concreta. Como expresso pelos autores, o discurso participa da constituição dessas abordagens, fazendo com que determinadas interpretações pareçam evidentes e naturais ao senso comum.

Esse aspecto constitutivo da linguagem se apoia no conceito de memória discursiva, que Moreira e Romão (2011) descrevem como a condição de todo dizer. Ela engloba os "já-ditos" que circularam em outros contextos históricos, formando a rede que sustenta a compreensão dos discursos no presente. A memória, nesse sentido, funciona como um dispositivo de naturalização, fazendo com que certas associações se apresentem como evidências e dispensem justificativas. A ligação entre o Islã e o terrorismo, por exemplo, não precisa ser disposta de forma explícita a cada publicação para produzir efeitos políticos; basta que o vocabulário ou o momento de publicação do enunciado ative essa cadeia de representações já consolidada. É exatamente essa prática que Evolvi (2018) identifica ao mostrar que a islamofobia online se fortalece pela circulação de conteúdos que conferem plausibilidade a enquadramentos hostis já existentes, tornando-os progressivamente mais difíceis de contestar.

Já a ideologia é o recurso que sustenta essa naturalização. Para Moreira e Romão (2011), ela atua como uma condição que orienta a forma como os sujeitos produzem sentidos, levando-os a acreditar que são os autores dessas ideias e que elas refletem a realidade tal como ela é, sem outras possibilidades de interpretação. Risso, Silva e Moura (2019) aprofundam essa discussão a partir do conceito de ideologia de Charaudeau, para quem ela

organiza a relação entre sentido e poder por meio de processos que se articulam: o discurso justifica sua própria posição, esconde relações de poder ao apresentá-las como interesse coletivo, cria divisões entre grupos como se fossem naturais e faz com que essas divisões passem a parecer permanentes e incontestáveis. Essas dimensões são relevantes para o exame do discurso populista de direita, que funciona especificamente ao transformar uma divisão política construída em uma divisão social aparentemente inevitável. Como mostrado na seção 4.2, a oposição entre o povo e seus inimigos que Laclau (2005) identificou como estruturante do discurso populista depende, no plano discursivo, exatamente dessa capacidade de apresentar uma fronteira simbólica construída como se fosse um dado da realidade.

A análise de discurso também presta atenção ao que o discurso apaga, e para ela, o silenciamento é um processo tão fundamental quanto a enunciação explícita. Evolvi (2018) mostra que ao representar o Islã como monolítico, violento e incompatível com os valores ocidentais, os *tweets* islamofóbicos apagam a heterogeneidade interna da religião, as histórias individuais dos muçulmanos e qualquer possibilidade de convivência pacífica, de modo que certas perguntas simplesmente não podem ser feitas dentro dessa lente de interpretação. A autora observa que essas postagens raramente estabelecem diálogo com praticantes da religião, produzindo uma relação de oposição que dispensa o reconhecimento do outro como sujeito legítimo de fala.

Esse apagamento também se manifesta por meio do que Moreira e Romão (2011) chamam de heterogeneidade do discurso. Com base em Authier-Revuz, os autores distinguem dois tipos principais: a heterogeneidade constitutiva ocorre quando outros discursos estão presentes de forma implícita, sem serem indicados diretamente no texto, enquanto a heterogeneidade mostrada aparece quando essa presença é explicitada, por exemplo, por meio de aspas, citações ou outros recursos que indicam claramente a voz de outro discurso. No discurso político digital, a primeira é especialmente importante porque permite que vocabulários de campos distintos sejam incorporados sem que essa incorporação precise ser assumida.

Evolvi (2018) identifica esse elemento ao observar que os *tweets* islamofóbicos analisados em seu estudo recorrem com frequência à linguagem dos direitos das mulheres e da segurança pública para justificar posições de exclusão, fazendo circular como preocupação cívica e moral o que é, antes de tudo, um posicionamento político. Risso, Silva e Moura (2019), a partir de Austin, argumentam que no X dizer é fazer: a fala na plataforma tem efeitos práticos e produz uma ação política ao ser proferida. Searle (2002, apud Risso; Silva; Moura, 2019) acrescenta que os atos de fala indiretos são igualmente decisivos, uma vez que o falante muitas

vezes comunica mais do que diz explicitamente, contando com o conhecimento prévio e a capacidade de interpretação do público.

A estrutura técnica do X ainda potencializa essas construções ao favorecer algoritmicamente mensagens curtas, de alta circulação e forte apelo imediato. A limitação de caracteres incentiva postagens incisivas que combinam sentidos previamente estabelecidos, enquanto a estrutura de compartilhamento da plataforma amplia a visibilidade de perspectivas já reconhecíveis pelo público (Evolvi, 2018). A camada visual do discurso digital também acrescenta um nível de análise que o texto sozinho não contempla. Doerr (2021) demonstra que, nesse ambiente, texto e imagem não agem de forma redundante, pois enquanto o primeiro organiza a mensagem em termos que aparentam racionalidade, a segunda orienta a interpretação por vias mais imediatas e afetivas.

5 ISLAMOFOBIA E POPULISMO NO TWITTER (X): REFORM UK E AfD

Este capítulo apresenta a análise comparativa dos *tweets* do Reform UK e de Nigel Farage, e da AfD e de Alice Weidel, publicados entre 2013 e 2024. O corpus foi organizado em três categorias temáticas: Islã e extremismo, migração e segurança, e valores e identidade, que permitem acompanhar como a construção do muçulmano como ameaça, a representação da migração como crise e a mobilização do pertencimento nacional se combinam na produção de narrativas de exclusão em cada contexto. As seções 5.1 e 5.2 desenvolvem as análises individuais dos casos britânico e alemão, respectivamente, e a seção 5.3 integra essas análises a dados quantitativos produzidos no software R para identificar convergências e variações entre os dois casos.

5.1 Nigel Farage e Reform UK

A análise do caso britânico concentra-se nas publicações realizadas pelo Reform UK e por seu principal líder, Nigel Farage, na plataforma X (antigo Twitter), entre 2013 e 2024. Conforme apresentado nos procedimentos metodológicos, os *tweets* foram organizados a partir de categorias analíticas derivadas da literatura sobre populismo de direita e islamofobia política. Para a análise, essas categorias foram reorganizadas em três eixos: Islã e extremismo, migração e segurança, e valores e identidade, de modo a acompanhar com maior precisão a forma como os discursos aparecem nas publicações. Na prática, as diferentes dimensões do discurso surgem frequentemente articuladas entre si, com sobreposições entre referências à segurança, à cultura e à identidade. A adoção desses três eixos permite, portanto, acompanhar como a construção do Islã como ameaça, a representação da migração como crise e a mobilização de valores culturais se combinam na produção de narrativas de pertencimento e exclusão no contexto da extrema-direita britânica.

5.1.1 Islã e extremismo

Na categoria "Islã e extremismo", os *tweets* de Nigel Farage selecionados para este corpus sugerem um padrão discursivo recorrente, no qual o Islã aparece associado à ideia de

infiltração, desordem, violência política e enfraquecimento da autoridade estatal. Essa associação não se limita a episódios terroristas específicos. O que se observa é uma forma mais ampla de construção do discurso político, na qual diferentes temas, como migração, protestos de rua, refugiados, terrorismo e falha governamental, são reunidos sob uma mesma interpretação: a de que a presença muçulmana representa um risco estrutural à ordem britânica. É nesse ponto que a análise do caso inglês se aproxima do debate pós-colonial das Relações Internacionais, pois o "muçulmano" deixa de aparecer como sujeito histórico concreto e passa a circular como uma representação da ameaça, figura por meio da qual se reorganizam medos sociais, ansiedades identitárias e reivindicações de autoridade política (Said, 1978; Hall, 1992).

Isso aparece de forma mais visível em publicações nas quais Farage afirma que "jihadistas calejados pela guerra estão caminhando por nossas ruas" e que o governo "precisa assumir o controle" (Farage, 2017e, tradução nossa). A mensagem transforma o espaço nacional em um território já atravessado pelo inimigo, e a rua, normalmente associada à vida cotidiana e à normalidade social, passa a ser construída como um espaço de circulação do perigo. O verbo *walking* (andando) reforça a banalização da ameaça, enquanto *battle-hardened* (calejados pela batalha) aproxima o muçulmano da figura de combatente estrangeiro instalado internamente, o que legitima respostas securitizantes que ultrapassam o campo da segurança pública convencional (Huysmans, 2000).

Essa concepção ganha força nos *tweets* nos quais Farage associa diretamente migração ao terrorismo. Em uma postagem de setembro de 2015, ele escreve que o Estado Islâmico usaria "essa maré humana" vinda do Mediterrâneo para inserir combatentes na Europa (Farage, 2015b, tradução nossa). A data de publicação, 11 de setembro, remete automaticamente a associações já bem estabelecidas entre Islã e terrorismo, mesmo sem precisar dizer isso de forma explícita. Brookes e Curry (2024) descrevem esse tipo de articulação entre vocabulário, imagem e temporalidade como mecanismo de conotação indireta, e Moreira e Romão (2011) nomeariam esse recurso como memória discursiva: a data não precisa ser explicada porque os sentidos que ela carrega já circularam em outros contextos históricos e continuam atuando no presente.

A expressão *tide of humanity* (maré humana), utilizada nesse contexto para descrever uma crise humanitária, é resignificada por Farage como um mecanismo de infiltração. Em sua leitura, o fluxo de pessoas deixa de ser apresentado como resultado de situações de vulnerabilidade em outros países e passa a ser construído como um meio pelo qual o "inimigo" atravessaria as fronteiras e penetraria no território nacional. Ao fazer isso, o discurso transforma a chegada de migrantes em uma forma de infiltração, retirando dos refugiados qualquer dimensão de sujeito histórico e os fixando na posição de ameaça presumida (Hall, 1992).

A mesma estrutura aparece quando Farage afirma que, se o ISIS¹⁷ disse que "inundaria a Europa com 500 mil extremistas islâmicos", Merkel e a União Europeia deveriam ter ouvido (Farage, 2017c, tradução nossa). O uso da capa do jornal *The Times* com a manchete "*Europe under threat*" (Europa sob ameaça) funciona como legitimação dessa leitura securitária da migração, ao apoiar a narrativa na autoridade de um veículo de comunicação reconhecido para reforçar a ideia de que a chegada de refugiados constitui um risco direto à segurança europeia.

Evolvi (2018) observa que a islamofobia *online* frequentemente se fortalece por meio da circulação de conteúdos que conferem plausibilidade a enquadramentos hostis. Nesse caso, a ameaça externa é associada junto à crítica populista: o perigo não apenas existe, como teria sido permitido pelas elites europeias incapazes ou coniventes. A oposição entre um "nós" ameaçado e um "eles" é construída em dois níveis: o externo, associado à figura do invasor, e o interno, ligado às elites que permitiriam sua entrada. É essa separação que estrutura o cerne do discurso islamofóbico de Farage nessa postagem (Laclau, 2005).

Outro aspecto que vale destacar é a tentativa de deslegitimar previamente qualquer crítica à islamofobia. Em maio de 2018, Farage afirmou que "as pessoas não dizem a verdade sobre o terrorismo islâmico porque têm medo de serem chamadas de racistas" (Farage, 2018c, tradução nossa). A acusação de racismo é redefinida pelo político como uma tentativa de silenciar o debate, e não como uma crítica legítima. Com isso, seu discurso consegue se apresentar como uma fala "direta" ou "corajosa", em vez de ser reconhecida como excludente e perigosa. É esse o movimento que Sayyid (2018) identifica, no qual a islamofobia, ao se apresentar como coragem política, deixa de ser reconhecida como exclusão e passa a circular como uma verdade que outros evitam expressar. A presença da Fox News como suporte visual no post reforça essa construção ao recorrer à autoridade de um veículo midiático alinhado a posições conservadoras, conferindo maior legitimidade a essa leitura do terrorismo e da imigração como ameaças reais ao Reino Unido (ver Figura 1, Anexo).

Após o ataque na London Bridge¹⁸, Farage afirmou que usar apenas palavras como "solidariedade" era insuficiente e que era preciso parar o "Islã radical" (Farage, 2017a, tradução nossa). O conceito de solidariedade, tradicionalmente associado à coesão social e à resposta

¹⁷O Estado Islâmico (ISIS/ISIL ou Daesh) é uma organização jihadista de orientação salafista que emergiu a partir de ramificações da Al-Qaeda no Iraque, consolidando-se no contexto das guerras no Iraque e na Síria e proclamando um "califado" em 2014, marcado pelo controle territorial e pelo uso de violência e terrorismo (Gerges, 2016).

¹⁸Ataque terrorista ocorrido em 3 de junho de 2017, em que três indivíduos atropelaram pedestres na London Bridge e realizaram esfaqueamentos no Borough Market, resultando em oito mortos e dezenas de feridos (The Guardian, 2017).

coletiva diante da violência, é ressignificado em seu *tweet* como sinônimo de fraqueza, enquanto a ação coercitiva aparece como a única resposta legítima possível. Esse tipo de argumento dialoga com a leitura de Mudde (2004), segundo a qual o populismo de direita se constrói a partir da ideia de que há uma crise evidente ignorada pelas elites, nesse caso, a migração associada ao Islã.

Outro aspecto dessa construção de uma ameaça negligenciada pelo poder público aparece na associação entre presença muçulmana e fragmentação interna. Em maio de 2024, Farage escreveu que havia previsto "políticas sectárias no Reino Unido", o que, em sua interpretação, já estaria em curso (Farage, 2024f, tradução nossa). O vídeo anexado ao *tweet* mostra um grupo de homens muçulmanos, identificáveis por elementos visuais como vestimentas tradicionais, barbas, o uso do *keffiyeh*¹⁹ e a entoação de *Allahu Akbar* (Deus é maior). Esses marcadores culturais são importantes na estruturação do argumento islamofóbico de Farage, pois permitem que o grupo seja imediatamente reconhecido como cultural e religiosamente distinto, sendo apresentado como um corpo coletivo homogêneo e potencialmente ameaçador.

A forma como essas imagens são apresentadas conduz a cena para além de um episódio pontual e a insere em uma narrativa maior de divisão interna. Doerr (2021) identifica nesse tipo de estratégia o uso de ambivalência visual para sugerir ameaça sem explicitá-la. O resultado é a criação de uma narrativa em que a diferença político-religiosa passa a ser interpretada como um sinal de ruptura da coesão nacional (Bhabha, 1994). Assim como no vídeo do *tweet* analisado anteriormente, em que o uso do adereço palestino e os gritos de "Palestina livre" aparecem associados a uma cena entendida como sinal de fragmentação interna, a ameaça também é expandida para o tema dos refugiados e das manifestações pró-Palestina em decorrência dos ataques do Hamas a Israel em 7 de outubro de 2023. Nesse mesmo mês, Farage afirmou em uma postagem no X que países árabes não aceitariam refugiados de Gaza porque "não querem importar terrorismo" (Farage, 2023, tradução nossa).

Sob essa perspectiva, o deslocamento populacional passa novamente a ser tratado como um risco em si mesmo, sem considerar as condições de guerra e violência que levam essas pessoas a se deslocarem. Os marcadores visuais e sonoros associados à identidade política palestina, somados à associação entre migração e terrorismo, agem conjuntamente para aproximar diferentes figuras, como refugiados, muçulmanos e anti-sionistas, dentro de um

¹⁹O *keffiyeh* (ou *kufiyyah*) é um lenço tradicional do Oriente Médio, usado na cabeça ou pescoço, que evoluiu de um acessório funcional de proteção contra o sol e areia para um forte símbolo de identidade cultural e resistência política, particularmente associado à causa palestina.

mesmo campo de suspeição. Brubaker (2017) aponta esse tipo de aproximação como algo fundamental para o discurso civilizacionista contemporâneo, e é justamente ela que permite compreender por que o perfil institucional do Reform UK pode operar com uma linguagem mais mediada e ainda assim produzir efeitos discursivos semelhantes aos de Farage. Enquanto o líder recorre com frequência a termos explícitos como *Islam*, *Islamic terrorism*, *radical Islam* e *extremists* (Islã, terrorismo islâmico, Isla radical e extremistas), o partido tende a elaborar as mesmas associações por vias mais indiretas, recorrendo a expressões como "*extreme Islamists*" (islamistas extremos) ou "pro-Hamas mob" (turba pró-Hamas). Essa distribuição interna entre liderança e partido será retomada adiante, quando os dados de engajamento permitirem avaliá-la com maior precisão.

Dito isso, observa-se que no perfil oficial do Reform UK esse padrão aparece de maneira mais institucionalizada. Em março de 2024, o partido associou protestos a favor da liberação palestina a "islamistas extremos" e "antisemitas", defendendo explicitamente sua proibição (Reform UK, 2024b, tradução nossa). Em outro momento, afirmou que esses grupos estariam gerando medo e perda de controle nas ruas (Reform UK, 2024b, tradução nossa). Ao aproximar Islã, protesto, insegurança e colapso institucional, o discurso partidário passou a tratar fenômenos distintos como se fossem parte de um mesmo problema. É nesse sentido que se forma uma cadeia de equivalências (Laclau, 2005), na qual fenômenos distintos são reunidos sob uma mesma ideia de ameaça e passam a ser percebidos como expressões de um único problema.

5.1.2 Migração e segurança nacional

Os *tweets* de Farage e do Reform UK na categoria "migração e segurança" constroem a migração como um problema de escala, controle e ameaça estrutural. Diferentemente da categoria anterior, na qual o Islã aparecia como um marcador explícito de alteridade, aqui a ênfase recai sobre a ideia de crise contínua, associada ao volume de entradas e à incapacidade do Estado de administrar esse fluxo. Essas duas dimensões permanecem unidas, já que a migração funciona como principal meio pelo qual a ameaça é imaginada entrando no território nacional, mas o discurso passa a funcionar sem depender da nomeação direta do Islã. Observa-se, assim, uma transição de uma diferença explicitamente nomeada para uma ameaça estrutural, na qual o migrante se torna uma categoria abstrata capaz de condensar múltiplas ansiedades sociais (Bigo, 2002).

Essa construção se sustenta ao longo do tempo por meio de uma combinação frequente entre quantificação e moralização da gestão pública. Desde os primeiros *tweets* analisados, os

dados numéricos funcionam como prova de falhas políticas: o governo sabia, prometeu e não cumpriu. Em agosto de 2015, Farage afirmou que os números recordes de migração refletiam uma "Grã-Bretanha sem fronteiras" e a "total impotência do governo britânico" (Farage, 2015a, tradução nossa). Meses depois, associou o crescimento da migração líquida ao fracasso das promessas governamentais e à necessidade de recuperar o controle das fronteiras (Farage, 2015c, tradução nossa). Seguindo esse raciocínio, a migração deixou de ser um fenômeno a ser explicado e passou a ser um indício de incompetência institucional.

Essa lógica se manteve ao longo de todo o período analisado. Expressões como "*14 million new arrivals in 12 years*" (14 milhões de novas chegadas em 12 anos) ou "*8,811 illegal immigrants*" (8.811 imigrantes ilegais) organizam a percepção da migração como uma acumulação contínua, progressiva e difícil de conter (Reform UK, 2024c, 2024e). Huysmans (2000) mostra como esse tipo de disposição do discurso move o tema para o campo da segurança, no qual a urgência tende a se sobrepor à complexidade e respostas mais duras passam a parecer justificáveis (Buzan et al., 1997).

A combinação entre números grandes e imagens intensifica ainda mais essa percepção de ameaça. Em junho de 2024, o perfil institucional do Reform UK publicou que o futuro do país estaria em risco diante do volume acumulado de entradas e defendeu o "congelamento da imigração", acompanhado de uma imagem na qual a frase *Immigration isn't working* (a imigração não está funcionando) aparece sobreposta a uma longa fila de migrantes em direção a uma casa tradicional britânica de tijolos vermelhos (Reform UK, 2024c, tradução nossa). A casa, nesse contexto, funciona como uma imagem do cotidiano que também remete à própria ideia de nação, justamente por parecer algo familiar e, por isso, passível de ser ameaçado. Já a fila sugere a ideia de uma aproximação constante, como se o movimento estivesse sempre avançando e se convertendo em uma ocupação iminente (ver Figura 2, Anexo).

Esse tipo de figura retira a questão migratória do plano administrativo e a insere no plano afetivo. A proteção da casa e, por extensão, da nação, passa a justificar o fechamento das fronteiras, enquanto os migrantes aparecem como uma massa sem rosto, representados por filas ou barcos superlotados, o que apaga sua individualidade e os converte em fluxo abstrato. Nos *tweets* analisados, o migrante surge como uma presença já inserida no horizonte do espaço nacional, condição que transforma essa proximidade em elemento decisivo para a percepção de perigo.

Ainda assim, a representação não é fixa. Em alguns momentos, o discurso deixa de tratar os migrantes apenas como um bloco homogêneo e passa a destacar certos perfis específicos, acrescentando novas camadas de sentido. No *tweet* de junho de 2024 em que

Farage afirmou que "mais de 600 homens jovens" haviam chegado a Dover naquele dia (Farage, 2024c, tradução nossa), a especificação de gênero e faixa etária recorta o grupo migrante de maneira seletiva, deslocando o foco de um fenômeno coletivo para um tipo particular de corpo.

A masculinidade jovem, nesse contexto, funciona como marcador de força física e possível agressividade, o que faz com que esses indivíduos sejam percebidos como portadores de risco antes mesmo de realizarem qualquer ação real. Farris (2017) identifica esse tipo de movimento como racialização do perigo: determinados corpos passam a ser lidos como ameaçadores por aquilo que representam, e não por algo que tenham feito. A percepção de crise se aprofunda quando essa construção é associada a termos de excepcionalidade. Em junho de 2024, o Reform UK classificou as travessias no Canal da Mancha como uma emergência nacional (Reform UK, 2024h), enquanto Farage declarou em seu perfil que números recorde confirmavam tratar-se de uma "emergência de segurança nacional" (Farage, 2024d). Como indicam Buzan et al. (1997), esse tipo de posicionamento transporta a situação para um cenário em que medidas extraordinárias passam a ser justificadas.

Esse movimento chega ao limite quando a migração é descrita como "invasão". Em maio de 2024, Farage escreveu que esse seria o termo mais adequado para descrever as chegadas e que milhões de pessoas concordavam com ele (Farage, 2024b). A escolha da palavra invasão insere o fenômeno em uma perspectiva de conflito territorial, transformando o migrante em inimigo e o território nacional em espaço sob ameaça. Como argumenta Hall (1992), a construção do "Outro" passa por esse tipo de atribuição que legitima a exclusão. Ao mesmo tempo, ao afirmar que "milhões concordam", Farage não só fala em nome do povo como ajuda a construir a ideia de um povo que se reconhece na sua leitura (Laclau, 2005).

Nos *tweets* analisados, o fluxo migratório passa a cumprir uma dupla função no discurso. Ele aparece como ameaça externa e, ao mesmo tempo, como evidência de falha interna das instituições. Em *tweets* que afirmam que "*Labour have failed*" (os trabalhistas falharam) ou que o governo não vai parar os barcos, a migração é constantemente associada à incapacidade das elites políticas de governar (Reform UK, 2024i). Essa crítica, em alguns momentos, se expande para além do nível nacional. Em dezembro de 2018, Farage defendeu que o Pacto Global para a Migração da ONU criminalizaria críticas à migração em massa e que estaria sendo adotado sem consulta à população (Farage, 2018d, tradução nossa). O vídeo da Fox News anexado ao *tweet* mostra Farage afirmando que o objetivo da ONU seria "transformar a migração em um direito humano", argumento que checagens independentes posteriormente classificaram como impreciso, já que o texto do pacto trata da não discriminação contra migrantes e não da migração como direito humano em si (Full Fact, 2018).

A manchete *Free speech under attack in Europe* (liberdade de expressão sob ataque na Europa), exibida na tela durante a fala, reforça visualmente essa leitura, associando qualquer posição crítica à migração a uma forma de censura iminente. Ao associar o pacto à restrição da liberdade de expressão, o *tweet* transforma um instrumento multilateral em evidência de uma ação coordenada das elites contra o povo, inserindo o caso britânico em uma circulação transnacional de ameaça e retirando o conflito do âmbito doméstico (Froio e Ganesh, 2019). A defesa de medidas como o "congelamento da imigração" ou a saída da Convenção Europeia de Direitos Humanos aparece, nessa perspectiva, como resposta à ideia de perda de controle estatal, em que a soberania é apresentada como condição para proteger a comunidade nacional, e as fronteiras passam a representar também fronteiras civilizacionais (Reform UK, 2024e; Hall, 1992).

Esse argumento assume uma forma nova em novembro de 2024, quando Farage, já como parlamentar eleito, publicou uma carta formal enviada ao primeiro-ministro Keir Starmer, questionando “o que o governo estaria escondendo sobre a imigração” (Farage, 2024e, tradução nossa). O gesto chama atenção não só pelo conteúdo, mas também pela forma. A carta introduz um registro institucional que sugere seriedade e responsabilidade política, enquanto o conteúdo mantém o tom de suspeita e denúncia que marca seus *tweets* anteriores. O resultado é um discurso que atua em dois níveis, institucional na forma e antissistêmico no conteúdo, e é isso o que Risso, Silva e Moura (2019) descrevem a partir de Searle: o falante comunica mais do que enuncia explicitamente, contando com a capacidade interpretativa de um público que já reconhece o código. Como aponta Tournier-Sol (2023), esse tipo de construção indica a passagem de um ator insurgente para uma oposição institucionalizada, mas que ainda assim não abandona a linguagem de quem ainda se coloca contra o sistema.

5.1.3 Valores e identidade nacional

Para fechar a análise do caso britânico, pode-se dizer que os *tweets* de Nigel Farage e do Reform UK, na categoria "valores e identidade nacional", indicam uma mudança no eixo da ameaça para um plano moral e civilizacional, no qual a diversidade passa a ser apresentada como causa direta da degradação do que o discurso chama de "nosso país". Diferentemente da categoria anterior, em que a migração aparecia como uma crise de escala e descontrole, aqui o argumento principal é outro: o perigo já estaria dentro do país e teria origem sobretudo em decisões políticas. A elite teria tomado decisões que comprometeram a coesão nacional, e o multiculturalismo seria uma infeliz consequência desse processo.

Há, nesse deslocamento, algo que Gramsci (2024) ajuda a elucidar. O que está em jogo envolve a disputa pelo senso comum, isto é, pelo terreno em que determinadas ideias passam a parecer evidentes antes mesmo de serem justificadas ou debatidas. Quando Farage afirma que a elite "traiu" o país, sua fala ultrapassa a crítica a um governo específico e procura reorientar a direção moral e cultural da sociedade. Em termos gramscianos, trata-se de uma disputa pela hegemonia, na qual se difunde a percepção de que o verdadeiro "povo" britânico foi abandonado por aqueles que deveriam representá-lo. É nesse sentido que as categorias anteriores reaparecem nesta, pois o Islã e a migração, antes construídos como ameaças que penetravam o território, surgem aqui como consequências de uma traição cometida pelos próprios governantes.

A partir disso, percebe-se uma transferência de responsabilidade que atravessa os *tweets* de Farage ao longo de anos distintos. Em outubro de 2017, ele escreveu que "a classe política deveria se desculpar por sua política fracassada de multiculturalismo" e que "eles nos colocaram em perigo" (Farage, 2017d, tradução nossa). Já em setembro de 2022, após conflitos em Leicester²⁰, essa leitura ganhou maior alcance após sua afirmação de que "praticamente cada parlamentar em Westminster²¹ era responsável pela violência étnica e religiosa" vista na cidade, e que "nossos políticos fizeram isso ao nosso grande país" (Farage, 2022a, tradução nossa). Nos dois casos, o discurso atribui o problema a decisões tomadas por quem governa, e não à complexidade dos fenômenos de pluralismo urbano. A responsabilidade recai sobre os representantes eleitos, e o "povo" aparece como vítima direta de suas escolhas. Essa dinâmica ajuda a explicar o êxito do populismo de direita, pois articula a crise social à figura de uma elite que teria traído os interesses daqueles a quem representa (Mudde, 2004; Laclau, 2005).

Esse processo tem uma consequência importante: ao atribuir a causa do perigo ao multiculturalismo enquanto política, o discurso cria uma forma de interpretação que dispensa a nomeação constante de grupos específicos, uma vez que a diversidade em si torna-se o problema. Isso permite que o argumento circule de forma mais ampla, atingindo públicos que talvez resistissem a formulações mais explicitamente hostis contra determinadas populações. Em fevereiro de 2018, Farage levou essa lógica adiante ao declarar que "nossos oponentes

²⁰Os episódios de violência ocorridos em Leicester, em setembro de 2022, envolveram tensões entre comunidades hindus e muçulmanas, resultando em confrontos, vandalismo e mobilização policial (Independent review into civil unrest in Leicester 2022, 2022).

²¹Westminster refere-se metonimicamente ao Parlamento do Reino Unido e, por extensão, ao *establishment* político britânico sediado em Londres. O termo é frequentemente utilizado no debate público para designar não apenas a Câmara dos Comuns e a Câmara dos Lordes, mas também o sistema partidário tradicional e as elites governantes associadas à política nacional (Tournier-Sol, 2023).

políticos não acreditam no Estado-nação", que "não acreditam no patriotismo ou na identidade nacional" e que "querem que vivamos em um mundo de fronteiras abertas" (Farage, 2018a, tradução nossa). Aqui, o contraste deixa de aparecer apenas entre certos grupos culturais e passa a envolver diferentes formas de entender a própria nação. Os adversários políticos são colocados como inimigos da própria ideia de comunidade nacional, o que os retira da posição de representantes legítimos e os joga para fora do "povo". Como argumenta Laclau (2005), essa leitura reúne demandas diferentes em um mesmo conjunto articulado em torno de um inimigo comum. A fronteira entre "nós" e "eles" passa a ser reforçada quando é justificada por dados. Em abril de 2024, Farage comentou uma pesquisa sobre atitudes de muçulmanos britânicos após os ataques do Hamas a Israel e afirmou que os resultados seriam "a prova mais conclusiva" de que os dois grandes partidos do Reino Unido "permitiram a entrada no país de um número enorme de pessoas que vivem separadas do restante de nós" e que "nesse contexto, a diversidade é um desastre" (Farage, 2024a, tradução nossa). Percebe-se, com isso, uma mudança importante em relação aos *tweets* anteriores: a posição de Farage agora passa a se apoiar em dados, ou pelo menos a parecer que tem esse respaldo, similarmente ao que é feito sobre a questão migratória.

Os números deixam de ser utilizados exclusivamente como evidência de falha governamental, como ocorria na categoria anterior, e passam a funcionar como prova de incompatibilidade cultural. O uso do termo "separadas" não diz respeito à distância física, mas sim a uma ideia de ruptura entre modos de vida, como se estivessem em lados diferentes de um mesmo espaço social. Brubaker (2017) trata esse tipo de raciocínio como característico do discurso civilizacionista contemporâneo, no qual diferenças religiosas ou culturais são transformadas em divisões ontológicas irreconciliáveis. A partir disso, abre-se espaço para justificar políticas mais rígidas de controle, exclusão e vigilância. Nesse processo, os "valores britânicos" funcionam como um significante vazio no sentido de Laclau (2005), um termo capaz de ser preenchido conforme a demanda política, mas que atua sempre em oposição a uma alteridade construída como incompatível.

No perfil institucional do Reform UK, esse mesmo argumento se repete com uma ênfase diferente. Em vez de centrar o raciocínio na figura da elite traidora, o partido tende a trazer a herança cultural como critério de pertencimento. Em novembro de 2023, em resposta às marchas pró-Palestina previstas para o fim de semana do Armistício, o partido publicou que o Dia do Armistício e o fim de semana da Rememoração²² eram "parte profunda e duradoura

²²O Dia do Armistício, celebrado em 11 de novembro, marca o fim da Primeira Guerra Mundial em 1918 e tornou-se um momento de homenagem aos militares mortos em conflitos. No Reino Unido, a data está associada a cerimônias de lembrança, como o tradicional minuto de silêncio e o uso da papoula vermelha

de nossa herança e cultura nacional britânica" e que deviam ser "respeitados", pedindo a proibição das marchas e afirmando que estrangeiros que as desafiassem teriam seus vistos permanentemente revogados por não respeitarem "nossos costumes, valores e modo de vida britânicos" (Reform UK, 2023, tradução nossa). A ideia de herança nacional aparece, ao mesmo tempo, como forma de afirmar quem pertence e de excluir quem fica de fora. Como observa Hall (1992), a identidade nacional se define menos pelo que inclui e mais por aquilo que escolhe excluir.

Também é possível identificar esse aspecto nos *tweets* que relacionam os "valores britânicos" à contenção da migração. Em setembro de 2024, o perfil do partido divulgou uma declaração de seu presidente, Zia Yusuf, de origem muçulmana e do Sri Lanka, no jornal The Telegraph, segundo a qual "os britânicos veem seus pedidos para conter a migração ignorados, o país e a cultura que amam sendo roubados debaixo deles" (Reform UK, 2024f, tradução nossa). O vocabulário é o mesmo da categoria anterior, em que a migração aparecia como invasão, mas agora o foco recai sobre a perda cultural decorrente dela. A metáfora do roubo sugere uma transformação gradual e irreversível, como se o que estivesse acontecendo fosse uma perda contínua, algo sendo tirado pouco a pouco, mais como uma expropriação do que uma mudança cultural (ver Figura 3, Anexo).

Em julho do mesmo ano, o partido havia divulgado outra fala de Yusuf, em que ele afirmava que o movimento do Reform UK estava sendo "construído com coragem e movido pelo amor... por nossos valores britânicos... e por nosso país" (Reform UK, 2024d, tradução nossa). A presença de uma figura de origem sul-asiática como porta-voz desse discurso não diminui seus efeitos. Ao contrário, ela cumpre uma função específica, que é conferir ao argumento segregacionista uma cara de diversidade que permite ao partido reivindicar a identidade britânica sem que isso pareça, na superfície, racialmente motivado. Farris (2017) identifica esse tipo de estratégia como femonacionalismo, mas nesse caso em um sentido amplo: a incorporação seletiva de figuras minoritárias para legitimar um projeto de exclusão estruturado pela lógica de proteção da nação contra o "Outro".

5.2 Alice Widel e a AfD

A análise do caso alemão toma como base as publicações de Alice Weidel e da AfD

(*poppy*), símbolo dos sacrifícios de guerra e da memória coletiva nacional. O fim de semana da Rememoração (*Remembrance Weekend*) refere-se ao domingo mais próximo do dia 11 de novembro, quando ocorrem as principais cerimônias públicas de homenagem em todo o país, incluindo o desfile no Cenotáfio em Londres (Eyewitness to History, 2004).

no X (Twitter) entre 2013 e 2024. O conjunto de *tweets* analisados também foi estruturado a partir das mesmas categorias utilizadas para investigar o Reform UK e Nigel Farage: Islã e extremismo, migração e segurança, e valores e identidade. Assim como observado no 5.1, essa organização não pressupõe uma divisão clara entre os temas, e ao longo das publicações, argumentos sobre segurança se ligam a referências culturais, enquanto a construção do Islã como ameaça frequentemente se apoia em uma narrativa mais ampla de perda de pertencimento. Elas funcionam, portanto, como pontos de análise que permitem identificar regularidades no modo como os temas são apresentados, sem ignorar as sobreposições que caracterizam o material. O caso alemão parte da mesma estrutura de produção da ameaça identificada no corpus britânico, mas os caminhos pelos quais essa estrutura se materializa nos *tweets* são distintos em cada contexto nacional, e é nessa diferença que a análise a seguir se concentra.

5.2.1 Islã e extremismo

Nos *tweets* da AfD selecionados para este corpus, a construção do Islã como ameaça parte de uma premissa semelhante à identificada no caso britânico, mas organiza seus recursos de forma diferente. Se no 5.1.1 o que se observava era a associação entre presença muçulmana, infiltração e descontrole estatal, aqui essa associação também é construída a partir de categorias que remetem diretamente à ordem jurídica e à identidade constitucional do país. O Islã deixa de aparecer exclusivamente como perigo externo que invade o território e passa a ser posicionado como um elemento incompatível com a ordem interna da Alemanha, capaz de reunir terrorismo, radicalização e ruptura institucional em um mesmo campo de significados. Essa mudança indica que a ameaça, neste caso, não precisa de eventos específicos para se sustentar, pois já aparece como estrutural e presente na própria forma como o Islã é definido no discurso.

No material analisado, a conexão entre Islã e perigo é construída frequentemente a partir de termos como "islamismo", "*sharia*"²³ e "Estado religioso", que já carregam uma conotação negativa pré-estabelecida e cujo uso reiterado dispensa justificativas adicionais a cada nova aparição. Um padrão comum nessas publicações consiste em apagar a distinção entre religião, prática individual e radicalização, permitindo que violência, coerção e terrorismo

²³A *sharia* refere-se ao conjunto de princípios normativos do Islã derivados do Alcorão, da *sunna* (tradições do profeta Maomé) e de interpretações jurídicas desenvolvidas ao longo do tempo. Longe de constituir um sistema legal único e uniforme, a *sharia* apresenta múltiplas escolas e variações históricas, sendo aplicada de maneiras distintas conforme o contexto político, social e cultural (Hallaq, 2009).

apareçam como consequências quase naturais do Islã. A utilização frequente de categorias como "islamistas" funciona como uma forma de generalização, na qual uma figura específica, o extremista, passa a representar todo o conjunto de muçulmanos.

Ao mesmo tempo, o discurso utiliza dados de opinião como se fossem dados de comportamento. Quando Weidel apresenta resultados de pesquisa afirmando que "frações significativas da população muçulmana alemã apoiariam a *sharia* ou estariam dispostas a lutar em nome do Islã", esses dados não são tratados como fenômenos a serem compreendidos em seu contexto, considerando as condições da pesquisa, o perfil dos entrevistados ou o que as perguntas efetivamente captavam (Weidel, 2018a, tradução nossa). A opinião individual é convertida diretamente em intenção coletiva, e a intenção coletiva é convertida em ameaça à ordem. Esse processo de associação é o que permite ao discurso evitar afirmações explicitamente discriminatórias enquanto produz o mesmo efeito político: a naturalização da suspeita sobre toda a população muçulmana alemã.

Esse tipo de elaboração faz com que qualquer referência ao Islã já carregue, implicitamente, a ideia de risco, e Said (1978) mostra que essa recorrência de representações, ao longo do tempo, define os limites do que pode ser pensado sobre determinado grupo. No material analisado, essa repetição se dá tanto no plano textual quanto no visual, consolidando uma equivalência entre Islã e violência que não precisa mais ser justificada a cada nova postagem. O caso do aluno turco-alemão que se sentiu "chamado" a matar colegas, apresentado ao lado de estatísticas sobre coerção religiosa em escolas, ilustra bem esse instrumento: um episódio isolado de um aluno com perturbação mental, cuja motivação religiosa foi descartada na investigação, é interpretado por Alice Weidel como expressão de uma tendência, e essa tendência é apresentada como prova de que a integração é uma ilusão (Weidel, 2024b, tradução nossa). É justamente essa lógica que Said (1978) identifica como constitutiva do discurso orientalista, no qual o caso particular é sempre tomado como expressão da essência do grupo, e a essência do grupo é sempre lida como perigosa.

Ao vincular o Islã a práticas como coerção religiosa, imposição de normas do Alcorão e ameaça à segurança pública, o discurso da AfD cria um vínculo em que fenômenos distintos passam a ser interpretados como expressões de um mesmo problema. É esse tipo de funcionamento que Laclau (2005) descreve como fundamental para a formação de identidades políticas, na medida em que elementos heterogêneos são reunidos sob uma mesma ideia agregadora, produzindo a aparência de unidade. A *sharia*, nesse contexto, não aparece como um sistema jurídico específico da tradição islâmica, com origens históricas, interpretações

variadas e aplicações distintas conforme o contexto. Ela funciona como símbolo de tudo aquilo que é apresentado como incompatível com a ordem e a sociedade alemã.

Essa ideia se intensifica quando o Islã passa a ser apresentado como incompatível com a ordem constitucional do país. Ao afirmar que o Islã "não é compatível com a Lei Fundamental" (*Grundgesetz*)²⁴ e que, portanto, não poderia haver uma taxa islâmica²⁵, Weidel utiliza a linguagem do Estado de direito para produzir um efeito de exclusão que, formulado de outro modo, soaria explicitamente discriminatório (Weidel, 2018c, tradução nossa). A diferença religiosa deixa de ser tratada como questão de integração e passa a ser considerada como um limite para o pertencimento na sociedade alemã, redefinindo quem pode ou não ser reconhecido como parte legítima da comunidade política.

Essa interpretação se aproxima do que Brubaker (2017) descreve como civilizacionismo: o processo pelo qual a diferença religiosa deixa de ser tratada como questão de integração ou convivência e passa a ser compreendida como uma oposição estrutural entre formas de vida incompatíveis. O Islã passa a ser apresentado como um modelo cultural que não compartilha dos mesmos princípios que estruturam a ordem ocidental, sendo assim estruturalmente incompatível por definição. Essa incompatibilidade não depende da ação individual dos sujeitos, pois é atribuída à própria religião, o que permite que a suspeita seja generalizada sem que precise ser endereçada a ninguém em particular. A expressão de que “a Bélgica era apenas o começo”, lançada por Weidel ao comentar demandas de um partido islâmico belga por segregação de gênero no transporte público, evidencia essa dinâmica, na qual um evento externo e específico é incorporado como prova de um avanço em curso que, se não contido, chegará à Alemanha (Weidel, 2018b, tradução nossa). O discurso produz, assim, um senso de urgência que torna a falta de ação politicamente inaceitável (ver Figura 4, Anexo).

A imagem utilizada reforça a mensagem de um modo que o texto sozinho não conseguiria. Doerr (2021) demonstra que a AfD desenvolveu, com o apoio de agências de comunicação profissionais, uma linguagem imagética na qual a liderança feminina branca ocupa o papel de encarnar os valores que o partido diz defender e sugere, pela sua presença,

²⁴A Lei Fundamental Alemã (*Grundgesetz*) é a constituição da República Federal da Alemanha, promulgada em 1949 no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial. Ela estabelece os princípios básicos do Estado democrático de direito alemão, incluindo a proteção dos direitos fundamentais e a ordem constitucional liberal. No debate político contemporâneo, a referência ao *Grundgesetz* é normalmente feita com o objetivo de fazer referência a valores nacionais e democráticos, sendo mobilizada para definir os limites do que é considerado compatível com a ordem política e cultural do país (Doerr, 2021).

²⁵O *Kirchensteuer* (imposto eclesiástico) é um mecanismo pelo qual o Estado alemão arrecada uma taxa adicional sobre o imposto de renda dos cidadãos registrados como membros de uma igreja reconhecida e repassa os valores diretamente à instituição religiosa. O debate em torno de uma eventual *Islamsteuer* (taxa islâmica) dizia respeito à possibilidade de estender esse mecanismo às comunidades muçulmanas, o que implicaria o reconhecimento institucional do Islã pelo Estado alemão (Korioth e Augsberg, 2017).

que esses valores estão sob ameaça. Nos *tweets* analisados, a imagem de Weidel ao lado de slogans como "*Winterschlaf für Integrations-Träumer beendet!*" (Acabou a hibernação dos sonhadores da integração) funciona como um recurso que sustenta o discurso sobre o perigo islâmico ao associá-lo a uma figura que parece pessoalmente comprometida com a resistência a esse perigo (Weidel, 2018a, tradução nossa). O texto mantém uma aparência de racionalidade e preocupação cívica, enquanto a imagem sugere a interpretação desejada pelo partido ao associar o problema a corpos e práticas racializadas. Doerr (2021) trata esse padrão como um "racismo codificado", cuja exclusão é produzida pela combinação entre elementos que, individualmente, poderiam ser contestados, mas que juntos geram um efeito político aparente, preservando sempre a possibilidade de negação plausível.

É nesse contexto que a trajetória pessoal de Weidel deixa de ser apenas um detalhe e passa a ter um papel importante na análise. Lésbica assumida, ela utiliza sua identidade regularmente para construir a incompatibilidade entre o Islã e os valores que o seu partido diz defender. Ao comentar uma notícia sobre execuções de homossexuais no Irã com a afirmação de que "é disso que se trata a *sharia*, à qual na Alemanha é concedida igualdade de status pelo princípio da liberdade religiosa", Weidel não só critica o governo iraniano (Weidel, 2019a, tradução nossa). Ela também constrói um argumento segundo o qual o Islã seria, estruturalmente, e em qualquer contexto, uma doutrina que, se tolerada, ameaça quem ela representa simbolicamente. Puar (2007) descreve esse fenômeno a partir do conceito de homonacionalismo: a mobilização de pautas LGBTQIAPN+ para fins de exclusão racializada e religiosa, na qual a homossexualidade deixa de ser uma luta por direitos para a comunidade e passa a representar um critério de civilização, distinguindo o "nós" tolerante do "eles" bárbaro.

O mesmo mecanismo aparece no *tweet* sobre a proibição do véu (*hijab*) na Universidade de Kiel, em que o feminismo é explorado como propriedade do Ocidente que o Islã ameaça, e cuja defesa justifica a restrição de liberdades das próprias mulheres que se diz proteger (Weidel, 2019b, tradução nossa). Farris (2017) identifica esse padrão como característico do femonacionalismo, entendido como a instrumentalização do discurso de emancipação feminina para estigmatizar populações muçulmanas. A emancipação deixa de ser associada, nesse contexto, à ampliação de direitos, e passa a funcionar como justificativa para a exclusão.

5.2.2 Migração e segurança

Na Alemanha, o discurso sobre migração enfrenta uma restrição que não encontra

semelhança no caso britânico: a memória do nacional-socialismo impõe regras claras²⁶ sobre o que pode e o que não pode ser dito publicamente a respeito de grupos étnicos e religiosos, tornando inviável o uso aberto de linguagens facilmente reconhecidas como racistas ou associadas ao nazismo (Liebel, 2020; Doerr, 2021). Essa limitação, contudo, não leva necessariamente a extrema-direita alemã a adotar um discurso mais moderado. Ao contrário, ela transforma a forma como a ameaça é construída. Em vez de nomeações diretas, observa-se o surgimento de uma forma indireta de expressão, na qual a ideia de perigo é produzida por outros meios. A construção do migrante como ameaça continua presente, mas passa a operar por caminhos menos explícitos. O resultado é um discurso que contorna as restrições formais sem abrir mão de seus efeitos, tornando-se em diversos momentos mais incisivo no plano visual justamente porque a imagem escapa, em maior medida, aos limites jurídicos que regulam o texto.

O uso dos números é o caminho mais frequente. Ao longo de todo o período analisado, a AfD organizou sua comunicação em torno de dados que se acumulam ano após ano como prova de um colapso em curso: “o nono ano consecutivo com mais de 100.000 pedidos de asilo”, “os 112.000 imigrantes ilegais apenas nos primeiros meses de 2023”, “os 300.000 pedidos no ano seguinte” e “os 216 bilhões de euros gastos com política de asilo desde 2016” (AfD, 2021b; AfD, 2023b; AfD, 2023c; AfD, 2024f; tradução nossa). Nenhum desses números é apresentado como dado a ser interpretado. Cada um aparece como evidência de um processo que só pode ser lido de uma forma: o Estado perdeu o controle, o povo está sendo sobrecarregado, e quem governa ou não vê ou não se importa.

O slogan “cada ano uma cidade inteira vem até nós” expressa de maneira perceptível essa estratégia de comunicação, pois converte as estatísticas em um cenário de invasão territorial gradual, dispensando qualquer argumento adicional (AfD, 2021a, tradução nossa). Como mostra Huysmans (2000), é esse tipo de enquadramento que desloca o fenômeno migratório do campo da política para o campo da segurança, tornando respostas extraordinárias não apenas justificáveis, mas a única solução racional diante da escala do problema.

O que os recursos numéricos não conseguem fazer sozinhos, porém, é racializar o migrante sem acionar as categorias proibidas. É aí que entra a via imagética, que cumpre no caso alemão uma função discursiva que o caso britânico não precisava exercer com a mesma

²⁶Entre as restrições mais relevantes estão o parágrafo 130 do Código Penal alemão (*Volksverhetzung*), que criminaliza a incitação ao ódio contra grupos populacionais, e a vigilância exercida pelo *Verfassungsschutz* (Serviço de Proteção da Constituição), que pode classificar partidos ou suas correntes internas como ameaças à ordem democrática. A AfD já teve setores classificados como “comprovadamente extremistas” pelo órgão, o que impõe restrições adicionais à linguagem pública de seus membros (Liebel, 2020; Doerr, 2021).

intensidade. Em julho de 2024, a AfD publicou um *tweet* sobre os 216 bilhões de euros gastos com asilo desde 2016, acompanhado de uma imagem de uma mulher loira apontando para um gráfico de barras crescente, com a legenda "*Unser Geld für unsere Bürger!*" (Nosso dinheiro para nossos cidadãos!) (AfD, 2024f, tradução nossa).

A figura feminina branca funciona, nesse contexto, como representação visual do cidadão alemão legítimo, aquele cujos recursos estariam sendo desviados em favor de uma população migrante implicitamente racializada como estrangeira. Assim como no *tweet* visto no 5.2.1, em que o rosto de Weidel é utilizado para representar os valores que o partido diz defender, a mulher loira aqui cumpre uma função análoga. Ela define, pela presença, quem pertence, antes mesmo que o texto precise dizer quem não pertence (ver Figuras 5 e 6, Anexo). Em novembro do mesmo ano, uma postagem sobre o colapso do Estado de bem-estar social alemão é igualmente ilustrado por uma figura de homens de aparência muçulmana, inclusive com um deles vestindo a *ghutra*, lenço branco masculino símbolo da identidade árabe (AfD, 2024g, tradução nossa).

Nos dois casos, é possível observar um padrão em comum. Os textos dos posts organizam os problemas em termos administrativos, como gastos elevados, sobrecarga e ineficiência, enquanto as imagens introduzem silenciosamente a figura responsável por esse suposto colapso: o migrante muçulmano. Há uma estratégia de comunicação bem estabelecida, em que cada elemento cumpre um papel específico, pois o texto mantém uma aparência de neutralidade e racionalidade, enquanto a imagem orienta a interpretação ao associar o problema a corpos racializados. Esse tipo de ambivalência visual, como observado a partir de Doerr (2021) na seção anterior, permite produzir associações claras ao mesmo tempo em que preserva a possibilidade de negação. Moreira e Romão (2011) descrevem esse funcionamento como heterogeneidade constitutiva, em que discursos de racialização e exclusão operam de forma implícita, sem precisarem ser assumidos diretamente no enunciado.

Como no caso britânico, o partido prefere adotar uma linguagem mais técnica, focada em custos, recordes e colapso administrativo, enquanto Weidel assume um tom mais direto na associação entre migração e violência física. A diferença é que o perfil institucional da AfD apresenta, em conjunto, um tom mais agressivo do que o do Reform UK, cuja comunicação institucional é relativamente mais moderada em relação às suas lideranças. Após o ataque em Solingen²⁷, em agosto de 2024, Weidel exigiu uma suspensão temporária (*moratorium*) de

²⁷Ataque com faca ocorrido em 23 de agosto de 2024 durante um festival em Solingen (Alemanha), que deixou três mortos e vários feridos. Foi tratado como atentado de motivação islâmica e amplamente utilizado no debate político sobre imigração (Brown, 2024).

cinco anos para imigração e deportação imediata de afegãos, sírios e iraquianos (Weidel, 2024c, tradução nossa). Na sequência de outro esfaqueamento em Esslingen, em novembro do mesmo ano, afirmou ainda que a política de fronteiras abertas da CDU era a causa direta pela qual "as pessoas não estariam mais seguras em lugar nenhum" (Weidel, 2024e, tradução nossa).

No caso de Solingen, a nacionalidade do agressor é apresentada como explicação suficiente para a motivação do ataque, e a seleção de grupos a serem deportados recai integralmente sobre países de maioria muçulmana, sem que essa seleção precise ser justificada. Já no caso de Esslingen, onde a origem do agressor não é mencionada, a política migratória em si já é tratada como causa estrutural da violência, independentemente de qualquer dado específico sobre o autor do crime. Quando há uma nacionalidade disponível, ela é utilizada como prova, e quando não há, a migração enquanto fenômeno já basta como explicação.

Esse arranjo amplia o alcance do discurso, permitindo que o partido mantenha uma face institucional enquanto Weidel ocupa o espaço de quem diz o que o partido não pode dizer oficialmente. Esse movimento, identificado por Farris (2017) como racialização do perigo, funciona porque o discurso já havia estabelecido, pela via numérica e imagética, que determinados corpos são estruturalmente associados ao risco, antes mesmo de qualquer ação concreta que pratiquem. Para além desses recursos visuais e estatísticos, uma terceira via, a da traição intencional, é onde o discurso migratório alemão radicaliza sua expressão populista de forma mais explícita.

Em outubro de 2023, a AfD afirmou que "uma suposta teoria da conspiração tornou-se verdade" ao revelar que o governo havia trazido 95.000 migrantes intencionalmente de avião (AfD, 2023a, tradução nossa). A construção do *tweet* chama o argumento de "teoria da conspiração" e, em seguida, afirma que ela "se tornou verdade", legitimando uma acusação específica e definindo uma forma de interpretar acusações futuras. Já em julho de 2024, a AfD foi ainda mais direta ao afirmar que os partidos governantes "faziam política exclusivamente para minorias barulhentas e interesses estrangeiros" (AfD, 2024c, tradução nossa). Ao atribuir a continuidade do fluxo migratório à decisão deliberada de uma elite traidora, o discurso transforma a imigração em um confronto direto entre o povo e seus inimigos, reforçando a ideia de que apenas uma ruptura poderia resolver o problema (Laclau, 2005).

5.2.3 Valores e identidade

No discurso de Weidel e da AfD, a cultura nacional alemã é apresentada como uma estrutura ameaçada, cuja preservação passa a ser tratada como tarefa urgente. Diferentemente

das categorias anteriores, em que a ameaça é construída a partir de elementos mais delimitados, como o Islã como perigo estrutural e a migração como crise permanente, aqui o que está em jogo é a própria ideia de pertencimento, e é a fim de expressá-la que o conceito de *Heimat*²⁸ ganha destaque nas publicações analisadas. Ao afirmar que "nossa cultura, nossos valores e nossa identidade são únicos e dignos de proteção" e que a migração descontrolada ameaça a paz social, Weidel estabelece uma relação de causalidade entre mobilidade e instabilidade e a insere em sua narrativa de preservação civilizacional (Weidel, 2024g, tradução nossa). A identidade, assim, passa a definir quem pertence à comunidade, ao estabelecer critérios implícitos de inclusão e exclusão.

Isso se intensifica quando a ideia de perda passa a ser expressa em termos existenciais. Ao afirmar, em sessão no Bundestag, que "qualquer um pode vir, ninguém precisa ir embora [...] eles estão tomando a *Heimat* dos alemães" (Weidel, 2024a, tradução nossa), Weidel retira a discussão sobre políticas migratórias do campo institucional e a coloca no plano da continuidade cultural, em que a presença do outro deixa de aparecer como um problema administrativo e começa a ser tratada como uma ameaça à própria permanência da nação. Essa mudança no discurso transforma qualquer medida de acolhimento em cumplicidade com o desaparecimento da própria comunidade nacional, e é nesse ponto que a delimitação de quem pode e quem não pode pertencer a ela se torna uma exigência política permanente.

Essa relação entre perda e pertencimento ajuda a explicar por que diferentes temas acabam se sobrepondo nessa seção. O *tweet* da AfD sobre o ataque em Wuppertal ocorrido em junho de 2022, em que um sírio esfaqueou uma funcionária dentro da própria Casa de Integração²⁹, com o comentário "não poderia ser mais simbólico o fracasso da política de integração" (AfD, 2022, tradução nossa), está situado no limite entre segurança e identidade. Embora trate de um episódio de violência, o enquadramento que a postagem produz não é propriamente securitário. O que se afirma é que a integração é, por definição, uma ficção política, e que sua institucionalização pelo Estado apenas mascara uma transformação já em curso. Aqui, diferentes frentes do debate político sobre migração, integração e identidade aparecem condensadas sob uma mesma narrativa de declínio, na qual a Casa de Integração se torna o símbolo de um fracasso apresentado como irreversível.

²⁸*Heimat* refere-se a uma noção de "lar" ou "pátria" marcada por pertencimento cultural, territorial e identitário, frequentemente mobilizada pela extrema-direita como símbolo de uma comunidade nacional homogênea percebida como ameaçada (Liebel, 2020; Doerr, 2021).

²⁹As Casas de Integração (*Integrationshäuser* ou centros de integração) são instituições locais voltadas ao acolhimento e à inclusão de imigrantes e refugiados na Alemanha, oferecendo serviços como orientação administrativa, cursos de idioma e apoio social, com o objetivo de facilitar sua inserção na sociedade (BAMF, 2021).

A eficácia desse discurso reside na capacidade da *Heimat* de funcionar como aquilo que Laclau (2005) chama de significante vazio: um termo suficientemente impreciso para articular demandas heterogêneas, sejam elas culturais, jurídicas, demográficas ou históricas, sob uma identidade comum que não se organiza a partir de um conteúdo positivo, mas a partir de uma experiência partilhada de perda. O *tweet* sobre as 200.000 naturalizações em 2023, que afirmava que "nosso passaporte não é mercadoria de liquidação" e apresentava dados sobre sírios, iraquianos e turcos³⁰ naturalizados como evidência de que "o governo estava abolindo a identidade do próprio país" (AfD, 2024d, tradução nossa), redireciona a questão do direito de cidadania para o pertencimento, e o argumento só se sustenta porque a ideia de *Heimat* já havia levado o debate para além do plano jurídico.

A postagem sobre o partido verde planejando um ministério de imigração, com a afirmação de que "só a AfD ainda tem interesse na sociedade majoritária alemã" (AfD, 2021a, tradução nossa), funciona sob a mesma noção. A *Mehrheitsgesellschaft* (sociedade da maioria) aparece como o nome dado ao povo que a *Heimat* define, e cuja existência as elites políticas estariam deliberadamente liquidando.

Para que esse discurso funcione, a identidade alemã precisa ser produzida de forma relacional, pelo que ela não é, e não pelo que ela é. Hall (1992) demonstra que identidades coletivas não possuem essência positiva e adquirem significado pela diferença, pela demarcação do que está fora. É isso que aparece no *tweet* de Weidel sobre a proposta de transformar uma igreja militar em mesquita, com o comentário "aparentemente não se consegue esperar para que a própria cultura alemã desapareça de vez" (Weidel, 2017, tradução nossa), acompanhado do pôster "Proteger nossa cultura: colocar limites à subserviência ao Islã". O post não descreve a cultura alemã, mas ela aparece definida pela negativa, como aquilo que a mesquita não é, o que o Islã ameaça e o que o *establishment* político estaria deixando desaparecer.

Ainda assim, o *tweet* que mais chama atenção nesse conjunto é justamente aquele em que a AfD não fala por si mesma. Ao citar um artigo de Ayaan Hirsi Ali — uma mulher negra, somali e ex-muçulmana — dizendo que "a cultura ocidental com sua descoberta da liberdade é superior a todas as outras culturas" e que "as elites esquerdistas liberais não gostam de ouvir isso", com o comentário "uma mulher forte!" (AfD, 2020, tradução nossa), o partido recorre a

³⁰ A presença turca na Alemanha remonta ao acordo de recrutamento de mão de obra firmado entre os dois países em 30 de outubro de 1961, no contexto do *Wirtschaftswunder*, quando a escassez de trabalhadores levou a Alemanha Ocidental a recrutar cerca de 650 mil turcos ao longo de pouco mais de uma década. A maioria permaneceu no país, dando origem a gerações de turco-alemães hoje plenamente estabelecidas na sociedade alemã (Miller, 2018, p. 3-15).

um processo que Hall (1992) identifica como constitutivo do próprio discurso do Ocidente: a superioridade ocidental precisa ser confirmada pelo "Outro" para ser legítima. Hirs Ali não é citada porque sua trajetória importa, mas sim porque, vinda de onde veio, sua concordância transforma o que seria um argumento etnocêntrico em uma evidência que reforça o discurso da AfD. Esse processo é análogo ao homonacionalismo analisado no 5.2.1 e aparece aqui no plano racial, produzindo um efeito semelhante, em que o sujeito racializado que “concorda” é incorporado como testemunha da própria narrativa que o exclui, e não como participante do debate.

Em conjunto, essas publicações analisadas produzem, no recorte deste corpus, um "regime de verdade" no qual a *Heimat* funciona como critério de pertencimento e não como descrição cultural (Hall, 1992). Essa disputa em torno do que conta como cultura alemã legítima também pode ser lida a partir de Gramsci (2024). A AfD busca influenciar a forma como a identidade nacional é compreendida e debatida na sociedade, difundindo uma interpretação específica do que significa ser alemão. Nesse processo, ela procura fazer com que sua própria visão de mundo seja percebida como natural e compatível com os interesses da coletividade, atuando no espaço que Gramsci associa à construção da hegemonia. Cada elemento do corpus de *tweets* pode ser contestado individualmente, já que os dados sobre naturalizações têm contexto, o ataque em Wuppertal tem causa específica e a citação de Hirs Ali tem história própria. O difícil de contestar não são os dados, mas a forma como eles são usados. O discurso já parte da ideia de que há uma perda, então qualquer informação acaba sendo interpretada como prova disso. O pertencimento deixa de ser visto como algo já dado e passa a ser definido negativamente, a partir da exclusão daqueles que, por definição, não podem ser incorporados à comunidade que a *Heimat* imagina.

Esse processo é reforçado, como já observado a partir de Doerr (2021), pela dimensão visual. Em uma postagem da AfD, as silhuetas escuras e anônimas de migrantes, com o véu facilmente identificável na figura feminina, sobrepostas à bandeira europeia, e presentes também no *tweet* sobre o ministério de imigração dos Verdes (AfD, 2021a, tradução nossa), produzem a figura do "não pertencente" sem que o texto precise nomeá-la, mantendo uma margem de ambiguidade que permite abordar a distinção sem afirmá-la de forma explícita. A identidade, portanto, passa a ser performada visualmente como algo ameaçado que precisa ser restaurado (ver Figura 7, Anexo).

5.3 Discursos comparados: Reino Unido e Alemanha

A análise dos casos britânico e alemão, desenvolvida nas seções anteriores, permite agora identificar o que nenhum dos dois casos poderia revelar isoladamente: que o populismo islamofóbico de direita não depende de uma linguagem única para produzir seus efeitos. O que os dados quantitativos e a leitura qualitativa dos *tweets* mostram, em conjunto, é que discursos estruturalmente distintos na superfície, no caso britânico mais explícito e personalista, e no caso alemão mais indireto e institucional, funcionam a partir de uma mesma lógica de construção da ameaça, adaptando sua forma às restrições e convenções de cada contexto nacional sem abrir mão de seus efeitos políticos. É essa capacidade de adaptação, e não apenas o conteúdo das demandas, que define o objeto desta análise comparativa. Para identificá-la, a análise qualitativa dos *tweets* foi integrada a dados quantitativos produzidos através do processamento do corpus no software R, que possibilitou identificar frequências lexicais, distribuições de tonalidade discursiva e padrões de engajamento.

O ponto de partida para a comparação é o campo semântico compartilhado pelos dois conjuntos de dados. As nuvens de palavras produzidas a partir do processamento lexical no R são úteis aqui porque permitem visualizar, de forma sintética, padrões de recorrência vocabular que dificilmente seriam percebidos pela leitura isolada dos *tweets* (ver Figuras 1 e 2, Apêndice). Elas revelam que os dois conjuntos organizam seu vocabulário em torno de um mesmo eixo semântico, reunindo referências a controle territorial, pertencimento nacional e ameaça. A recorrência de termos como "fronteiras", "migração", "país", "barcos", "ilegais" e "medo" no topo das nuvens demonstra que cada um deles cumpre uma função discursiva importante e frequente na construção da migração como um problema que ultrapassa a gestão pública e entra no campo da ameaça existencial.

Nas postagens alemãs, os termos que ocupam posição mais destacada são aqueles ligados à institucionalidade territorial e à identidade coletiva. "Fronteiras" e "migração" organizam o discurso em torno de um objeto de falha estatal, com a fronteira sendo apresentada como aquilo que o governo deixou de proteger, e cuja recuperação seria condição para restabelecer a integridade da nação. Já nas britânicas, o destaque recai sobre termos que trabalham com imagens físicas e afetos imediatos: "barcos", "ilegais" e "medo" remetem a uma experiência sensível da chegada do migrante, transformando um fenômeno político em uma cena de invasão percebida pela população. Essa diferença de abordagem revela que os dois casos acionam a securitização por vias distintas. Enquanto Berlim constrói a ameaça pela via institucional e identitária, Londres o faz por meio de imagens que transmitem urgência e elementos emocionais. Em ambos, porém, o efeito do discurso converge para o mesmo lugar:

a migração deixa de ser uma questão de política pública e passa a ser tratada como ameaça à sobrevivência da comunidade nacional (Huysmans, 2000).

A segunda convergência que os dados lexicais indicam diz respeito à forma como os dois discursos constroem a figura do povo. Nos *tweets* alemães, termos como "país" e "alemães" figuram entre os de maior recorrência, enquanto nos britânicos, "nacional", "país" e "pessoas" ocupam uma posição similar. A proximidade lexical entre esses dois conjuntos aponta para uma escolha no discurso que Laclau (2005) afirma ser constitutiva do populismo: a identidade coletiva se forma a partir da exclusão de um elemento externo que ameaça sua coesão, e o "povo" adquire unidade não por meio de um conteúdo positivo, mas sim pela demarcação daquilo que lhe é estranho. O que as nuvens de palavras mostram é que essa operação se repete de forma consistente nos dois conjuntos, com cada grupo de *tweets* reafirmando, de maneiras diferentes, a mesma divisão entre pertencentes e não pertencentes.

Por essa razão, a análise de tonalidade, baseada na categorização dos posts e organizada no R, permite identificar uma distinção que aponta para a estratégia discursiva de cada caso. Dado o tamanho reduzido do corpus e a ausência de um plano amostral, as proporções obtidas devem ser lidas como tendências discursivas do conjunto analisado, e não como resultados generalizáveis. Com essa ressalva, o que os dados indicam é que, no corpus alemão, os tons agressivo e alarmista concentram a maior parte das publicações, respondendo juntos por 73,3% do total, com 11 *tweets* em cada categoria. No corpus britânico, o tom crítico é o mais recorrente, correspondendo a 17 publicações e 56,6% do total, enquanto agressivo e alarmista somam 33,3% juntos. Essa distribuição confirma o que a análise qualitativa das seções anteriores havia indicado, mas com uma nuance importante. O caso do Reino Unido combina um vocabulário emocional e imagético, marcado por termos como "barcos", "medo" e "ilegais", com um tom predominantemente crítico, centrado na denúncia e na acusação institucional. O caso da Alemanha faz o caminho inverso: o vocabulário é mais institucional e identitário, mas o tom é predominantemente agressivo e alarmista, produzindo a sensação de urgência que o léxico sozinho não explicita (ver Figura 3, Apêndice).

Para funcionar, esse discurso precisa de um adversário claro, e esse adversário costuma ser a elite política que teria permitido a entrada do perigo. O discurso agressivo e alarmista, mais concentrado no caso alemão, atua através da afirmação de um colapso iminente, dispensando em muitos momentos a mediação argumentativa, já que o próprio acúmulo de números e imagens já produz a sensação de urgência sem precisar atribuí-la a uma decisão específica. São dois caminhos para o mesmo destino, e os dados de tonalidade tornam essa

diferença mais visível. Apesar do recorte temporal do corpus abranger o período de 2013 a 2024, a evolução dos dados ao longo do tempo não foi explorada neste trabalho. Uma análise da evolução da frequência de termos ou do engajamento ao longo dos anos poderia mostrar reorientações discursivas interessantes, especialmente em momentos de crise migratória ou eleitoral, e constitui uma possibilidade de aprofundamento para pesquisas futuras.

Ainda assim, a distribuição lexical do corpus já permite identificar padrões consistentes entre os dois casos. As palavras mais frequentes do corpus alemão incluem "Alemanha" (22 ocorrências), "alemães" (15), "governo" (13), "migração" (13), "contra" (12), "fronteiras" (12) e "asilo" (10), formando um campo semântico que trabalha o papel do Estado, a identidade nacional e a migração como problema coletivo. No caso britânico, as palavras mais recorrentes são "barcos" (7), "medo" (7), "nacional" (7), "país" (7), "pessoas" (6), "fronteiras" (5), "governo" (5) e "ilegais" (5).

Essa variação no vocabulário tem ligação direta com a estratégia imagética identificada na análise qualitativa do 5.1 e 5.2, e é nessa ligação que a adaptabilidade do discurso se torna mais evidente. No caso britânico, a imagem mais recorrente é a do barco superlotado atravessando o Canal da Mancha: uma figura de movimento, de proximidade, de algo que já está chegando. Já no caso alemão, a imagem utilizada com maior frequência é a do dado numérico acompanhado de representações visuais racializadas: a mulher loira diante do gráfico, as silhuetas anônimas de migrantes e os elementos de vestuário associados à identidade árabe e islâmica.

O vocabulário britânico, marcado por termos como "barcos", "medo" e "ilegais", traduz no texto a mesma sensação de urgência que as imagens britânicas constroem visualmente. Entre os *tweets* alemães, palavras como "Alemanha", "alemães" e "fronteiras" cumprem função semelhante ao expressar no texto o argumento identitário que as imagens reforçam sem precisar explicitá-lo diretamente. Em ambos os casos, texto e imagem funcionam de forma complementar, mas os papéis que cada elemento assume na construção da ameaça variam conforme as restrições de cada contexto. Essa mudança também tem sua explicação histórica quando se trata da Alemanha, afinal as restrições ao uso explícito de linguagem racial, discutidas em 5.2.2, empurram a extrema-direita para vias alternativas de construção da ameaça, enquanto o caso britânico age sem esse constrangimento, o que permite a Farage nomear grupos e práticas de forma mais direta.

Essa diferença produz efeitos perceptíveis. Um léxico que apoia o discurso em imagens e estados afetivos imediatos tem maior capacidade de produzir identificação no público, o que ajuda a explicar, ao menos em parte, por que o corpus britânico apresenta

medianas de engajamento consistentemente mais altas. Froio e Ganesh (2019) observam que os movimentos de extrema-direita adaptam sua linguagem às convenções comunicativas de cada contexto nacional, e o que os dados quantitativos confirmam é que essa adaptação é observável até no plano da seleção vocabular, com efeitos diretos sobre a capacidade de circulação do discurso. Os dados de engajamento acrescentam um último elemento a essa comparação. Optou-se pela utilização da mediana como medida de tendência para a análise por tonalidade discursiva dado a forte assimetria entre os dados, com a presença de valores extremos associados a picos de viralização que distorceriam a média. A mediana permite, assim, uma representação mais fiel do comportamento típico das publicações analisadas.

Para a comparação por ator, utilizou-se a média de engajamento total, que aponta para uma diferença expressiva: o perfil de @Nigel_Farage registra média de 13.115, enquanto @Alice_Weidel registra 6.112; @reformparty_uk registra 3.768 e @AfD registra 2.505. Essa diferença sugere que o caso britânico é marcado por uma liderança personalista com alto poder de circulação, ao passo que o caso alemão apresenta engajamento mais distribuído entre liderança individual e partido. Vale observar que, mesmo dentro do caso alemão, a diferença entre Weidel (6.112) e o perfil institucional da AfD (2.505) é bastante significativa, pois mostra que publicações associadas a uma liderança individual tendem a gerar mais engajamento do que aquelas vinculadas ao perfil do partido.

Isso dá indícios de que a personalização do discurso amplia o alcance ao mobilizar identificação direta com a figura política, em contraste com a comunicação mais impessoal do perfil institucional. Tournier-Sol (2023) observa que esse tipo de distribuição é característico de partidos que transitam entre insurgência e institucionalização, e os dados de engajamento mostram que ele também se manifesta no caso alemão, ainda que em escala menor do que no britânico (ver Figura 4, Apêndice).

A análise da mediana de engajamento por tonalidade discursiva e país reforça essa percepção. Em todas as categorias de tom, o corpus britânico registra medianas consistentemente maiores que o alemão: no tom agressivo, a mediana britânica é de 8.640, contra 2.592 no caso alemão; no tom alarmista, 4.669 contra 2.754, e no tom crítico, 5.206 contra 2.020. A categoria irônica merece uma observação específica. Com apenas um *tweet* classificado nessa categoria em cada corpus, os valores registrados — 17.778 no caso britânico e 1.587 no alemão — refletem o desempenho de publicações individuais e não permitem qualquer generalização sobre o comportamento desse tom discursivo.

Ainda assim, os dois *tweets* isolados continuam sendo relevantes para a análise. O de Farage, em que "invasão" é apresentada como uma palavra que ele apenas sugere e com a qual

"milhões concordam", e o de Weidel, que encerra com "ironia desligada" após associar a *sharia* à liberdade religiosa alemã, mostram que a ironia, quando aparece nesses discursos, funciona como distanciamento estratégico, permitindo introduzir uma mensagem mais radical sem assumir a responsabilidade direta pela afirmação. Esse padrão de engajamento concentrado em poucos *tweets* de alto alcance, observável também na categoria irônica, encontra confirmação nos dados de dispersão do corpus, e o desvio padrão do engajamento britânico, de 10.472, contra 4.902 no caso alemão, ajuda a entender esse comportamento de maneira mais geral. O conjunto britânico é mais volátil, com publicações que alternam entre níveis moderados de engajamento e picos muito elevados, mantendo ainda assim uma média superior, enquanto no segundo caso a distribuição é mais homogênea, condizente com uma estratégia que trabalha com acumulação contínua.

O discurso britânico se constrói no X (Twitter) por meio da viralização e da concentração em torno de uma liderança carismática. Poucos *tweets* geram engajamento muito alto, e é nesses picos que a narrativa de ameaça se dissemina com maior velocidade. O discurso alemão, por sua vez, opera através da acumulação e repetição sistemática, na qual nenhum tweet individual atinge os mesmos picos, mas o fluxo constante de publicações constrói ao longo do tempo uma percepção de colapso que não depende de momentos virais para se sustentar. São formas de funcionamento distintas, mas ambas produzem o mesmo efeito: a estabilização de determinados enquadramentos como a única leitura possível da realidade.

Evolvi (2018) argumenta que a islamofobia online se fortalece justamente pela circulação de conteúdos que conferem plausibilidade a enquadramentos hostis, e o que os dados mostram é que essa circulação ocorre por vias diferentes nos dois casos, sem que nenhuma delas seja menos eficaz do que a outra. Logo, os dados do R revelam aquilo que a leitura individual dos tweets tenderia a camuflar, mostrando que a construção da ameaça depende menos de qualquer publicação específica do que da acumulação de um vocabulário que, *tweet* após *tweet*, continua organizando o debate político nos mesmos termos (Said, 1978).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A hipótese deste trabalho partia da ideia de que a islamofobia funciona, no discurso de extrema-direita, para além de uma simples reação a eventos migratórios ou terroristas. A análise dos *tweets* do Reform UK, de Nigel Farage, da AfD e de Alice Weidel selecionados para este corpus sustenta essa hipótese, ainda que com a cautela que o tamanho da amostra exige. O que os discursos sugerem é que a islamofobia ajuda a resolver uma questão central do populismo de direita: como construir um "povo" coeso quando as demandas que o compõem são heterogêneas. Sem o muçulmano como alteridade, a identidade britânica mobilizada por Farage e a *Heimat* defendida por Weidel arriscam-se a esvaziar de conteúdo político concreto. É essa função, mais do que o teor específico de cada acusação, que parece explicar por que a islamofobia permanece presente mesmo quando o discurso muda de tom, de conjuntura ou de plataforma, embora a confirmação definitiva dessa hipótese dependa de um corpus mais amplo do que o utilizado aqui.

A comparação entre os dois casos também sugere uma conclusão que dificilmente poderia ser alcançada por meio de uma análise isolada. Embora os discursos de Londres e Berlim sejam distintos na superfície, ambos produzem efeitos políticos semelhantes, pois mais do que só compartilhar pautas, o Reform UK e a AfD convergem em uma estratégia comum de construção da ameaça, adaptada às condições históricas e institucionais de cada país. No Reino Unido, sem restrições jurídicas comparáveis ao parágrafo 130 do Código Penal alemão, o discurso tende a associar o Islã, a imigração e o extremismo de maneira mais direta. Já na Alemanha, a racialização ocorre com maior frequência por imagens, estatísticas e associações indiretas. Ainda assim, o resultado é semelhante: a migração deixa de ser apresentada como questão de política pública e passa a ser tratada como problema de sobrevivência nacional. O fato de dois partidos com origens tão diferentes — um eurocético britânico e outro inicialmente liberal-econômico alemão — terem chegado a essa mesma lógica ao longo da década analisada reforça a força transnacional do fenômeno islamofóbico. Como argumenta Brubaker (2017), esse movimento se sustenta menos em uma ideologia rígida e mais em uma lógica civilizacionista que transforma diferenças religiosas em separações ontológicas.

A divisão entre liderança e instituição, presente nos dois casos, ajuda a sustentar esse funcionamento do discurso. Farage pode utilizar expressões como “invasão” enquanto o Reform UK mantém uma linguagem relativamente mais moderada. Essa distribuição tem como objetivo tornar o discurso mais resiliente, já que contestar uma das partes não desfaz aquilo que a outra já consolidou. O mesmo ocorre entre Weidel e a AfD. Tournier-Sol (2023) aponta esse

padrão como característico de partidos que transitam entre insurgência e institucionalização, e os dados de engajamento mostram que ele funciona em duas direções simultaneamente. A liderança viral amplia o alcance do discurso, enquanto a estrutura partidária garante sua continuidade para além dos momentos de maior repercussão. Por isso, contestar uma afirmação específica não afeta a lógica que a produz, o que explica em parte por que esses discursos resistem tão bem à contestação factual.

Os dados quantitativos complementam a análise qualitativa. O desvio padrão britânico de 10.472, contra 4.902 no caso alemão, sugere que a instabilidade do corpus britânico faz parte da própria estratégia de circulação digital, tendo em vista que a alternância entre publicações de engajamento moderado e momentos virais permite que o discurso circule em velocidades distintas e alcance públicos diferentes. Já o corpus alemão, mais homogêneo, constrói gradualmente uma percepção contínua de crise e colapso, sem depender de uma publicação específica para manter sua coerência. Esses dois padrões indicam que o sucesso digital da extrema-direita depende também da capacidade de adaptação às dinâmicas das plataformas. Como observa Evolvi (2018), a islamofobia online se fortalece pela circulação constante de conteúdos que tornam plausíveis enquadramentos hostis já existentes. Dessa forma, os dados analisados mostram que essa circulação assume formas diferentes nos dois casos, sem que uma seja necessariamente menos eficaz do que a outra.

A análise também mostrou que a ameaça muçulmana construída nesses discursos independe, em grande medida, da presença concreta de muçulmanos ou de experiências diretas com imigração. Trata-se de uma ameaça produzida discursivamente, reforçada por imagens, símbolos e narrativas que atuam mesmo sem um contato mais direto com o grupo representado como perigoso. Sayyid (2018) argumenta que a islamofobia está menos relacionada aos muçulmanos em si do que a uma crise de identidade europeia que encontrou neles um objeto de projeção, e os *tweets*, em sua maioria, confirmam essa interpretação. As postagens mais engajadas, tanto britânicas quanto alemãs, raramente descrevem experiências concretas. Em vez disso, constroem cenários de perda, invasão e colapso social que funcionam independentemente de evidências específicas. Isso aproxima o fenômeno da lógica identificada por Said (1978) no orientalismo: o Oriente não precisava existir exatamente como era descrito para que essa descrição produzisse efeitos políticos reais.

Além disso, a questão de gênero e sexualidade trouxe elementos que ultrapassam a simples retórica de proteção mobilizada pelos líderes da direita. O homonacionalismo associado à figura de Weidel e a utilização de Zia Yusuf como porta-voz do Reform UK seguem um princípio semelhante, no qual sujeitos que poderiam questionar o discurso

excludente são incorporados como validação interna dessa própria narrativa, dificultando que ela seja percebida publicamente como exclusão. É nesse contexto que Farris (2017) discute o femonacionalismo e Puar (2007) o homonacionalismo. O efeito político desse processo é relevante porque ilumina uma característica mais ampla da extrema-direita contemporânea: a capacidade de incorporar pautas associadas ao campo progressista sem abandonar a exclusão que organiza o discurso. Quando a defesa das mulheres ou da comunidade LGBTQIA+ aparece vinculada à necessidade de limitar a presença muçulmana, a exclusão passa a circular como proteção de valores considerados legítimos e compartilhados, ampliando o alcance do discurso para além do público que já concordaria com posições explicitamente reacionárias.

Outro aspecto importante evidenciado pelo trabalho foi a normalização gradual desses discursos ao longo da década. Ideias que apareciam em publicações de Farage em 2015 como posições claramente extremas passaram, alguns anos depois, a circular de forma muito mais naturalizada no debate político britânico. Kallis (2015) e Hafez (2014) descrevem esse processo como a aproximação progressiva entre extrema-direita e o *mainstream* político. Ao incorporar elementos discursivos antes restritos a setores extremistas, partidos tradicionais acabam legitimando o terreno ideológico que buscavam conter. A ascensão eleitoral da AfD, inclusive após classificações de setores do partido como extremistas pelo *Verfassungsschutz*³¹, ilustra essa mudança. O que esse processo sinaliza é que a extrema-direita amplia sua força ao redefinir os limites do que pode ser dito por qualquer ator político. Quando um vocabulário antes restrito ao extremismo passa a circular no centro do debate público, a política já foi transformada, independentemente do resultado eleitoral.

Os limites da pesquisa também precisam ser reconhecidos. O corpus utilizado permitiu identificar padrões discursivos e tendências importantes, mas não possibilita acompanhar como o discurso muda ao longo do tempo em resposta a eventos específicos. Uma ampliação comparativa para outros países europeus poderia mostrar até que ponto esse fenômeno transnacional se reproduz em contextos marcados por diferentes experiências coloniais e diferentes regulações do discurso de ódio. Da mesma forma, uma investigação voltada aos algoritmos das plataformas digitais poderia aprofundar uma questão que este trabalho apenas levanta: em que medida os padrões de amplificação algorítmica influenciam o alcance desses discursos para além do conteúdo em si.

³¹O *Verfassungsschutz* é o Serviço de Proteção da Constituição Alemã, responsável por monitorar organizações e movimentos considerados ameaças à ordem democrática do país. O órgão tem competência para classificar partidos ou suas correntes internas como "suspeitos" ou "comprovadamente extremistas", o que impõe restrições adicionais à sua atuação pública (Liebel, 2020; Doerr, 2021).

Ainda assim, o trabalho permite afirmar que a extrema-direita europeia contemporânea possui lógica política própria, estratégias discursivas modernas e grande capacidade de adaptação. Tratá-la apenas como irracionalidade ou como extremismos marginalizados do jogo político significa subestimar sua força e sua capacidade de reorganizar o debate público. Ao longo da última década, os discursos sobre migração, segurança e identidade impulsionados por esses partidos pressionaram inclusive setores tradicionais da política europeia a reverem suas próprias posições sobre esses temas. Portanto, compreender como esse processo ocorreu no Reform UK e na AfD significa compreender também uma das transformações mais relevantes da política europeia contemporânea.

REFERÊNCIAS

ABBAS, Tahir. Islamophobia and radicalisation in the UK. **Journal of Muslim Minority Affairs**, v. 39, n. 3, p. 396–412, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13602004.2019.1626139>. Acesso em: 2 mar. 2026.

ALGAN, Yann et al. The European trust crisis and the rise of populism. **The Johns Hopkins University**, Baltimore, p. 309–382, 2017. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/90019460>. Acesso em: 2 mar. 2026.

ALTERNATIVE FÜR DEUTSCHLAND (AfD). #Grüne planen #Einwanderungsministerium – Nur die #AfD hat noch Interesse an der deutschen #Mehrheitsgesellschaft! [postagem]. X, 4 ago. 2021a. Disponível em: <https://x.com/AfD/status/1422849712105955332>. Acesso em: 17 abr. 2026.

ALTERNATIVE FÜR DEUTSCHLAND (AfD). 200.000 Menschen erhielten 2023 die deutsche Staatsbürgerschaft: Unser Pass ist keine Ramschware! [postagem]. X, 29 maio 2024d. Disponível em: <https://x.com/AfD/status/1795821683686674905>. Acesso em: 17 abr. 2026.

ALTERNATIVE FÜR DEUTSCHLAND (AfD). Ausgerechnet im Haus der #Integration in #Wuppertal sticht ein Syrer eine Mitarbeiterin nieder. Noch symbolischer könnte man das Scheitern der Integrationspolitik gar nicht darstellen. [postagem]. X, 11 ago. 2022. Disponível em: <https://x.com/AfD/status/1557700693775073282>. Acesso em: 17 abr. 2026.

ALTERNATIVE FÜR DEUTSCHLAND (AfD). Bundesregierungen flogen rund 95.000 Migranten ein! [postagem]. X, 13 out. 2023a. Disponível em: <https://x.com/AfD/status/1712815596247581170>. Acesso em: 17 abr. 2026.

ALTERNATIVE FÜR DEUTSCHLAND (AfD). Bürgergeld-Migration ruiniert Sozialstaat: #AfD-Anfrage zerstört das Fachkräfte-Märchen! [postagem]. X, 28 nov. 2024g. Disponível em: <https://x.com/AfD/status/1862143492664746321>. Acesso em: 17 abr. 2026.

ALTERNATIVE FÜR DEUTSCHLAND (AfD). Das 9. Jahr in Folge: Wieder mehr als 100.000 Erst-Anträge auf #Asyl! [postagem]. X, 24 out. 2021b. Disponível em: <https://x.com/AfD/status/1452228439570792453>. Acesso em: 17 abr. 2026.

ALTERNATIVE FÜR DEUTSCHLAND (AfD). Deutsche Schüler konvertieren aus Angst zum #Islam. [postagem]. X, 23 abr. 2024b. Disponível em: <https://x.com/AfD/status/1782717719239958555>. Acesso em: 17 abr. 2026.

ALTERNATIVE FÜR DEUTSCHLAND (AfD). „Ich sage freiheraus, was ich denke: Die westliche Kultur mit ihrer Entdeckung der Freiheit ist allen anderen Kulturen überlegen (...)“ Eine starke Frau! [postagem]. X, 24 nov. 2020. Disponível em: <https://x.com/AfD/status/1331159011216027650>. Acesso em: 17 abr. 2026.

ALTERNATIVE FÜR DEUTSCHLAND (AfD). Keine Toleranz für #Islamisten! [postagem]. X, 26 mar. 2024a. Disponível em: <https://x.com/AfD/status/1772597169846985047>. Acesso em: 17 abr. 2026.

ALTERNATIVE FÜR DEUTSCHLAND (AfD). Mehrheit der Deutschen will keine

#Flüchtlinge aus islamischen Ländern: Der #Islam gehört nicht zu Deutschland! [postagem]. X, 4 maio 2024c. Disponível em: <https://x.com/AfD/status/1785969760867340376>. Acesso em: 17 abr. 2026.

ALTERNATIVE FÜR DEUTSCHLAND (AfD). Migranten strömen weiter munter nach Deutschland – nur die #AfD kann das beenden! [postagem]. X, 21 nov. 2023b. Disponível em: <https://x.com/AfD/status/1726991824823197744>. Acesso em: 17 abr. 2026.

ALTERNATIVE FÜR DEUTSCHLAND (AfD). Neue Umfrage bestätigt #AfD-Kurs: Drei Viertel der Deutschen wollen #Migrationswende! [postagem]. X, 3 jul. 2024e. Disponível em: <https://x.com/AfD/status/1808450516441075841>. Acesso em: 17 abr. 2026.

ALTERNATIVE FÜR DEUTSCHLAND (AfD). Schon 300.000 Asylanträge in diesem Jahr: Ampel und #CDU schaffen Deutschland ab! [postagem]. X, 8 dez. 2023c. Disponível em: <https://x.com/AfD/status/1733146319521247414>. Acesso em: 17 abr. 2026.

ALTERNATIVE FÜR DEUTSCHLAND (AfD). Statt 216 Mrd. Euro für #Asylpolitik: Unser #Geld für unsere Bürger! [postagem]. X, 22 jul. 2024f. Disponível em: <https://x.com/AfD/status/1815321407791747579>. Acesso em: 17 abr. 2026.

ARZHEIMER, Kai. The AfD: finally a successful right-wing populist eurosceptic party for Germany? **West European Politics**, v. 38, n. 3, p. 535–556, 2015. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01402382.2015.1004230>. Acesso em: 28 set. 2025.

ARZHEIMER, Kai. Islamophobia in Western Europe is unrelated to religiosity but highly correlated with far right attitudes. **Research and Politics**, v. 12, n. 3, p. 1–8, jul./set. 2025.

BBC NEWS. European elections 2019: UK results. **BBC News**, Londres, 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/uk-politics-48403131>. Acesso em: 4 mar. 2026.

BBC NEWS. Results of the 2019 general elections. **BBC News**, Londres, 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/election/2019/results>. Acesso em: 4 mar. 2026.

BBC NEWS. UK general election 2024 results. **BBC News**, Londres, 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/election/2024/uk/results>. Acesso em: 4 mar. 2026.

BEGUM, Neema. Revolt on the right: explaining support for the radical right in Britain. **Commonwealth & Comparative Politics**, v. 55, n. 1, p. 108–110, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14662043.2017.1261656>. Acesso em: 2 mar. 2026.

BERBUIR, Nicole; LEWANDOWSKY, Marcel; SIRI, Jasmin. The AfD and its sympathisers: finally a right-wing populist movement in Germany? **German Politics**, v. 24, n. 2, p. 154–178, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09644008.2014.982546>. Acesso em: 2 mar. 2026.

BERMAN, Sheri. The causes of populism in the West. **Annual Review of Political Science**, v. 24, p. 71–88, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev-polisci-041719-102503>. Acesso em: 2 mar. 2026.

BHABHA, Homi K. **The location of culture**. Londres: Routledge, 1994.

BIGO, Didier. Security and immigration: toward a critique of the governmentality of unease. **Alternatives**, v. 27, supl. 1, p. 63–92, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/03043754020270S105>. Acesso em: 2 mar. 2026.

BOJAR, Abel et al. The effect of austerity packages on government popularity during the Great Recession. **British Journal of Political Science**, v. 52, n. 1, p. 181–199, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0007123420000472>. Acesso em: 2 mar. 2026.

BOWEN, John. **Why the French don't like headscarves**. Princeton: Princeton University Press, 2012. Disponível em: <https://press.princeton.edu/books/paperback/9780691154614/why-the-french-dont-like-headscarves>. Acesso em: 2 mar. 2026.

BROOKES, Gavin; CURRY, Niall. The changing discourses on Islamophobia in the UK press: a modern-diachronic corpus-assisted study. **Journal of Corpora and Discourse Studies**, v. 7, p. 101–124, 2024. Disponível em: <https://jcad.s.cardiffuniversitypress.org/articles/10.18573/jcad.s.128>. Acesso em: 16 out. 2025.

BROWN, Benjamin. Ataque com faca deixa vários mortos em festival na Alemanha, diz jornal. **CNN Brasil**, 23 ago. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/ataque-com-faca-deixa-varios-mortos-em-festival-na-alemanha-diz-jornal/>. Acesso em: 30 mar. 2026.

BRUBAKER, Rogers. Between nationalism and civilizationism: the European populist moment in comparative perspective. **Ethnic and Racial Studies**, v. 40, n. 8, p. 1191–1226, 2017. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/01419870.2017.1315830>. Acesso em: 28 set. 2025.

BUNDESWAHLLEITER. Final results of the 2017 German federal election. **Der Bundeswahlleiter**, Wiesbaden, 2017. Disponível em: <https://www.bundeswahlleiter.de/en/bundestagswahlen/2017/ergebnisse.html>. Acesso em: 4 mar. 2026.

BUNDESWAHLLEITER. Final results of the 2021 German federal election. **Der Bundeswahlleiter**, Wiesbaden, 2021. Disponível em: <https://www.bundeswahlleiter.de/en/bundestagswahlen/2021/ergebnisse.html>. Acesso em: 4 mar. 2026.

BUNDESWAHLLEITER. Results of the 2024 European Parliament election in Germany. **Der Bundeswahlleiter**, Wiesbaden, 2024. Disponível em: <https://www.bundeswahlleiter.de/en/europawahlen/2024/ergebnisse.html>. Acesso em: 4 mar. 2026.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. Macrosecuritisation and security constellations: reconsidering scale in securitisation theory. **Review of International Studies**, v. 35, p. 253–276, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0260210509008511>. Acesso em: 2 mar. 2026.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security: a new framework for analysis**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1997.

CARVALHO, Pedro Luis Teles de. Capítulo II: O populismo de extrema direita. In:

CARVALHO, Pedro Luis Teles de. **A desigualdade económica e o populismo de extrema direita na UE**. 2021. Dissertação (Mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2021. p. 46–104. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/135572/2/487840.1.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2026.

DECKER, Frank. The "Alternative for Germany": factors behind its emergence and profile of a new right-wing populist party. **German Politics and Society**, v. 34, n. 2, p. 1–16, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.3167/gps.2016.340201>. Acesso em: 2 mar. 2026.

DIAS, Renato. **Extrema-direita em ação direta: inimigos da república e da democracia**. Goiânia: RD Comunicações, 2025.

DOERR, Nicole. The visual politics of the Alternative for Germany (AfD): anti-Islam, ethno-nationalism, and gendered images. **Social Sciences**, v. 10, n. 1, p. 1–22, 2021. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2076-0760/10/1/20>. Acesso em: 16 out. 2025.

EATWELL, Roger; GOODWIN, Matthew. **National populism: the revolt against liberal democracy**. Londres: Pelican Books, 2018.

ELECTORAL REFORM SOCIETY. A system out of step: the 2024 general election. **Electoral Reform Society**, Londres, 2025. Disponível em: <https://electoral-reform.org.uk/latest-news-and-research/publications/a-system-out-of-step-the-2024-general-election/>. Acesso em: 4 mar. 2026.

ENTMAN, Robert M. Framing: toward clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication**, v. 43, n. 4, p. 51–58, dez. 1993. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.1993.tb01304.x>. Acesso em: 18 mar. 2026.

EUROPOL. European Union terrorism situation and trend report (TE-SAT) 2016. **Europol**, Haia, 2016. Disponível em: <https://www.europol.europa.eu/publications-events/main-reports/european-union-terrorism-situation-and-trend-report-te-sat-2016>. Acesso em: 2 mar. 2026.

EUROPOL. European Union terrorism situation and trend report (TE-SAT) 2017. **Europol**, Haia, 2017. Disponível em: <https://www.europol.europa.eu/publications-events/main-reports/eu-terrorism-situation-and-trend-report-te-sat-2017>. Acesso em: 2 mar. 2026.

EVANS, Richard J. **A chegada do Terceiro Reich**. Tradução de Lúcia Brito. São Paulo: Planeta do Brasil, 2010.

EVOLVI, Giulia. Hate in a tweet: exploring internet-based Islamophobic discourses. **Religions**, v. 9, n. 10, art. 307, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/rel9100307>. Acesso em: 2 mar. 2026.

EYEWITNESS TO HISTORY. **Armistice: the end of World War I, 1918**. 2004. Disponível em: <http://www.eyewitnesstohistory.com/armistice.htm>. Acesso em: 30 mar. 2026.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FARAGE, Nigel. 125,000 illegal migrants have crossed the English Channel in nearly 4,000 boats since 2018. [postagem]. X, 28 maio 2024b. Disponível em: https://x.com/Nigel_Farage/status/1795424174707519521. Acesso em: 17 abr. 2026.

FARAGE, Nigel. Battle-hardened jihadis are walking our streets. [postagem]. X, 24 out. 2017e. Disponível em: https://x.com/Nigel_Farage/status/922782063962533888. Acesso em: 17 abr. 2026.

FARAGE, Nigel. Clear & direct link between the number of people you let in from different religions & the number of terror attacks. [postagem]. X, 17 ago. 2017b. Disponível em: https://x.com/Nigel_Farage/status/898354277105545216. Acesso em: 17 abr. 2026.

FARAGE, Nigel. Egypt and other Arab states won't take any refugees from Gaza because they don't want to import terrorism. [postagem]. X, 19 out. 2023b. Disponível em: https://x.com/Nigel_Farage/status/1714992628066886067. Acesso em: 17 abr. 2026.

FARAGE, Nigel. I have predicted sectarian politics in the UK for some time now. [postagem]. X, 4 maio 2024f. Disponível em: https://x.com/Nigel_Farage/status/1786808309728628772. Acesso em: 17 abr. 2026.

FARAGE, Nigel. Islamic State have said they will use this tide of humanity across the Med to embed fighters in Europe. [postagem]. X, 11 set. 2015b. Disponível em: https://x.com/Nigel_Farage/status/642270698283638784. Acesso em: 17 abr. 2026.

FARAGE, Nigel. Just using words like "solidarity" achieves nothing. [postagem]. X, 4 jun. 2017a. Disponível em: https://x.com/Nigel_Farage/status/871456548127522817. Acesso em: 17 abr. 2026.

FARAGE, Nigel. Net migration hits record 336,000 in one year. [postagem]. X, 26 nov. 2015c. Disponível em: https://x.com/Nigel_Farage/status/669811409908342784. Acesso em: 17 abr. 2026.

FARAGE, Nigel. Our political opponents don't believe in the nation state. [postagem]. X, 25 fev. 2018a. Disponível em: https://x.com/Nigel_Farage/status/967693498471387137. Acesso em: 17 abr. 2026.

FARAGE, Nigel. Over 600 young men have come into Dover already today. [postagem]. X, 18 jun. 2024c. Disponível em: https://x.com/Nigel_Farage/status/1803094856870334618. Acesso em: 17 abr. 2026.

FARAGE, Nigel. People don't speak the truth on Islamic terrorism because they are frightened of being called racist. [postagem]. X, 13 maio 2018c. Disponível em: <https://x.com/i/status/995765245128921090>. Acesso em: 17 abr. 2026.

FARAGE, Nigel. Reform MPs have written to @Keir_Starmer to demand the British people are told the truth about how immigration is changing our country. [postagem]. X, 1 nov. 2024e. Disponível em: https://x.com/Nigel_Farage/status/1852351745239683252. Acesso em: 17 abr. 2026.

FARAGE, Nigel. Rishi Sunak's amnesty for illegal migrants in order to clear backlog is deeply

troubling. [postagem]. X, 23 fev. 2023a. Disponível em: https://x.com/Nigel_Farage/status/1628726865031462912. Acesso em: 17 abr. 2026.

FARAGE, Nigel. The final number of Channel illegal migrants yesterday was a record 882. [postagem]. X, 19 jun. 2024d. Disponível em: https://x.com/Nigel_Farage/status/1803375154136863213. Acesso em: 17 abr. 2026.

FARAGE, Nigel. The political class should apologise for their failed policy of multiculturalism. [postagem]. X, 17 out. 2017d. Disponível em: https://x.com/Nigel_Farage/status/920392772372385793. Acesso em: 17 abr. 2026.

FARAGE, Nigel. The UN Migration Compact, which seeks to criminalise all criticism of mass migration [...]. [postagem]. X, 4 dez. 2018d. Disponível em: https://x.com/Nigel_Farage/status/1069932078211440642. Acesso em: 17 abr. 2026.

FARAGE, Nigel. These record migration figures reflect a Borderless Britain and the total impotence of the British government. [postagem]. X, 27 ago. 2015a. Disponível em: https://x.com/Nigel_Farage/status/636821983401893888. Acesso em: 17 abr. 2026.

FARAGE, Nigel. This polling is the most conclusive proof yet that both Labour and the Tories have allowed into our country huge numbers of people who live apart from the rest of us. [postagem]. X, 7 abr. 2024a. Disponível em: https://x.com/Nigel_Farage/status/1777044521957622119. Acesso em: 17 abr. 2026.

FARAGE, Nigel. Virtually every single MP in Westminster is responsible for the ethnic and religious violence seen in Leicester. [postagem]. X, 20 set. 2022a. Disponível em: https://x.com/Nigel_Farage/status/1572339792100331521. Acesso em: 17 abr. 2026.

FARAGE, Nigel. When ISIS said they would flood Europe with 500,000 Islamic extremists, Merkel and EU should have listened. [postagem]. X, 22 ago. 2017c. Disponível em: <https://x.com/i/status/900107494327975938>. Acesso em: 17 abr. 2026.

FARAGE, Nigel. Why do the establishment and our media not want to talk about Islamic terrorism against the LGBTQ+ community? [postagem]. X, 27 jun. 2022b. Disponível em: https://x.com/Nigel_Farage/status/1541523876923981824?s=20. Acesso em: 26 abr. 2026.

FARRIS, Sara R. In the name of women's rights: the rise of femonationalism. Durham: Duke University Press, 2017.

FEATHERSTONE, Kevin. External conditionality and the debt crisis: the 'Troika' and public administration reform in Greece. **Journal of European Public Policy**, v. 22, n. 3, p. 295–314, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13501763.2014.955123>. Acesso em: 2 mar. 2026.

FERNANDO, Mayanthi L. **The Republic unsettled: Muslim French and the contradictions of secularism**. Durham: Duke University Press, 2014. Disponível em: <https://www.dukeupress.edu/the-republic-unsettled>. Acesso em: 2 mar. 2026.

FIELITZ, Maik; MARCKS, Holger. **Digital fascism**: challenges for the open society in times of social media. Londres: Institute for Strategic Dialogue, 2019. Disponível em:

<https://escholarship.org/uc/item/87w5c5gp>. Acesso em: 2 mar. 2026.

FORD, Robert; GOODWIN, Matthew. **Revolt on the right**: explaining support for the radical right in Britain. Londres: Routledge, 2014.

FRANZMANN, Simon T. Calling the ghost of populism: the AfD's strategic and tactical agendas until the EP election 2014. **German Politics**, v. 25, n. 4, p. 457–479, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09644008.2016.1201075>. Acesso em: 2 mar. 2026.

FROIO, Caterina; GANESH, Bharath. The transnationalisation of far right discourse on Twitter: issues and actors that cross borders in Western European democracies. **European Societies**, v. 21, n. 4, p. 513–539, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14616696.2018.1494295>. Acesso em: 2 mar. 2026.

FULL FACT. **Inaccuracies spreading about UN migration pact**. 18 dez. 2018. Disponível em: <https://fullfact.org/immigration/inaccuracies-spreading-about-un-migration-pact/>. Acesso em: 17 jun. 2026.

GEORGE, Alexander L.; BENNETT, Andrew. **Case studies and theory development in the social sciences**. Cambridge: MIT Press, 2005.

GERGES, Fawaz A. **ISIS: a history**. Princeton: Princeton University Press, 2016.

GERMAN BUNDESTAG. The Bundestag and its functions. **Deutscher Bundestag**, Berlim [s.d.]. Disponível em: <https://www.bundestag.de/en/parliament/functions>. Acesso em: 4 mar. 2026.

GOODMAN, Simon. The rhetorical use of the threat of the far-right in the UK Brexit debate. **British Journal of Social Psychology**, v. 60, n. 3, p. 1012–1026, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/bjso.12432>. Acesso em: 17 mar. 2026.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: caderno 3 (XX): 1930: miscelânea. Tradução de Ivete Simionatto, Maria del Carmen Cortizo e Giovanni Semeraro. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024.

HAFEZ, Farid. Shifting borders: Islamophobia as common ground for building pan-European right-wing unity. **Patterns of Prejudice**, v. 48, n. 5, p. 479–499, 2014. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/0031322X.2014.965877>. Acesso em: 16 out. 2025.

HALL, Stuart. The West and the Rest: discourse and power. In: HALL, Stuart; GIEBEN, Bram (ed.). **Formations of modernity**. Cambridge: Polity Press, 1992. p. 275–320.

HALLAQ, Wael B. **Shari'a**: theory, practice, transformations. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

HEATH-KELLY, Charlotte. Counter-terrorism and the counterfactual: producing the 'radicalisation' discourse and the UK Prevent strategy. **British Journal of Politics and International Relations**, v. 15, n. 3, p. 394–415, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1467-856X.2011.00472.x>. Acesso em: 2 mar. 2026.

HEINZE, Anna-Sophie; WEISSKIRCHER, Manès. No strong leaders needed? AfD party organisation between collective leadership, internal democracy, and "movement-party" strategy. **Politics and Governance**, v. 9, n. 4, p. 263–274, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.17645/pag.v9i4.4530>. Acesso em: 17 mar. 2026.

HOBOLT, Sara B. The Brexit vote: a divided nation, a divided continent. **Journal of European Public Policy**, v. 23, n. 9, p. 1259–1277, 2016. Disponível em: <https://researchonline.lse.ac.uk/id/eprint/67546/>. Acesso em: 2 mar. 2026.

HOBOLT, Sara B.; TILLEY, James. Fleeing the centre: the rise of challenger parties in the aftermath of the Euro crisis. **West European Politics**, v. 39, n. 5, p. 971–991, 2016. Disponível em: <http://eprints.lse.ac.uk/66032/>. Acesso em: 2 mar. 2026.

HUYSMANS, Jef. The European Union and the securitization of migration. **Journal of Common Market Studies**, v. 38, n. 5, p. 751–777, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1468-5965.00263>. Acesso em: 2 mar. 2026.

KALLIS, Aristotle. Islamophobia in Europe: the radical right and the mainstream. **Insight Turkey**, v. 17, n. 4, p. 31–46, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/311935510_Islamophobia_in_Europe_The_radical_right_and_the_mainstream. Acesso em: 16 out. 2025.

KORIOTH, Stefan; AUGSBERG, Ino. Religion and the secular state in Germany. In: ROBBERS, Gerhard (ed.). **Religion and the secular state: national reports**. Madrid: Universidad Complutense, 2017. Disponível em: http://home.lu.lv/~rbalodis/Publikacijas/Cituraksti/I_B_Religion_and_the_Secular_State_-_Interim_Reports.pdf. Acesso em: 6 abr. 2026.

KRIESI, Hanspeter. The political consequences of the financial and economic crisis in Europe: electoral punishment and popular protest. **Swiss Political Science Review**, v. 18, n. 4, p. 518–522, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/spsr.12006>. Acesso em: 2 mar. 2026.

KRIESI, Hanspeter. The politicization of immigration. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 44, n. 3, p. 1–18, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1369183X.2018.1487143>. Acesso em: 2 mar. 2026.

KRUGMAN, Paul. **A crise de 2008 e a economia da depressão**. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

LACLAU, Ernesto. **On populist reason**. Londres; Nova York: Verso, 2005.

LEES, Charles. The 'Alternative for Germany': the rise of right-wing populism at the heart of Europe. **Politics**, v. 38, n. 3, p. 295–310, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0263395718777718>. Acesso em: 17 mar. 2026.

LEONARD, Sarah. The securitisation of migration in the European Union: Frontex and its evolving security practices. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 36, n. 1, p. 45–60, 2010.

LEWIS, Rebecca. Alternative influence: broadcasting the reactionary right on YouTube. Data & Society Research Institute, Nova York, 2018. Disponível em:

<https://datasociety.net/library/alternative-influence/>. Acesso em: 18 mar. 2026.

LIEBEL, V. O populismo de direita e suas estratégias de sobrevivência na Alemanha: o Alternativ für Deutschland (AfD). In: ANDRADE, G. I. F.; BARBOSA, J. R.; RIBEIRO, M. V.; GONÇALVES, R. J. M. (org.). **Tempos contemporâneos**: estudos críticos sobre as direitas. v. 3. [S.l.]: Gárgula, 2020. p. 105–133.

LIJPHART, Arend. **Comparative politics and the comparative method**. American Political Science Review, v. 65, n. 3, p. 682–693, 1971.

LITERAT, Ioana; KLIGLER-VILENCHIK, Neta. TikTok as a key platform for youth political expression: reflecting on the opportunities and stakes involved. **Social Media + Society**, v. 9, n. 1, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/20563051231157595>. Acesso em: 2 mar. 2026.

LÜTZ, Susanne; KRANKE, Matthias. The European rescue of the Washington Consensus? EU and IMF lending to Central and Eastern European countries. **Review of International Political Economy**, v. 21, n. 2, p. 310–338, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09692290.2013.878694>. Acesso em: 2 mar. 2026.

LYNCH, Philip; WHITAKER, Richard; LOOMES, Gemma. The UK Independence Party: understanding a niche party's strategy, candidates and supporters. **Parliamentary Affairs**, v. 65, n. 4, p. 733–757, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/pa/gsr042>. Acesso em: 2 mar. 2026.

MARX, Karl. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

MELO, Pedro. **A crise migratória na Europa 2015/2016**: uma perspectiva. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 2023. Disponível em: https://www.academia.edu/download/102441998/A_crise_Migratoria_na_Europa_2015.pdf. Acesso em: 17 fev. 2026.

MERKEL, Wolfgang. Is there a crisis of democracy? **Democratic Theory**, v. 1, n. 2, p. 11–25, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.3167/dt.2014.010202>. Acesso em: 2 mar. 2026.

MILLER, Jennifer A. **Turkish Guest Workers in Germany**: Hidden Lives and Contested Borders, 1960s to 1980s. Toronto: University of Toronto Press, 2018. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/book/107613>. Acesso em: 17 jun. 2026.

MONACI, Sara; MORREALE, Daniela; PERSICO, Stefania. The Eurabia conspiracy theory: Twitter's political influencers, narratives, and information sources. **Media and Communication**, v. 11, n. 4, p. 73–85, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.17645/mac.v11i4.7247>. Acesso em: 2 mar. 2026.

MORAES, Ângela Teixeira de; MACHADO, Liliane Maria Macedo; BORGES, Rogério Pereira. **Comunicação e discursividade**: teoria e dispositivos analíticos da AD. Goiânia: Kelps, 2021.

MOREIRA, Vivian Lemes; ROMÃO, Lucília Maria Sousa. O discurso no Twitter, efeitos de extermínio em rede. **RUA**, Campinas, n. 17, v. 2, jun. 2011.

MOUFFE, Chantal. **For a left populism**. Londres; Nova York: Verso, 2018.

MUDDE, Cas. **The far right today**. Cambridge: Polity Press, 2019.

MUDDE, Cas. The populist zeitgeist. **Government and Opposition**, v. 39, n. 4, p. 541–563, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1477-7053.2004.00135.x>. Acesso em: 2 mar. 2026.

MUNGER, Kevin; PHILLIPS, Joseph. Right-wing YouTube: a supply and demand perspective. **The International Journal of Press/Politics**, v. 27, n. 1, p. 186–219, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1940161220964767>. Acesso em: 2 mar. 2026.

NICOLAU, Jairo. **Sistemas eleitorais**. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ONAY, Özge. Brexit's illusion: decoding Islamophobia and othering in Turkey's EU accession discourse among British Turks. **Religions**, v. 15, n. 4, art. 498, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/rel15040498>. Acesso em: 2 mar. 2026.

OZTIG, Lacin Idil; GURKAN, Turkan Ayda; AYDIN, Kenan. The strategic logic of Islamophobic populism. **Government and Opposition**, v. 56, n. 4, p. 1–19, 2020.

PARLAMENTO EUROPEU. Maastricht Treaty. **Parlamento Europeu**, Estrasburgo, [s.d.]. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/about-parliament/pt/in-the-past/the-parliament-and-the-treaties/maastricht-treaty>. Acesso em: 1 mar. 2026.

PATTON, Michael Quinn. **Qualitative research and evaluation methods**. 3. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2002.

PAXTON, Robert O. **A anatomia do fascismo**. Tradução de Patricia Zimbres e Paula Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PUAR, Jasbir K. **Terrorist assemblages: homonationalism in queer times**. Durham: Duke University Press, 2007.

REFORM UK. Armistice Day and the Remembrance weekend is a deep enduring part of our British national heritage and culture and must be respected. [postagem]. X, 3 nov. 2023. Disponível em: https://x.com/reformparty_uk/status/1720460785208414466. Acesso em: 17 abr. 2026.

REFORM UK. "British people see their pleas to curb migration scorned, the country and culture they love being robbed from underneath them." [postagem]. X, 4 set. 2024f. Disponível em: https://x.com/reformparty_uk/status/1831373512528826698. Acesso em: 17 abr. 2026.

REFORM UK. Channel crossings are a national emergency. [postagem]. X, 10 out. 2024h. Disponível em: https://x.com/reformparty_uk/status/1844333332500263223. Acesso em: 17 abr. 2026.

REFORM UK. Labour have failed. [postagem]. X, 2 dez. 2024i. Disponível em: https://x.com/reformparty_uk/status/1863545760475742615. Acesso em: 17 abr. 2026.

REFORM UK. Lee Anderson: statement by Richard Tice, Leader of Reform UK. [postagem]. X, 26 fev. 2024a. Disponível em: https://x.com/reformparty_uk/status/1762108040000471174. Acesso em: 17 abr. 2026.

REFORM UK. Our future is at stake with 14 million new arrivals in 12 years. [postagem]. X, 4 jun. 2024c. Disponível em: https://x.com/reformparty_uk/status/1797944449068114244. Acesso em: 17 abr. 2026.

REFORM UK. Starmer refuses to leave the ECHR and will allow nearly 100,000 illegal migrants to apply for asylum. [postagem]. X, 19 jul. 2024e. Disponível em: https://x.com/reformparty_uk/status/1814280368276570340. Acesso em: 17 abr. 2026.

REFORM UK. Starmer won't stop the boats. [postagem]. X, 9 set. 2024g. Disponível em: https://x.com/reformparty_uk/status/1833133279152579040. Acesso em: 17 abr. 2026.

REFORM UK. Weak, feeble plea from the Prime Minister to the extreme Islamists and pro-Hamas mob. [postagem]. X, 1 mar. 2024b. Disponível em: https://x.com/reformparty_uk/status/1763626651135422973. Acesso em: 17 abr. 2026.

REFORM UK. Zia Yusuf, Reform UK Chairman, "we are building a movement built on courage and powered by love ... of our British values ... and of our country". [postagem]. X, 12 jul. 2024d. Disponível em: https://x.com/reformparty_uk/status/1811819885745332581. Acesso em: 17 abr. 2026.

REINO UNIDO. Independent review into civil unrest in Leicester 2022. **Government of the United Kingdom**, Londres, 2022. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/calls-for-evidence/independent-review-into-civil-unrest-in-leicester-2022/independent-review-into-civil-unrest-in-leicester-2022>. Acesso em: 30 mar. 2026.

RISSO, Andrik Barbosa; SILVA, Gabriel Pereira da; MOURA, Sérgio Arruda de. O discurso e as mídias sociais: o uso do Twitter como ferramenta de expressão de discurso político. **Revista Transformar**, v. 13, n. 2, p. 64-75, ago./dez. 2019.

SAID, Edward W. **Orientalism**. Nova York: Pantheon Books, 1978.

SALGUERO, R. A. F. Austerity in crisis? **A narrative review of its economic, social, and political effects in times of crisis**. arXiv preprint, 2025. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/2510.10449v1>. Acesso em: 2 mar. 2026.

SAYYID, Salman. Islamophobia and the Europeaness of the other Europe. **Patterns of Prejudice**, v. 52, n. 5, p. 420-435, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/0031322X.2018.1512481>. Acesso em: 2 mar. 2026.

SEIXAS, R. A retórica da pós-verdade: o problema das convicções. **Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, v. 18, n. 1, 29 abr. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/2197>. Acesso em: 11 mar. 2026.

SERRANO, Juan Carlos Medina et al. The rise of Germany's AfD: a social media analysis. In:

INTERNATIONAL CONFERENCE ON SOCIAL MEDIA AND SOCIETY, 10., 2019, Nova York. Proceedings [...]. Nova York: Association for Computing Machinery, 2019. p. 214–223. Disponível em: <https://doi.org/10.3345/3328529.3328562>. Acesso em: 2 mar. 2026.

SOBOLÉWSKA, Maria; FORD, Robert. **Brexitland**: identity, diversity and the reshaping of British politics. Cambridge: Cambridge University Press, 2020. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/books/abs/brexitland/brexitland/7056815A1F083FFDAAE9B344F524064E>. Acesso em: 2 mar. 2026.

SYEDA, Seema; MOLKENBUR, Titus. **Mainstream and far-right Islamophobia**: a UK–Germany comparison. Londres: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2023. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/london/19913.pdf>. Acesso em: 30 out. 2025.

TAGGART, Paul. A touchstone of dissent: Euroscepticism in contemporary Western European party systems. **European Journal of Political Research**, v. 33, n. 3, p. 363–388, 1998. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1023/A:1006853204101>. Acesso em: 28 set. 2025.

THE GUARDIAN. **London terror attack: what we know so far**. Londres, 4 jun. 2017. Disponível em: <https://www.theguardian.com/uk-news/2017/jun/04/london-attacks-what-we-know-so-far-london-bridge-borough-market-vauxhall>. Acesso em: 26 mar. 2026.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 1998.

TINCU, I. Public support for the EU in times of crisis and the drivers of Euroscepticism. **LUMEN Proceedings**, v. 17, p. 662–665, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.18662/wlc2021/66>. Acesso em: 18 mar. 2026.

TOOZE, Adam. **Crashed**: how a decade of financial crises changed the world. Nova York: Viking, 2018.

TOURNIER-SOL, Karine. Playing the identity card: from Brexit to culture wars. **Observatoire de la Société Britannique**, v. 30, p. 55–72, 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4000/osb.6040>. Acesso em: 18 mar. 2025.

TRIANDAFYLLIDOU, Anna. **Irregular migration in Europe**: myths and realities. Londres: Routledge, 2016. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/books/edit/10.4324/9781315589848/irregular-migration-europe-anna-triandafyllidou>. Acesso em: 28 set. 2025.

TRIANDAFYLLIDOU, Anna. A "refugee crisis" unfolding: "real" events and their interpretation in media and political debates. **Journal of Immigrant & Refugee Studies**, v. 16, n. 1–2, p. 198–216, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/15562948.2017.1309089>. Acesso em: 2 mar. 2026.

UNIÃO EUROPEIA. Tratado da União Europeia (versão consolidada). **Jornal Oficial da União Europeia**, C 202, 7 jun. 2016. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:12016M/TXT>. Acesso em: 2 mar. 2026.

UNHCR. Global trends: forced displacement in 2015. Geneva: United Nations High Commissioner for Refugees, 2016. Disponível em: <https://www.unhcr.org/globaltrends2015/>. Acesso em: 2 mar. 2026.

UNITED KINGDOM PARLIAMENT. **How the UK Parliament works**. Londres: UK Parliament, 2022. Disponível em: <https://www.parliament.uk/about/how/publications1/how-the-uk-parliament-works/>. Acesso em: 4 mar. 2026.

WEIDEL, Alice. Das ist die Scharia, der in Deutschland unter dem Religionsfreiheitsgrundsatz Gleichwertigkeit eingeräumt wird. [postagem]. X, 28 jan. 2019a. Disponível em: https://x.com/Alice_Weidel/status/1089829051659894784. Acesso em: 17 abr. 2026.

WEIDEL, Alice. Der #Islam ist nicht konform mit dem #Grundgesetz – eine #Islamsteuer kann es deshalb auch nicht geben! [postagem]. X, 27 dez. 2018c. Disponível em: https://x.com/Alice_Weidel/status/1078307667322519552. Acesso em: 17 abr. 2026.

WEIDEL, Alice. Die Dekonstruktion der Gesellschaft läuft auf Hochtouren. [postagem]. [S.l.], 28 jan. 2021. Disponível em: https://x.com/Alice_Weidel/status/1354733390717734913. Acesso em: 17 abr. 2026.

WEIDEL, Alice. Die Willkommenskultur gefährdet unsere Sicherheit, das Leben und setzt unseren Frieden aufs Spiel. [postagem]. X, 21 nov. 2017. Disponível em: https://x.com/Alice_Weidel/status/932999287394455554. Acesso em: 17 abr. 2026.

WEIDEL, Alice. Dieser Irrsinn muss gestoppt werden! [postagem]. X, 24 nov. 2017. Disponível em: https://x.com/Alice_Weidel/status/933926584754622464. Acesso em: 17 abr. 2026.

WEIDEL, Alice. Ein Afghane sticht einen Spaziergänger im Raum #Esslingen am hellichten Tage nieder. [postagem]. X, 17 nov. 2024e. Disponível em: https://x.com/Alice_Weidel/status/1858087713733296430. Acesso em: 17 abr. 2026.

WEIDEL, Alice. Ein türkischstämmiger Schüler, der sich dazu „berufen“ fühlte, seine Mitschüler mit einem Messer zu töten, soll „psychisch krank“ sein. [postagem]. X, 24 fev. 2024b. Disponível em: https://x.com/Alice_Weidel/status/1761322220792537561. Acesso em: 17 abr. 2026.

WEIDEL, Alice. Erschreckende Umfrageergebnisse. [postagem]. X, 11 jan. 2018a. Disponível em: https://x.com/Alice_Weidel/status/951381428184453120. Acesso em: 17 abr. 2026.

WEIDEL, Alice. Gesichtsschleierverbot an Uni Kiel richtig & notwendig! [postagem]. X, 13 fev. 2019b. Disponível em: https://x.com/Alice_Weidel/status/1095670986886840320. Acesso em: 17 abr. 2026.

WEIDEL, Alice. „Höchststand seit den 1950ern“? Die Flüchtlinge und Vertriebenen der Nachkriegszeit waren deutsche Landsleute. [postagem]. X, 20 set. 2024d. Disponível em: https://x.com/Alice_Weidel/status/1837094170583842928. Acesso em: 17 abr. 2026.

WEIDEL, Alice. Ich fordere ein Moratorium: Einwanderungs-, Aufnahme- & Einbürgerungsstopp für mind. 5 Jahre. [postagem]. X, 26 ago. 2024c. Disponível em: https://x.com/Alice_Weidel/status/1828056204121174367. Acesso em: 17 abr. 2026.

WEIDEL, Alice. ist erst der Anfang – die Bundesregierung muss sich endlich unmissverständlich dazu bekennen, dass der Islam nicht zu Deutschland gehört. [postagem]. X, 7 abr. 2018b. Disponível em: https://x.com/Alice_Weidel/status/982620016578383874. Acesso em: 17 abr. 2026.

WEIDEL, Alice. „Jeder kann kommen, niemand muß gehen. Sie nehmen den Deutschen ihre Heimat!" [postagem]. X, 1 fev. 2024a. Disponível em: https://x.com/Alice_Weidel/status/1752991910614982965. Acesso em: 17 abr. 2026.

WEIDEL, Alice. Man kann es offenbar gar nicht abwarten, bis die eigene deutsche Kultur endlich verschwindet! [postagem]. X, 28 out. 2017. Disponível em: https://x.com/Alice_Weidel/status/924308954821296130. Acesso em: 17 abr. 2026.

WEIDEL, Alice. Unbeschwert auf Weihnachtsmärkten Karussell fahren oder Glühwein trinken ist vorbei! [postagem]. [S.l.], 28 nov. 2024f. X (Twitter): @Alice_Weidel. Disponível em: https://x.com/Alice_Weidel/status/1862048313119330443. Acesso em: 17 abr. 2026.

WEIDEL, Alice. Zeit für ein land, das Heimat bleibt. [postagem]. X, 18 dez. 2024g. Disponível em: https://x.com/Alice_Weidel/status/1869336812809789812. Acesso em: 17 abr. 2026.

WEIMANN, Gabriel; MASRI, Natalie. Research note: spreading hate on TikTok. **Studies in Conflict & Terrorism**, v. 46, n. 5, p. 752–765, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1057610X.2020.1780027>. Acesso em: 2 mar. 2026.

WIEDLITZKA, Susann; PRATÍ, Gabriele; BROWN, Rupert; SMITH, Josh; WALTERS, Mark A. **Hate in word and deed: the temporal association between online and offline Islamophobia**. Brighton: University of Sussex, 2021. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10779/uos.23483612.v1>. Acesso em: 2 mar. 202

APÊNDICES

APÊNDICE A - Resultados da análise discursiva e de engajamento

Figura 1 – Nuvem de palavras dos *tweets* alemães.



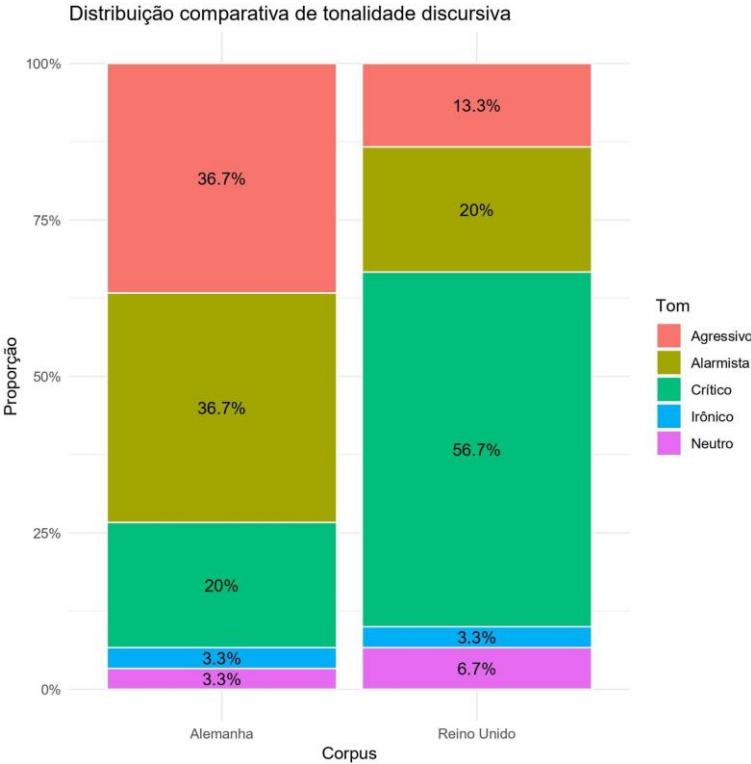
Fonte: Elaborada pela autora (2026)

Figura 2 – Nuvem de palavras dos *tweets* britânicos.



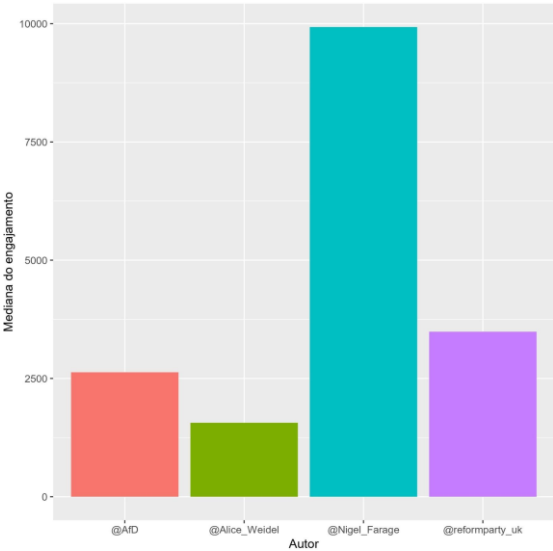
Fonte: Elaborada pela autora (2026)

Figura 3 – Comparação da tonalidade discursiva entre Reino Unido e Alemanha.



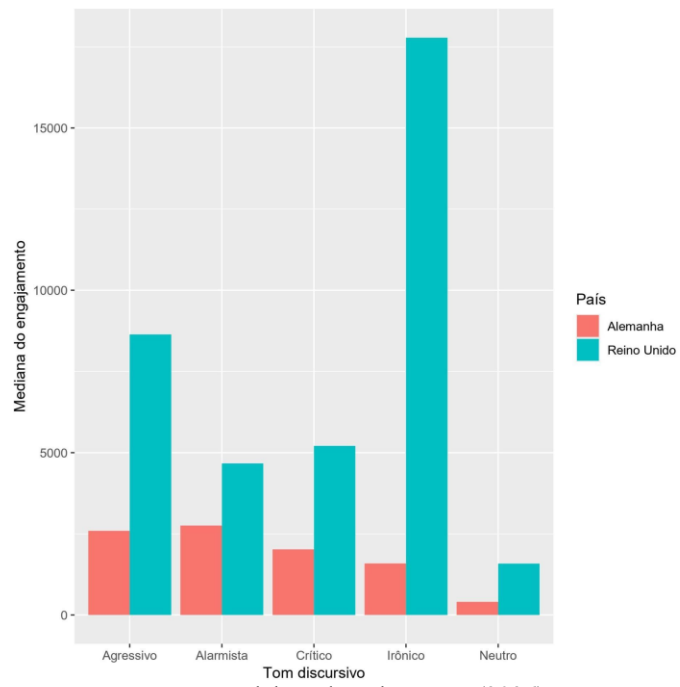
Fonte: Elaborada pela autora (2026)

Figura 4 – Nível de engajamento por perfil.



Fonte: Elaborado pela autora (2026)

Figura 5 – Gráfico de mediana de engajamento por tom discursivo e país



Fonte: Elaborado pela autora (2026)

ANEXOS

ANEXO A - *Prints dos tweets***Figura 1** — Acusação de racismo como censura segundo Farage

Fonte: Twitter/X (@Nigel_Farage, 2018c). Tradução nossa.

Figura 2 – Migração como crise nacional e falha estrutural

Fonte: Twitter/X (@reformparty_uk, 2024c). Tradução nossa.

Figura 3 – Perda de pertencimento e identidade no discurso do Reform UK

Fonte: Twitter/X (@reformparty_uk, 2024f). Tradução nossa.

Figura 4 - Ameaça civilizacional e projeção de risco externo



Fonte: Twitter/X (@Alice_Weidel, 2018b). Tradução nossa.

Figura 5 - Prioridade nacional na propaganda da AfD



Fonte: Twitter/X (@AfD, 2024f). Tradução nossa.

Figura 6 – Migração como ameaça ao Estado social na AfD



Fonte: Twitter/X (@AfD, 2024g). Tradução nossa.

Figura 7 – Os “não pertencentes” à sociedade alemã



Fonte: Twitter/X (@AfD, 2021a). Tradução nossa.



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
 Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário
 Caixa Postal 86 | CEP 74605-010
 Goiânia | Goiás | Brasil
 Fone: (62) 3946.1020 ou 1021 | 0
www.pucgoias.edu.br | prograd@pucgoias.edu.br

RESOLUÇÃO nº038/2020 –

CEPE ANEXO I APÊNDICE ao TCC

Termo de autorização de publicação de produção acadêmica

A estudante Maria Rosa Martins Dias do Curso de Relações Internacionais matrícula 2022.2.0043.0022-2 telefone: (62) 985064075, e-mail diamartinsmariarosa@gmail.com na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei nº 9.610/98 (Lei dos Direitos do autor), autoriza a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) a disponibilizar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado ELES NÃO SÃO COMO NÓS: POPULISMO, ISLAMOFÓBIA E ALTERIDADE NA EXTREMA-DIREITA BRITÂNICA E ALEMÃ (2013-2024), gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, por 5 (cinco) anos, conforme permissões do documento, em meio eletrônico, na rede mundial de computadores, no formato especificado (Texto (PDF); Imagem (GIF ou JPEG); Som (WAVE, MPEG, AIFF, SND); Vídeo (MPEG, MWV, AVI, QT); outros, específicos da área; para fins de leitura e/ou impressão pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada nos cursos de graduação da PUC Goiás.

Goiânia, 19 de junho de 2026.

Documento assinado digitalmente
 **MARIA ROSA MARTINS DIAS**
 Data: 18/06/2026 09:01:32-0300
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do(s) autor(es):

Nome completo do(s) autor(es): Maria Rosa Martins Dias

Documento assinado digitalmente
 **ANTONIO CARLOS BORGES CUNHA**
 Data: 18/06/2026 09:31:50-0300
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do professor orientador:

Nome completo do professor orientador: Antônio Carlos Borges Cunha